

JOSELLE DAVANÇO DIZERÓ

PRAÇAS DO INTERIOR PAULISTA:
Estudos de casos nas cidades de Ribeirão Preto e
Monte Alto / SP.

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do Título de Mestre em Urbanismo, ao Programa Mestrado em Urbanismo/ CEATEC , Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Fernandes Queiroga

PUC - CAMPINAS
Dezembro de 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.55 Dizeró, Joselle Davanço.

D622p Praças do interior paulista: estudos de casos nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/ SP / Joselle Davanço Dizeró.- Campinas: PUC-Campinas, 2006.
159p.

Orientador: Eugenio Fernandes Queiroga.

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.

Inclui bibliografia.

1. Praças. 2. Espaços públicos. 3. Lugares centrais (Cidades e vilas) 4. Cidades e vilas. 5. Urbanização. I. Queiroga, Eugenio Fernandes. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22.ed.CDD – t711.55

JOSELLE DAVANÇO DIZERÓ

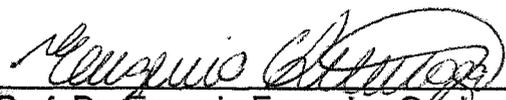
"Praças do Interior Paulista: estudo de casos nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP"

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga.

Dissertação defendida e aprovada em 13 de Dezembro de 2006 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga
Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Euler Sandeville
Universidade de São Paulo



Prof. Dr. Wilson Roberto Mariana
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

DEDICATÓRIA

Aos meus amores,

Wagner, Papai (João), Mamãe (Leonor), Ricardo e João Eduardo.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Eugênio Queiroga, mestre atento e aplicado, pela orientação e incentivo, valiosos para a realização desta dissertação.

Aos colegas, professores e coordenadores do curso de Mestrado em Urbanismo da PUC-Campinas, pela amizade e presteza.

Aos professores Vladimir Bartalini e Wilson Roberto Mariana, pelos valiosos comentários na Banca de Qualificação.

À Unilins, pelo auxílio concedido neste último e importante ano.

À Sílvia, amiga de todas as horas.

Aos meus pais, por estarem ao meu lado em todos os momentos de minha vida, me orientando, estimulando e contribuindo para tornar meus sonhos possíveis.

Aos meus irmãos, Ricardo, pelo apoio e exemplo, e João Eduardo pelo companheirismo e amizade.

Ao Wagner, privilégio viver ao seu lado.

RESUMO

Os espaços públicos urbanos tem sido objeto de estudo freqüente, porém pouco tem se voltado para o espaço da praça. A praça é um local de grande valor histórico, cultural e de interação social sendo fundamental na configuração urbana.

O trabalho de tema *Praças do Interior Paulista: estudo de casos nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto / SP*, pretende discutir a relação das praças em situações concretas do território, diante de suas diferentes racionalidades, globais e locais, sistêmicas e cotidianas, visando o maior entendimento das realidades dos espaços públicos na contemporaneidade.

Para se conhecer a praça, com seus sistemas de objetos e de ações, foi necessário investigá-la diante das diferentes instâncias sociais, abrangendo a economia, a cultura e o espaço. Assim, foram estudadas as praças de bairros centrais, bairros sub-centrais consolidados, condomínios fechados e na periferia, em cidades de médio e pequeno portes do interior Paulista.

PALAVRAS-CHAVE

Espaços públicos, cotidiano, razão comunicativa.

ABSTRACT

The urban public spaces have been the object of frequent studies, but little attention has been given to parks. Parks are places of great historical and cultural value, of social interaction and are essential to the urban configuration.

The study entitled: "Parks in the inner cities of Sao Paulo, case studies in the cities of Ribeirão Preto and Monte Alto, SP", discuss the park in relation of its concrete situation of territory, with its different rationalities, global and local, systemic and quotidian, aiming for a wider understanding of the reality of the contemporary spaces.

To know the park with its object and action systems, it was necessary to investigate it in different social aspects, including the economical, the cultural and the spacial.

Therefore, studies were made at parks located downtown, in consolidate neighborhoods, gated communities and at the suburbs, in small towns and medium sized cities of Sao Paulo.

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 01 |
|-------------------------|----|

PRIMEIRA PARTE

Quadro referencial teórico – conceitos e contextos

CAPÍTULO I

| | |
|--|----|
| A PERCEPÇÃO DAS PRAÇAS NA CONTEMPORANEIDADE..... | 06 |
|--|----|

| | |
|--------------|----|
| A praça..... | 07 |
|--------------|----|

| | |
|----------------------------|----|
| As praças brasileiras..... | 11 |
|----------------------------|----|

| | |
|-----------------------------------|----|
| A praça na contemporaneidade..... | 13 |
|-----------------------------------|----|

CAPÍTULO II

| | |
|---|----|
| O COTIDIANO NAS CIDADES PAULISTAS: DA CELERIDADE DA GLOBALIZAÇÃO AO TEMPO LENTO DOS POBRES..... | 15 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| O cotidiano e a razão comunicativa..... | 16 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| A transformação do tempo e do espaço pela globalização..... | 18 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| As cidades de pequeno porte do interior paulista e os espaços dos pobres: espaços análogos entre o tempo lento e a razão comunicativa..... | 22 |
|--|----|

CAPÍTULO III

| | |
|-----------------------------|----|
| Percepção: olhar além... .. | 24 |
|-----------------------------|----|

CAPÍTULO IV

| | |
|--|----|
| CONTEXTO HISTÓRICO-ECONÔMICO-SOCIAL E CULTURAL DAS CIDADES DO INTERIOR PAULISTA: RIBEIRÃO PRETO E MONTE ALTO.... | 27 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| Região administrativa e de governo de Ribeirão Preto..... | 28 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| Histórico e evolução urbana de Ribeirão Preto..... | 33 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| Aspectos geográficos de Ribeirão Preto..... | 42 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| Histórico e evolução urbana de Monte Alto..... | 44 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| Aspectos geográficos de Monte Alto..... | 49 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| Desenvolvimento econômico e social..... | 51 |
|---|----|

SEGUNDA PARTE

| | |
|-----------------------|----|
| Estudos de casos..... | 53 |
|-----------------------|----|

CAPÍTULO V

| | |
|-----------------------------------|----|
| A ÁREA CENTRAL E SUAS PRAÇAS..... | 60 |
|-----------------------------------|----|

| | |
|---------------------------------------|----|
| A área central de Ribeirão Preto..... | 61 |
|---------------------------------------|----|

Estudo das praças centrais de Ribeirão Preto:

| | |
|--|----|
| Praça XV de Novembro e Praça Carlos Gomes..... | 71 |
|--|----|

| | |
|-----------------------------------|----|
| A área central de Monte Alto..... | 90 |
|-----------------------------------|----|

Estudo de caso da praça central de Monte Alto:

| | |
|---------------------------------------|----|
| Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima..... | 95 |
|---------------------------------------|----|

CAPÍTULO VI

| | |
|---|-----|
| PRAÇAS EM BAIRROS HABITACIONAIS CONSOLIDADOS..... | 107 |
|---|-----|

| | |
|-------------------------------------|-----|
| Monte Alto: Praça José Pizarro..... | 110 |
|-------------------------------------|-----|

| | |
|--|-----|
| Ribeirão Preto: Praça João Luiz de Campos..... | 119 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| Ribeirão Preto: Condomínio Fechado Country Village..... | 126 |
|---|-----|

CAPÍTULO VII

| | |
|--------------------------|-----|
| PRAÇAS NA PERIFERIA..... | 129 |
|--------------------------|-----|

| | |
|---------------------------------|-----|
| Praça dos Direitos Humanos..... | 132 |
|---------------------------------|-----|

| | |
|------------------------|-----|
| Praça São Matheus..... | 139 |
|------------------------|-----|

| | |
|----------------------------------|------------|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 147 |
|----------------------------------|------------|

| | |
|--|------------|
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 154 |
|--|------------|

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1. Imagem do mapa de Ribeirão Preto de 1884..... | 34 |
| Figura 2. Primeira Matriz de Ribeirão Preto..... | 34 |
| Figura 3. Trilhos Ferroviários da Companhia Mogiana..... | 35 |
| Figura 4. Avenida Jerônimo Gonçalves – 1927..... | 36 |
| Figura 5. Fábrica da Antártica..... | 36 |
| Figura 6. Teatro Pedro II -Início da década de 30..... | 37 |
| Figura 7. Edifício Diedericksen -Inaugurado em 1936..... | 37 |
| Figura 8. Choperia Pinguin 1..... | 38 |
| Figura 9. Vista aérea da área central de Ribeirão Preto em 1957..... | 39 |
| Figura 10 . Vista da Zona Sul de Ribeirão Preto - ano 2000..... | 40 |
| Figura 11 . Construção da Estrada de Ferro de Monte Alto, no início do século XX.... | 45 |
| Figura 12. Rua do Comércio na década de 1920..... | 45 |
| Figura 13. Vista aérea de Monte Alto na década de 1940..... | 46 |
| Figura 14 . Foto aérea de Monte Alto – 1981..... | 47 |
| Figura 15. Vista do cultivo da cana-de-açúcar tendo ao fundo a cidade de Ribeirão Preto / SP - ano 2000..... | 61 |
| Figura 16. Estação da Companhia Mogiana..... | 62 |
| Figura 17. Av. Jerônimo Gonçalves – Década de 1930..... | 62 |
| Figura 18. Av. Nove de Julho – 1922..... | 63 |
| Figura 19. Teatro Pedro II - década de 30..... | 66 |
| Figura 21. Edifício Diedericksen – década de 30..... | 64 |
| Figura 21. Palácio do rio Branco – Sede da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.... | 64 |
| Figura 22. Catedral de Ribeirão Preto..... | 65 |
| Figura 23. Avenida 9 de Julho – ano 2000..... | 66 |
| Figura 24. Teatro Pedro II – Restaurado em 1996..... | 67 |
| Figura 25. Palace Hotel..... | 69 |
| Figura 26. Quarteirão Paulista..... | 69 |
| Figura 27. Vista aérea das Praças XV de Novembro e Carlos Gomes..... | 71 |
| Figura 28. Largo da Antiga Igreja Matriz de Ribeirão Preto em 1897..... | 72 |
| Figura 29. Antiga Capela (Primeira Igreja Matriz) em 1898..... | 72 |
| Figura 30. Teatro Carlos Gomes..... | 73 |
| Figura 31. Coreto da Praça XV de Novembro – demolido na década de 60..... | 74 |
| Figura 32. Bar da Companhia Cervejaria Paulista na Praça XV de Novembro..... | 75 |
| Figura 33. Trianon – Construído no local onde havia o bar da Antártica..... | 76 |
| Figura 34. Fonte Luminosa da Praça XV de Novembro – inaugurada em 1939..... | 76 |
| Figura 35. Fonte Luminosa da Praça XV de Novembro, em 2005..... | 70 |
| Figura 36. Monumento ao Soldado Constitucionalista – Praça XV de Novembro..... | 70 |
| Figura 37. Vista aérea da Praça XV de Novembro e Quarteirão Paulista..... | 78 |
| Figura 38. Terminal de ônibus da área central de Ribeirão Preto localizado na Praça Carlos Gomes..... | 80 |
| Figura 39. Calçada da Praça Carlos Gomes..... | 81 |

| | |
|---|-----|
| Figura 40. Vista da Praça XV de Novembro..... | 82 |
| Figura 41. Praça Carlos Gomes reconstruída em 1999..... | 84 |
| Figura 42. Mosaico do piso da Praça Carlos Gomes - Primeira Igreja de Ribeirão Preto - Construída em 1870..... | 85 |
| Figura 43. Mosaico do piso da Praça Carlos Gomes - Estação da Mogiana - Construída em 1883..... | 86 |
| Figura 44. Mosaico do piso da Praça Carlos Gomes - Teatro Carlos Gomes – Construído em 1898..... | 86 |
| Figura 45. Policiais, camelôs e comércio legal na Praça central de Ribeirão Preto.... | 87 |
| Figura 46. Camelô na Praça XV de Novembro..... | 87 |
| Figura 47. Praça Carlos Gomes - Acesso da Rua Barão do Amazonas à Praça..... | 88 |
| Figura 48. Praça XV de Novembro - Acessos do Calçadão da Rua General Osório para a praça – escada e rampa..... | 88 |
| Figura 49. Freqüentadores da Praça XV de Novembro..... | 89 |
| Figura 50. Choperia Pinguim localizada no Quarteirão Paulista..... | 90 |
| Figura 51. Rua Nhonhô do Livramento - década de 1930..... | 90 |
| Figura 52. Rua do comércio de Monte Alto – R. Nhonhô do Livramento – 2004..... | 91 |
| Figura 53. Escola Dr. Raul da Rocha Medeiros..... | 92 |
| Figura 54. Fórum de Monte Alto..... | 92 |
| Figura 55. Vista aérea do setor central de Monte Alto..... | 93 |
| Figura 56. Jardim Público de Monte Alto - início do Século XX..... | 96 |
| Figura 57. Coreto da Praça Central de Monte Alto – 2005..... | 96 |
| Figura 58. Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima - Antes de ser construída a fonte..... | 97 |
| Figura 59. Fonte luminosa da Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima..... | 97 |
| Figura 60. Vista da Praça da Bandeira - Década de 1970..... | 98 |
| Figura 61. Bancos do calçadão - barreiras arquitetônicas..... | 99 |
| Figura 62. Feira de artesanato..... | 99 |
| Figura 63. Loja e fábrica de batatas fritas..... | 100 |
| Figura 64. Igreja Matriz Senhor Bom Jesus de Monte Alto..... | 100 |
| Figura 65. Vista aérea de Monte Alto em 1981..... | 101 |
| Figura 66. Vista interna da Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima..... | 102 |
| Figura 67. Lateral da Praça na Rua Dr. Raul da R. Medeiros, onde as cercas vivas de azaléias foram retiradas..... | 102 |
| Figura 68. Fonte Luminosa e jardim remodelados..... | 103 |
| Figura 69. Vegetação interina da Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima..... | 103 |
| Figura 70. Palmeiras da Praça Dr. Luiz Z. de Lima..... | 104 |
| Figura 71. Canteiros floridos e policiamento da Praça Dr. Luiz Z. de Lima..... | 104 |
| Figura 72. Meninos na Praça Central de Monte Alto..... | 105 |
| Figura 73. Pessoas sentadas nos bancos do entorno da fonte..... | 106 |

| | |
|---|-----|
| Figura 74. Vista Interna da Praça José Pizarro..... | 112 |
| Figura 75. Vista externa da Praça José Pizarro pela Rua Umuarama..... | 113 |
| Figura 76. Av. Marechal Deodoro durante a semana..... | 114 |
| Figura 77. Av. Marechal Deodoro em um dia de Domingo..... | 114 |
| Figura 78. Concentração de pessoas na frente da Praça José Pizarro para apreciar o movimento da Avenida Mal. Deodoro..... | 115 |
| Figura 79. Banco depredado..... | 115 |
| Figura 80. Piso mal conservado..... | 116 |
| Figura 81. Vista externa do Coreto..... | 116 |
| Figura 82. Vista interna do coreto..... | 117 |
| Figura 83. Vista interna da Praça José Pizarro..... | 117 |
| Figura 84. Localização da Praça João Luiz de Campos no Bairro Sumaré-Ribeirão Preto-SP..... | 120 |
| Figura 85. Detalhe da Praça João Luiz de Campos..... | 120 |
| Figura 86. Vista externa da praça e residência de alto padrão ao fundo..... | 121 |
| Figura 87. Vista externa da Praça João Luiz de Campos..... | 122 |
| Figura 88. Vista interna da praça – piso com traçado orgânico..... | 122 |
| Figura 89. Vista externa da praça pela Rua Itacolomi - acesso por escada..... | 123 |
| Figura 90. Jardim da Praça João Luiz de Campos..... | 123 |
| Figura 91. Árvores de grande porte - sombreamento excessivo..... | 124 |
| Figura 92. Vendedor de frutas – seus clientes são os moradores do bairro e não os freqüentadores da praça..... | 124 |
| Figura 93. Base sem a placa de inauguração da praça – sinal de vandalismo..... | 125 |
| Figura 94. Entrada do Condomínio Country Village em Ribeirão Preto..... | 126 |
| Figura 95. Localização da “Praça” do Condomínio Country Village | 127 |
| Figura 96. Detalhe da “Praça” do Condomínio Country Village..... | 127 |
| Figura 97. Muros e guarita do Condomínio Country Village..... | 128 |
| Figura 98. Construção do Centro comunitário do Jardim Heitor Rigon em Ribeirão Preto / SP..... | 129 |
| Figura 99. mercearia – Local de compras e de encontros..... | 130 |
| Figura 100. Crianças brincando no córrego..... | 131 |
| Figura 101. Vista aérea do Conjunto Habitacional Centenário–1882..... | 133 |
| Figura 102. Traçado com linhas sinuosas..... | 134 |
| Figura 103. Pista de bocha..... | 134 |
| Figura 104. Mesas de jogos com tabuleiros..... | 135 |
| Figura 105. Vista do <i>Playground</i> | 135 |
| Figura 106. Brinquedo quebrado..... | 136 |
| Figura 107. Luminária destruída..... | 136 |
| Figura 108. Pórticos..... | 136 |
| Figura 109. Desnível da praça..... | 137 |
| Figura 110. Vista da parte interna da Praça dos Direitos Humanos..... | 138 |
| Figura 111. Iluminação sobre as copas das árvores..... | 138 |
| Figura 112. Localização da Praça São Matheus no Conjunto Habitacional Quintino Facci I – Ribeirão Preto/SP..... | 140 |
| Figura 113. Detalhe da Praça São Matheus..... | 140 |

| | |
|--|-----|
| Figura 114. Crianças brincando no gramado..... | 141 |
| Figura 115. Campinho de areia..... | 142 |
| Figura 116. Vista da Praça São Mateus..... | 142 |
| Figura 117. Sombras das árvores – locais procurados para descanso..... | 143 |
| Figura 118. Canteiros com falhas na forração..... | 143 |
| Figura 119. Jardineiro da Praça São Mateus..... | 143 |
| Figura 120. Cercas do <i>playground</i> rasgadas..... | 144 |
| Figura 121. Banco quebrado..... | 144 |
| Figura 122. Base sem a placa de inauguração da praça..... | 145 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1. Municípios da RA de Ribeirão Preto / População no ano de 2000..... | 28 |
| Tabela 2. Acumulado da Atividade Financeira dos Municípios Sedes das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo no ano de 2001..... | 30 |
| Tabela 3. IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social..... | 52 |
| Tabela 4. IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal..... | 53 |
| Tabela 5 . Índice de Desenvolvimento Humano de Ribeirão Preto: Posição Relativa no Estado de SP e no País..... | 53 |
| Tabela 6.Plantas existentes na Praça XV de Novembro – Ribeirão Preto..... | 79 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|--|-----|
| Mapa 1 - Localização dos Municípios Ribeirão Preto e Monte Alto/SP na Região Administrativa e Região de Governo de Ribeirão Preto e sua localização no Estado de São Paulo | 32 |
| Mapa 2 - Mapa da área urbana do Município de Ribeirão Preto/SP..... | 41 |
| Mapa 3 - Localização de Ribeirão Preto no Estado de SP..... | 42 |
| Mapa 04 - Área urbana do Município de Monte Alto..... | 48 |
| Mapa 05 – Localização de Monte Alto no Estado de SP..... | 50 |
| Mapa 06 – Área Urbana e Rural de Monte Alto..... | 50 |
| Mapa 07 - Áreas escolhidas para os estudos de casos na cidade de Ribeirão Preto/SP..... | 58 |
| Mapa 08 - Localização dos bairros e praças dos estudos de casos na cidade de Monte Alto..... | 59 |
| Mapa 09 - Setor Central de Ribeirão Preto – SP..... | 70 |
| Mapa 10 - Área central de Monte Alto..... | 94 |
| Mapa 11. Planta baixa da Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima..... | 95 |
| Mapa 12. Localização da Praça José Pizarro no bairro Jardim Paraíso–Monte Alto.. | 110 |
| Mapa 13. Planta Baixa da Praça José Pizarro – Monte Alto / SP..... | 119 |
| Mapa 14. Localização da Praça João Luiz de Campos no bairro Jardim Sumaré e Ribeirão Preto / SP..... | 121 |
| Mapa 15. Localização da Praça dos Direitos Humanos no Conjunto Habitacional Centenário em Monte Alto..... | 132 |
| Mapa 16. Localização da Praça São Mateus no Conjunto Habitacional Quintino Facci I em Ribeirão Preto/SP..... | 139 |

INTRODUÇÃO

O estudo *Praças do Interior Paulista: estudos de casos nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto / SP* debruça-se sobre o espaço das cidades de pequeno e médio portes do interior paulista e da praça. Pretende-se discutir neste contexto, a natureza da praça, do espaço público, da cotidianidade nestes lugares, investigando desde questões mais gerais da inter-relação entre as instâncias sociais (economia, cultura e espaço) em situações concretas do território, até avaliar criticamente os usos sociais do espaço público na contemporaneidade, contribuindo para o entendimento das novas realidades urbanas.

O trabalho apresenta-se dividido em duas partes. A parte I trata do embasamento conceitual e contextualização, tendo como objetivo formar um quadro referencial para nortear os estudos de casos. Esta primeira parte é constituída por três capítulos, onde o primeiro trata da percepção das praças na contemporaneidade, o segundo aborda o cotidiano nas cidades paulistas, tratando da celeridade da globalização ao tempo lento dos pobres, e o terceiro capítulo investiga o contexto das cidades onde estão inseridas as praças dos estudos de casos: Ribeirão Preto e Monte Alto /SP.

A parte II desta dissertação se refere aos estudos de casos. Esta parte do trabalho está dividida em três capítulos, que abordam as praças centrais, as praças em bairros residenciais consolidados de médio a alto padrão e as praças de periferia, nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto. Estes municípios foram eleitos pela autora deste trabalho como objetos de estudos devido a sua familiaridade, por ter residido em Monte Alto até a sua adolescência e em Ribeirão Preto no período de sua graduação, tendo a oportunidade de melhor conhecer estas duas cidades e seus espaços, através da investigação e da realização de uma leitura distinta da feita até então.

Na Parte I - capítulo I, sobre a percepção das praças na contemporaneidade, juntamente com o capítulo II, foi desenvolvido o embasamento conceitual da dissertação. Neste capítulo constatou-se que para

se conhecer o espaço das praças estudadas, suas apropriações, a dimensão do cotidiano, de suas racionalidades e potencialidades, foi preciso investigar as diferenças e semelhanças que existem em função da localização das praças e do contexto em que estão inseridas, no caso as praças localizadas na área central, nos bairros residenciais de médio a alto padrão e na periferia.

Ainda no capítulo I foram tratadas as praças brasileiras, abordando o desenvolvimento, importância e as linguagens de projetos desenvolvidas nestes espaços públicos no país, e a praça na contemporaneidade, sendo considerados os aspectos relativos à sociedade contemporânea, onde há o enfraquecimento da esfera pública em função dos interesses do capitalismo global, para o qual interessa mais a formação do consumidor do que a do cidadão. Para se conhecer de forma mais completa estes espaços, foi preciso ir a campo e olhar além do visível, através da percepção do ambiente. Para isso, adotou-se a metodologia de leitura espacial proposta por Lucrecia Ferrara.

O quadro referencial teórico formado deu suporte à investigação, feita na parte II deste trabalho, onde pode-se constatar que mesmo diante da globalização, do abandono pelas elites e até mesmo pelo poder público, as praças no Interior Paulista continuam sendo um espaço vital à cidade e à cidadania.

O capítulo II trata da vida cotidiana diante da globalização, dando enfoque às realidades vivenciadas tanto nos espaços dos pobres, quanto nas cidades de pequeno porte do interior paulista. Espaços estes representados neste estudo pela cidade de Monte Alto e pelas praças de periferia.

O capítulo III trata do contexto histórico, econômico, social e cultural nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP, municípios onde são realizados os estudos de casos. A contextualização foi elaborada a partir da apresentação da Região Administrativa de Ribeirão Preto seguido dos levantamentos históricos, dos aspectos geográficos e da evolução urbana das cidades estudadas. Com relação ao desenvolvimento econômico e social, foram investigados os índices municipais referentes à longevidade, riqueza e educação. Também foram

estudados os principais espaços públicos destinados à cultura, lazer e contemplação onde ocorrem interação e convívio social.

A Parte II da dissertação trata dos estudos de casos, que é o tipo de delineamento que permite o amplo e detalhado conhecimento de um ou poucos objetos. Como técnica desta etapa, além da pesquisa documental, bibliográfica e iconográfica, foi empregada a leitura não-verbal, de percepção do ambiente, tratada teoricamente no capítulo I, onde os sentidos foram utilizados para a apreensão de determinados aspectos da realidade.

As cidades e os contextos foram estudados com a intenção de se analisar as apropriações, a dimensão do cotidiano, as racionalidades e potencialidades das praças em diferentes áreas das cidades do interior paulista. Desta forma, foram investigadas, nos dois municípios em questão, as praças na área central, nos bairros residenciais consolidados, incluindo os condomínios fechados e na periferia.

O Capítulo IV tem como abordagem a área central e suas praças. A praça central tem importância fundamental para a memória da cidade e de seus cidadãos, por representar a imagem do centro da cidade e acolher significados ao longo dos tempos. Está presente na história do processo de formação da maioria das cidades brasileiras, sendo testemunha das transformações sócio-culturais e históricas, marcando a temporalidade da comunidade. Neste capítulo foram estudadas as Praças XV de Novembro e Carlos Gomes, em Ribeirão Preto e a Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima, em Monte Alto.

No Capítulo V foi elaborado o estudo sobre as praças em bairros residenciais consolidados, de médio a alto padrão. Por apresentarem, geralmente, uso do solo predominantemente residencial, os usuários das praças nesses bairros muitas vezes são os que residem no seu entorno, sendo familiarizados com o local e seus freqüentadores. Atualmente a violência presente nos centros urbanos aliada a oferta de lugares destinados ao lazer que oferecem maior segurança, como os clubes particulares e *shoppings centers*, estão levando os espaços públicos, em especial as praças nos bairros

residenciais consolidados, ao abandono e descaso, não apenas pelos moradores do entorno como pelo poder público.

Nos condomínios fechados as áreas verdes destinadas ao lazer e contemplação são freqüentemente utilizadas apenas pelos moradores do próprio condomínio, perdendo uma das mais importantes funções da praça como espaço público, que é a do convívio público. As relações neste local se fazem entre pessoas já conhecidas umas das outras, de mesmo nível social, compondo um “público” predeterminado.

Foram investigadas no Capítulo V, em Monte Alto, a Praça José Pizarro, no bairro Jardim Paraíso e em Ribeirão Preto, a Praça João Luiz de Campos, no bairro Sumaré, além do Condomínio Country Village.

O Capítulo VI trata das praças na periferia, as quais apresentam em seu contexto um espaço que evidencia desigualdades e injustiças. Contando com certa densidade demográfica essas áreas são, usualmente, desprovidas de serviços essenciais para a vida social e privada. Mais do que um direito à moradia, as pessoas têm o direito de obter os bens e serviços mínimos, que dão dignidade à existência, independente do lugar onde vivem. As praças na periferia geralmente apresentam rica razão comunicativa, muitas vezes em pobres sistemas de objetos. Por ser uma das poucas opções de lazer são intensamente utilizadas para a diversão das crianças, encontros dos jovens e adultos, propiciando interações diversas e o convívio social.

Como estudos de casos em praças de periferia, foram estudadas, em Ribeirão Preto, a Praça São Matheus, no Conjunto Habitacional Quintino Facci I, e em Monte Alto, a Praça da Humanidade, no Conjunto Habitacional Centenário.

Nas considerações finais foi possível verificar que a análise dos resultados desta pesquisa privilegia os aspectos interpretativos, mais qualitativos do que quantitativos, não numerando ou medindo unidades ou categorias homogêneas, mas permitindo compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais.

O estudo das praças em cidades do interior paulista buscou chegar a conclusões que, pela sua contextualização, podem ser ampliadas a espaços análogos, contribuindo para o entendimento do espaço e das realidades urbanas. Neste estudo, mesmo diante de diferentes apropriações de acordo com a localização no tecido urbano, e influência das acelerações técnico-científico-informacionais, confirmou-se a importância da praça na contemporaneidade como "... verdadeira representação do espaço banal, espaço de todos os homens"¹.

¹ Citação de Maria Adélia de Souza, em reunião de orientação, feita por QUEIROGA, Eugênio F. em "A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa". Tese de doutorado - FAU-USP, 2001, p. 12.

CAPÍTULO I

A PERCEPÇÃO DAS PRAÇAS NA CONTEMPORANEIDADE

Na sociedade contemporânea, há o enfraquecimento da esfera pública em função dos interesses do capitalismo global, para o qual interessa mais a formação do consumidor que a do cidadão. Entretanto, em muitos casos, o espaço público praça, mesmo diante da globalização, do abandono pelas elites e até mesmo pelo poder público, continua sendo um espaço vital à cidade e à cidadania. No estudo sobre praças realizado por Eugênio Queiroga², conseguiu-se “descobrir” ricas praças de pobres e movimentadas praças de ricos, demonstrando que a esfera de vida pública apresenta-se com relativo vigor, mesmo em sistemas de objetos precários (espaços dos pobres) ou naqueles que todos alardeiam o fim do espaço público (dos ricos).

Para se conhecer o espaço das praças, além do referencial teórico, foi preciso ir a campo e olhar além do visível, pois “para a arquitetura, o espaço é intuído, mais que conceituado”³. Assim, será desenvolvido um estudo sobre percepção do ambiente, além da investigação das diferenças e semelhanças que existem em função da localização das praças e do contexto em que estão inseridas.

² O estudo de Eugênio Queiroga referido encontra-se na tese de doutorado, intitulada “A Megalópole e a Praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa”, 2001.

³ QUEIROGA, Eugênio F, op.cit, p. 01.

A praça

O espaço público urbano praça, portador de símbolos, mítico, que congrega o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação, palco de transformações históricas e sócio-culturais, é fundamental para a cidade e seus cidadãos. Local de convívio social, por excelência, esse espaço existente há milênios, utilizado por civilizações de distintas maneiras, jamais deixou de exercer a sua mais importante função, a de integração e sociabilidade da população de um município.

De acordo com Font⁴, a praça é um espaço público de reunião, construído para e pela sociedade, imbuída de símbolos e significados, marcos centrais da constituição de trajetos, do ir e vir, ponto de chegada e partida, concentração e dispersão. Espaço para pedestres – palco representativo da dimensão cultural e histórica da cidade.

Segundo Queiroga⁵, a possibilidade do contato interpessoal público, oferecida pela praça, ainda permite o estabelecimento de ações culturais fundamentais, desde interações sociais do cotidiano até as manifestações cívicas. A praça, enquanto espaço do ócio e mesmo do comércio, potencializa a razão comunicativa e uma noção de identidade urbana que dificilmente o lazer na esfera de vida privada poderia propiciar.

A praça, para Font⁶, é definida como parte do organismo urbano – elemento estruturador e gerador. Foi historicamente constituída, no ocidente, e definida, como um espaço livre com um entorno envolvente, formado prioritariamente por um conjunto de edifícios. Entretanto, Murilo Marx⁷ alerta para a apreensão da praça em relação às edificações do entorno que a delimitam, qualificando a paisagem e potencializando atividades.

⁴ FONT, Mauro. *A praça em movimento: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 05.

⁵ QUEIROGA, 2001, p.05-06.

⁶ FONT, op. cit, p. 05.

⁷ MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1980, *apud* QUEIROGA, 2001, p.56.

Os edifícios envoltórios interferem diretamente na percepção do ambiente da praça, como coloca Ashihara⁸, onde situações em que a altura das edificações ultrapassam em muito as dimensões da praça resultam em espaços “claustrofóbicos”, o inverso também causaria uma situação incômoda devido a baixa percepção da delimitação da praça, situação denominada como “agorafobia”.

Kato⁹ define a praça como um espaço público aberto, localizado num ponto crítico em áreas urbanas tal como inserções de caminhos ou em frente de edifícios públicos, para reuniões, mercados, propósitos estéticos, ou para facilitar o fluxo de tráfego. Baseado nessa definição aponta três requisitos fundamentais de uma praça: lugar de reunião, característica de centralidade, ter uma certa extensão. Ainda acrescenta mais um item: a maneira de uso e apropriação do espaço.

Segundo Queiroga¹⁰, a praça deve ser investigada não apenas como forma espacial, um objeto, mas como forma-conteúdo, como um sub-espaço, um sub-sistema indissociável de objetos e ações. A praça será não apenas fruto de seu sistema de objetos (entorno edificado, área livre em si e seus diversos elementos – pisos, mobiliário, vegetação, água, etc.), mas da interação indissociável deste com o sistema de ações. Só há praça se ela se presta ao encontro no âmbito da esfera pública. A partir do conceito de espaço de Milton Santos (1989, 1994, 1996) tem-se a indissociabilidade entre forma e conteúdo, entre sistema de objetos e sistema de ações. “A ação não se dá sem que haja um objeto; e quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto...”.¹¹

As diferentes escalas de análise do espaço permitem melhor compreendê-lo, dos aspectos estruturais aos “microscópicos” níveis de apropriação social. Assim, busca-se compreender relações dialéticas transversais entre: razão de dominação e razão comunicativa, território e lugar. Pode-se desta forma investigar

⁸ ASHIHARA, Yoshinobu. *Exterior design in architecture*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1970 *apud* QUEIROGA, 2001, p.56.

⁹ KATO, Akimori. *Plazas of southern Europe*. Tokyo: Process Architecture Publishing Co., 1993 *apud* FONT, 2003, p.12.

¹⁰ QUEIROGA, 2001, p.55

desde questões mais gerais da inter-relação entre as instâncias sociais (economia, cultura e espaço) em situações concretas do território, até avaliar criticamente desenhos e usos sociais do espaço público em larga escala do lugar. Território e lugar, em análise dialética, permitem níveis de compreensão maiores do que se tomássemos cada um como totalidades isoladas.

Lugares inadequados, pela impropriedade do sistema de objetos e sistema de ações que se realizam no entorno, tendem a inviabilizar qualquer desenho de praça, ainda que aparentemente, sejam de competente elaboração. Muitas são as praças apenas no projeto e no discurso do arquiteto. Por outro lado, devemos ser capazes de reconhecer também o inverso: muitas são as praças sem o desenho do arquiteto. Aprendemos com o lugar, com quem dele se apropria.

No estudo de Gomes¹², constata-se que inúmeras praças antigas das cidades interioranas sofreram intervenções numa tentativa de modernizar-se, para que pertencessem ao futuro, mesmo que para isso tivessem que excluir elementos que faziam parte da memória de muitos cidadãos. Assim, o usuário viu-se isento do local onde se movia com a confiança nascida da familiaridade, vagueando num local que precisa ser redefinido.

Assim como o descaso do poder público pela praça, o desentrosamento entre o projeto e as aspirações da comunidade, faz com que a praça deixe de ser o local onde a população realiza encontros, interage e associa-se. Passa a ser um espaço evitado, sendo muitas vezes utilizado somente como passagem ou local para a realização de práticas ilegais, como o uso e tráfico de drogas, prostituição e vandalismo.

Projetos de intervenção que propõem a supressão de usos e de resquícios históricos acabam levando ao usuário uma imagem negativa do lugar. “Temos, na cidade, uma história dos usos ou o uso como história, pois o repertório de um ambiente urbano é tradição e tradução de usos. Na caracterização de um novo

¹¹ SANTOS, Milton. (1978). *Por uma geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.77.

¹² GOMES, Eliana Cavalcanti. *Percepção do ambiente Construído: A Praça*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 01-03.

ambiente urbano, quanto menos coercitivo, maior tendência para provocar um brusco afluxo de lembranças de usos, de repertórios perdidos que tem forte incidência sobre os espaços ambientais.”¹³

¹³ FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *A estratégia dos signos: linguagem, espaço, ambiente urbano*. São Paulo: Perspectiva, 1981, p.37.

As praças brasileiras

No Brasil, o surgimento das praças confunde-se com o surgimento das cidades. As praças surgiram no entorno das igrejas constituindo os primeiros espaços públicos urbanos. No seu entorno ficavam a igreja, os prédios públicos mais importantes, o comércio principal, as casas mais luxuosas. Servia como local de convivência da comunidade e elo desta com a paróquia.

Segundo Marx¹⁴ - logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas. Se tradicionalmente essa dívida é válida, mais recentemente a praça tem sido confundida com jardim. A praça como tal, para reunião de gente e para um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia seus freqüentadores.

As praças, ao longo da história urbana brasileira, desempenharam diferentes papéis na sociedade, no cotidiano, sendo local para a prática de mercados e trocas; civicamente e militarmente, representando o poderio religioso e estatal, realizando diversas atividades no mesmo espaço. Nesse contexto, segundo Robba e Macedo¹⁵, as praças da sociedade colonial eram denominadas de largo, terreiro e rossio e permitiam a interação dos vários extratos da sociedade, servindo como palco de manifestações de costumes e hábitos.

No Brasil, o centro de uma cidade comumente é associado à praça principal e à Igreja Católica, elementos referenciais urbanos da área central, em cidades de pequeno, médio e grande portes. No caso paulista: a Igreja da Sé, em São Paulo, a Praça XV de Novembro, em Ribeirão Preto e a Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima, em Monte Alto. A Praça da Sé, na cidade de São Paulo, importante logradouro público de reconhecimento nacional, manteve, ao longo do século XX, suas tradições, religiosa e comercial, bem como permaneceu como

¹⁴ MARX, Murillo. 1980, p.50.

¹⁵ ROBBA, F; MACEDO, S.S. *Praças Brasileiras: Public squares in Brazil*. São Paulo. Edusp: Imprensa oficial do Estado. 2002, P.22.

palco de manifestações populares¹⁶. Já no início do século XXI, Robba e Macedo¹⁷ observa que o uso religioso ainda é grande, embora não tão intenso quanto no começo do século XX; o comércio informal está centrado nas atividades de vendedores ambulantes e camelôs; e atualmente, a Praça da Sé é ainda ponto de encontro da população imigrante, principalmente da comunidade nordestina, e palco de apresentações culturais populares diversas.

Nos últimos tempos as praças perderam a atratividade para a população em função dos novos padrões de consumo e lazer, advindos do capital hegemônico e do avanço tecnológico, como os *shopping centers*, os parques temáticos, a internet, entre outros, além do fator segurança, principalmente em grandes e médios centros urbanos. Nos bairros com população de baixa renda, a praça é um dos principais espaços de lazer e convívio social, compondo seu cotidiano, assim como nas cidades de pequeno porte do interior paulista, pois nestes dois casos, o acesso “às modernidades” é restrito.

¹⁶ GOMES, Marcos A. *As praças de Ribeirão Preto - SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005, p.31.

¹⁷ ROBBA E MACEDO. 2002, P.131.

A praça na contemporaneidade

A necessidade, vista pelos urbanistas, de se construir cidades com espaços mais ricos para o desenvolvimento do homem, que propiciassem o lazer para o descanso da mente surgiu do trabalho massificante, da produção em série, do automatismo advindo do industrialismo.

Com o advento do automóvel, o espaço público cedeu lugar a estacionamentos e locais de circulação de veículos, transformando a paisagem da cidade. Neste período, observa Queiroga (2001, p.58), sobretudo nas grandes cidades e médias do novo mundo, houve um enfraquecimento na relação entre o chão e as “paredes” (os edifícios do entorno imediato) da praça. Algumas praças efetivamente sumiram diante do espaço destinado aos veículos, outras ficaram reduzidas à condição de rotatórias. Muitas são hoje mais limitadas pelas ruas que as circundam que pelos edifícios de seu entorno.

Com a crise e a crítica à arquitetura moderna, processo que se inicia no final dos anos cinquenta, esta morfologia é questionada, embora não por todas as correntes do urbanismo contemporâneo. No VIII CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), sobre o “coração da cidade”, discute-se o espaço público como “centro vital da cidade” e a idéia principal era a reativação de lugares com sentido forte, em geral, ligados a práticas coletivas que impregnam a representação e a vivência da cidade pelos seus habitantes. Com esta proposta pretendia-se deter a desagregação da cidade moderna.

Segundo Queiroga (2001, p.59), sobre o resgate do espaço para o pedestre, são ainda desenhadas para o automóvel a maior parte das ruas, mesmo nas periferias, enfraquecendo a relação das praças com seu entorno imediato. Entretanto, algumas praças conseguem se efetivar, tendo maior relação com o lugar e autonomia em relação ao entorno imediato, mesmo quando este se apresenta pouco expressivo e bastante impactado pelo sistema viário. Desta forma é ampliada a noção de praça para além da tradicional condição dada pela relação “chão” (área livre) e “parede” (edifícios envoltórios).

Para Font (2003, p.10) a cada transformação social a ideologia se renova e com ela as formas do espaço. Mesmo a forma material não se alterando, a sua leitura se faz distinta. Assim, no contexto da conceituação, ou daquilo que é percebido, da simples descrição ou caracterização do que venha a ser praça, encontramos um número muito grande de definições, muitas atreladas às questões temporais, regionais e culturais.

Na sociedade contemporânea houve o enfraquecimento da esfera pública. Mesmo diante da celeridade do mundo contemporâneo, da crescente valorização da esfera privada, das virtualidades, da aceleração vertiginosa dos avanços técnicos e científicos, das práticas informais em tempo real à escala global, faz sentido dirigir nossa atenção ao espaço público, em especial às praças. A praça se constitui num índice de civilidade, de cidadania, de qualidade de vida urbana. A praça é um signo do lugar, revelador de contradições e conflitos sociais. Na praça expõe-se a sociedade em seu movimento. A praça, ainda é um importante sub-espaço, a despeito das afirmações neo-liberais que insistem, propositadamente, em apontar para o fim da esfera pública¹⁸.

¹⁸ QUEIROGA, 2001, p.60.

Capítulo II

O COTIDIANO NAS CIDADES PAULISTAS: DA CELERIDADE DA GLOBALIZAÇÃO AO TEMPO LENTO DOS POBRES

A vida cotidiana na esfera pública é constituída de rotinas que propiciam a alienação. Entretanto, a necessidade de constantes tomadas de decisões aliada à razão comunicativa, ocasionam processos criativos e constituem um espaço de espontaneidade, que potencializam a contraposição silenciosa às ordens estabelecidas pela razão hegemônica.

A globalização, através da imposição da celeridade e da competitividade em busca de avanços tecnológicos e científicos, sob o domínio do capital hegemônico, interfere no tempo, no espaço e nas relações cotidianas. Ao destruir antigas solidariedades horizontais dos lugares, a distância entre possuídos e despossuídos aumenta e uma sensível mudança no uso e na percepção das cidades é estabelecida.

O tempo lento e a intensificada razão comunicativa das cidades de pequeno porte do interior paulista e do espaço dos pobres fortalecem as relações sociais, propiciando atividades cotidianas criativas e astutas diante da escassez e das ordens globais, ocasionando o convívio solidário e uma rica vida cotidiana.

O Cotidiano e a Razão Comunicativa

A valorização da perspectiva do cotidiano além do campo das ciências sociais, em sentido estrito,

ocorreu a partir dos anos 60 do século passado,

passando a ser objeto de estudo de vários autores,

de diversas áreas, como filosofia, arquitetura, história e geografia.

O cotidiano enquanto categoria de análise, através da abordagem de autores distintos entre si,

oferecem aberturas do olhar diante da cotidianidade.

Dentro desta perspectiva, Agnes Heller (1970), afirma que a vida cotidiana para se realizar impõe a cada indivíduo uma série de pragmatismos, *economicismos*, processos de *ultrageneralização*, em várias de suas ações, tornando impossível a reflexão mais rigorosa se antecipar às questões que se impõem à vida, a cada evento, em todos os níveis. Assim se estabelecem as rotinas, com a participação inconsciente do indivíduo no processo, tornando a vida cotidiana propícia à alienação. Entretanto, a possibilidade de viver uma cotidianidade não alienada encontra-se aberta a todos os seres humanos.¹⁹

A estrutura da dimensão cotidiana exige múltiplas tomadas de decisões diárias, constituindo um espaço de espontaneidade e processos criativos, potencializando a ruptura do previamente estabelecido. De Certeau (1990) propõem que se veja nas práticas cotidianas a astúcia do contra poder (a partir de uma noção foucauldiana), na qual há a contraposição silenciosa às ordens

¹⁹ HELLER, Agnes (1970). *O cotidiano e a História*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. Diz, a respeito da possibilidade da cotidianidade não alienada: *A estrutura da vida cotidiana não é necessariamente alienada, pois "as formas de pensamento e comportamento produzidos nessa estrutura podem perfeitamente deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação permitindo-lhe - enquanto unidade consciente do humano genérico e do indivíduo particular - uma condensação [...] da experiência da cotidianidade [...] Neste caso, o ser e a essência não se apresentam*

estabelecidas. Trata-se da astúcia diante da Razão hegemônica, usada no cotidiano diante das normas impostas, criando uma flexibilização, uma maneira de realizar as coisas cotidianamente.

A razão que busca o entendimento do mundo cotidiano é a razão comunicativa, tratada por Habermas (1981, 1983, 1985). Em sua definição há duas grandes esferas de racionalidades: a razão sistêmica e a razão comunicativa.

A Razão Sistêmica é praticada pelos atores hegemônicos e atinge todas as escalas, da global à local. Sua natureza econômica e instrumental é voltada à exploração e dominação. Engendra normas, ordens ideológicas, em ação sistêmica diante do espaço, descontínuo e fragmentado. É responsável pelos avanços da técnica e da ciência, atrelados ao capital.

A razão comunicativa é inter-subjetiva e seu campo de ação é o dos discursos comunicativos. Praticada na esfera do cotidiano, é dotada de sensibilidade e está voltada ao entendimento mútuo entre os interlocutores, estabelecendo processos de compreensão do mundo objetivo, do mundo social. Estabelece sínteses entre razão e emoção: razão em processo, por estar sujeita a ser rompida a qualquer momento por novas informações, ligada às práticas cotidianas. Para Habermas, assim como para Milton Santos a comunicação é a base para a consciência e a transformação. Agnes Heller (1970) afirma que a História não se faz apenas pelas revoluções, mas também pelas transformações do cotidiano.

O cotidiano é de fundamental importância no processo de redescoberta e ampliação da consciência, pelas regras de convivência no lugar onde se vive²⁰. Para Milton Santos (1987, 1994, 1996) é no lugar que se estabelece o acontecer solidário, a co-presença, a comunicação e o domínio da afetividade. A razão comunicativa, do domínio cultural, tende à diversidade e conscientização, onde, aliada ao lugar gera a solidariedade orgânica, onde as pessoas criam o mundo

separados e as formas de atividade da cotidianidade não aparecem como formas alienadas...”, p.37-38.

²⁰ SANTOS, Milton (1987). *O espaço do cidadão*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1993, p.108-109.

vivido, em uma relação horizontal. A razão instrumental, do domínio econômico, tende à homogeneização e a alienação, caracterizado pela solidariedade organizacional, imposta por normas em um sistema de redes, em uma relação vertical. O lugar, em oposição à razão técnica, à globalização, recebe e transforma a informação hierárquica em possibilidades de exercício da razão comunicativa.

A transformação do tempo e do espaço pela globalização

“Globalização e mundialização são neologismos que designam um mundo novo. Na globalização, o mundo é uma imensa cidade produzida pela colagem de outras cidades pequenas e grandes, reconhecidas e desconhecidas, diferentes e parecidas: esta cidade fantástica é o mega mundo tecnológico das metrópoles mediadas e produzidas pela relação complexa de múltiplas características econômicas, sociais e culturais. [...] Mundialização e tecnologia caracterizam o tempo presente”²¹.

Não há um espaço global, mas espaços da globalização, espaços mundializados reunidos por redes. Estas redes são mistas e incluem materialidade e ação. A rede técnica mundializada atual é instrumento da produção, da circulação e da informação mundializadas. Neste sentido as redes são globais, e assim, transportam, o universo ao local. Mediante a telecomunicação, criam-se processos globais que unem pontos distantes numa mesma lógica produtiva, constituindo as verticalidades do espaço geográfico contemporâneo.²²

As cidades que possuem alta densidade técnica, científica e informacional, constituem, para a escala mundial e o capital global, lugares privilegiados, sendo locais de investimentos e de controle de suas operações em rede, que diante da

²¹ FERRARA, Circular / Comunicar / Contactar: O espaço público como índice de transformação da cidade. Trabalho apresentado, com o nome Comunicação e Cultura: publicar e deslocar, em sua primeira versão, na XII Compós, Grupo de trabalho Comunicação e Cultura. Recife, 2003, p.02.

²² SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p.333-334.

razão de dominação dos atores hegemônicos são lugares semelhantes entre si, mas portadoras de diferentes racionalidades. Nestes territórios as informações verticais são mais densas e mais diversificadas, a proximidade das áreas urbanas, a intensidade de trocas na escala inter-cidades, acelera a potencialidade de reconhecimento dos lugares e do mundo. Com este olhar, Queiroga (2001) trata da megalópole, mas também pode-se inserir neste contexto as cidades de médio a grande porte do interior paulista, em especial as que são pólos regionais, podendo ser consideradas econômica e culturalmente complexas. A globalização e a economia que permeia milhões de pessoas e empresas nestes espaços são caracterizadas pelas verticalidades²³.

As redes também podem ser locais, constituindo as condições técnicas para o trabalho direto. No meio local, a rede se integra e dissolve através do trabalho coletivo, implicando um esforço, dos diversos autores, solidário, conflitivo e da co-presença num espaço contínuo, criando o cotidiano da contigüidade, a horizontalidade. Estes espaços são alvos freqüentes de transformações, onde uma ordem especial é permanentemente recriada, numa lógica interna própria, num sentido próprio, localmente constituído²⁴. No âmbito dos lugares, o cotidiano transforma as ordens verticais, relê as normas e ideologias hegemônicas de forma astuciosa.

Verticalidades e horizontalidades nos lugares diversos compõem simultaneamente um quadro de ação e reação. “É assim que se defrontam a Lei do Mundo e a Lei do Lugar”²⁵.

Em “A Natureza do Espaço” (2002), Milton Santos diz que vivemos o mundo da ação em *tempo real*, pois as etapas da ação podem ser previstas rigorosamente. A ordem temporal obtida e a ordem espacial dos objetos²⁶ são

²³ QUEIROGA trata em especial da Megalópole do Sudeste, mas, com relação aos conceitos desenvolvidos pelo autor, acredito ser possível estabelecer uma análise paralela com as cidades de médio a grande porte do interior paulista, em função das semelhanças existentes em suas relações verticais e horizontais, 2001, p.183.

²⁴ As redes são tratadas por Milton Santos em “A natureza do Espaço”, 2002, p. 333, 334.

²⁵ SANTOS, 2002, p. 334.

²⁶ Para Milton Santos, “os objetos que constituem o espaço geográfico atual são intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados. A ordem espacial assim resultante é, também, intencional. Frutos da

associadas para a maior produtividade econômica ou política às ações e ao espaço em que incidem. Assim se constitui nos subespaços um sistema hegemônico, graças às relações privilegiadas que podem ser estabelecidas entre estes objetos novos. É a partir destes objetos atuais que se realiza a “velocidade do mundo”. Na escala do globo, o motor implacável de tantas reorganizações, sociais, econômicas, políticas e geográficas, é a mais-valia global, que tem como principal característica a competitividade, sendo neste mundo belicoso em que vivemos a mais guerreira das ações.

Para Milton Santos (2002, p.38-44) a globalização, por ter ordem hegemônica e como objetivo o mercado global, localmente, cria desordem, conduzindo a mudanças funcionais e estruturais, sendo neste sentido, em seu estágio atual, perversa para a maioria da Humanidade. Mesmo porque como o espaço não é homogêneo, e evolui de forma desigual, a difusão dos objetos modernos e a incidência das ações modernas não é a mesma em toda parte.

A globalização muito longe de reduzir o mundo a “aldeia global”, produz um fosso ainda maior entre ricos e pobres, entre possuidores e despossuídos, não apenas no âmbito das nações, mas mesmo no nível intra-urbano. A globalização que se verifica produz duas grandes violências: a do dinheiro, em estado puro, e a da informação, destas derivam grande parte das demais práticas de violência nos espaços relacionados à globalização.

O Mundo global de celeridade e de competitividade impostos às pessoas, torna a relação humana fria, ocasionando, mesmo que de forma não homogênea, a individualidade, o “stress”, a falta de integração social e o medo. Neste contexto os espaços públicos cederam lugar a ordem espacial dos objetos de que falava Milton Santos, com a criação e intensificação de espaços privados, como os *shopping centers*, os parques temáticos, os condomínios fechados. Lugares concebidos segundo os interesses do capital hegemônico e da globalização, onde é explorada a imagem de um lugar criado para que seus usuários se sintam com conforto, segurança, entre iguais e muitas vezes próximos da “natureza” (mesmo que seja criada e controlada).

ciência e da tecnologia, esses objetos técnicos buscam a exatidão funcional, aspirando deste modo a uma perfeição maior que a da própria natureza”. Vide SANTOS, 2002, p.332.

O espaço das relações sociais alia-se ao capital hegemônico, ou talvez este, tenha tornado-se tão presente que chegou a dominar até mesmo o espaço do ócio do homem contemporâneo, impondo e camuflando, ou até mesmo transformando atividades e comportamentos consumistas como se fossem atividades do simples lazer cotidiano.

Segundo Milton Santos (1987, *passim*), numa sociedade tornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é verdadeiro ópio. [...] O poder do consumo é contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados. [...] A glorificação do consumo se acompanha da gradativa diminuição de outras sensibilidades, como a noção de individualidade (que constitui um dos alicerces da cidadania). Enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se percebe como distinto, a partir da igualdade entre todos.

A globalização da economia, mas, sobretudo, a desterritorialização da cultura, graças às novas tecnologias da comunicação, estabelece uma sensível mudança no uso e na percepção das cidades, em especial do espaço público²⁷.

Entretanto a globalização não é capaz de destruir os lugares, mas sim, as antigas solidariedades horizontais, que se transformam, estabelecendo relações dialéticas entre o mundo e o local. O global e concretiza nos lugares, mas não sem a resistência ou subversão. De acordo com Queiroga (2001, p.330), “no lugar se dá, efetivamente, o embate das diferentes ações e suas intenções; se processam dialeticamente solidariedades orgânicas (da co-presença, da continuidade espacial) e organizacionais (das ordens, da distância e racionalidade econômica). Cabe ao lugar uma força reativa concreta e cotidiana aos processos da globalização, cabe ao cidadão tomar consciência. O lugar transforma o mundo, em ato e potência”.

²⁷ FERRARA, 2003, p.03.

As cidades de pequeno porte do interior paulista e os espaços dos pobres: espaços análogos entre o tempo lento e a razão comunicativa.

Há semelhanças nos espaços dos pobres e as cidades de pequeno porte do interior paulista que vão muito além do tom pejorativo usados para designar pobres, suburbanos e caipiras, interioranos. Aos interioranos é associada a imagem de pessoas que vivem em um lugar onde as modernidades ainda não chegaram ou não dominaram o espaço, estando seu cotidiano muito mais ligado à vida do campo do que a vida urbana. Estas cidades, mesmo vivendo no mesmo tempo contemporâneo das cidades de médio a grande porte, sofrem influências da globalização, mas de forma mais amena, criando uma abertura para atitudes cotidianas criativas.

Há nas pequenas cidades interioranas a escassez de opções de espaços privados, frutos do capital hegemônico, destinados, entre outras funções, ao ócio e lazer, como bons restaurantes, cinemas, teatros, *shopping-centers*.

No caso dos pobres das cidades de médio a grande porte, a dificuldade de acesso a esses lugares, se dá principalmente pela distância, incluindo o valor do transporte e, muitas vezes, o alto custo para se freqüentar e usufruir destes espaços. Essas dificuldades são muito semelhantes com as vividas pelos habitantes das pequenas cidades do interior paulista, que, para freqüentarem estes espaços, tem que se deslocar, geralmente, até a cidade que é pólo-regional, representando muitas vezes distância e custos consideráveis. Com isso, os espaços públicos apresentam-se como um importante espaço destinado ao lazer, propiciando uma rica vida urbana, com intensas práticas sociais ligadas ao ócio. No caso dos pobres, até as ruas se transformam em praças alongadas, terrenos baldios em campinhos de futebol, transformando o uso destes lugares em pracialidades²⁸.

A experiência da escassez permite aos pobres, em seu tempo lento, uma tomada de consciência cotidiana capaz de fazê-los sobreviver solidária e

²⁸ As Pracialidades denominam os espaços que assumem as características de praças, que intensificam as relações de interação social. Ver QUEIROGA, 2001.

resistentemente às ordens globais, de forma híbrida, mas sem dúvida com ampla potencialidade criativa²⁹.

Semelhanças positivas também podem ser encontradas nos espaços dos interioranos e dos pobres, em função da distância das “modernidades”, que levam as pessoas que vivem nestes lugares a um tempo lento (o tempo da aproximação maior aos problemas da existência cotidiana), onde as relações sociais são fortalecidas e a razão comunicativa intensificada, criando laços afetivos que caracterizam estes lugares.

Segundo Queiroga (2001) as espacialidades do cotidiano revelam a capacidade de assimilação e transformação das racionalidades hegemônicas pelas populações. A astúcia dos grupos sociais “marginalizados” garante sua sobrevivência cotidiana e alternativa, inconforme às ordens. Estas são transformadas, sobretudo pelos pobres, em processos mais solidários que competitivos. A experiência da escassez permite um conhecimento existencial mais profundo, dificilmente obtidos pelos “consumidores mais-que-perfeitos”³⁰.

No mundo atual, das verticalidades e horizontalidades, é curioso observar a insatisfação própria do ser humano. O homem da mundialização, do tempo veloz, almeja o tempo lento e o convívio criado por laços afetivos que se estabelecem nas pequenas cidades interioranas e nos espaços dos pobres; e estes, por sua vez, querem ter acesso às modernidades, até mesmo para não se sentirem alienados ao mundo da globalização e da tecnologia. Estes anseios nos levam a idealizar um mundo onde seria encontrada a harmonia entre a razão sistêmica e a razão comunicativa, mas sem seus efeitos colaterais, como a competitividade, o “stress”, o individualismo, o medo e a exclusão... Equilíbrio entre técnica e tempo, razão e emoção³¹... Sonhos da humanidade.

²⁹ SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982, *apud* QUEIROGA, 2001, p.183.

³⁰ SANTOS, Milton (1987). *O espaço do cidadão*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1993, p.40.

³¹ Técnica e tempo, razão e emoção - é o subtítulo da obra “A Natureza do Espaço” de Milton Santos, 2002.

PERCEPÇÃO: OLHAR ALÉM...

A realização da pesquisa tem como parte constituinte a percepção do espaço, a leitura não-verbal. Para se fazer esta leitura não há um método fixado ou predeterminado. Segundo Lucrecia Ferrara³², para a leitura do objeto não-verbal deve-se adotar procedimentos metodológicos, onde sua operacionalização depende da natureza e da dinâmica de cada objeto lido.

Para estes procedimentos metodológicos foram criadas estratégias que orientam a leitura e criam uma forma específica de ler cada objeto-texto. Estas estratégias dividem-se em constantes estratégicas e procedimentos dê-verbais.

Para a realização dos estudos de casos serão adotadas as constantes estratégicas de contextualização, estranhamento e atenção, que consistem em:

- Contextualização – levantamento da história do local, mudanças sociais e econômicas ocorridas, características físicas e geográficas que caracterizam o objeto a ser lido;
- Estranhamento – como não é possível ler/ ver/ perceber o homogêneo, é necessário re-conhecer a realidade, é preciso estranhá-la e fazer uma reflexão para identificá-la. Este procedimento revela a realidade que nos envolve e a qual estamos habituados;
- Atenção – está no cerne das estratégias e é orientada por dois elementos: a observação e a comparação. Dela depende a interação com o espaço ambiental não-verbal no sentido de produzir uma leitura. A observação aliada aos elementos já vistos ocasiona a comparação, a analogia, combinar as imagens e perceber a ligação entre suas estruturas. A analogia é o mais responsável pela integração sensorial capaz de superar, com vantagem informacional, o mundo independente dos sentidos.

³² Lucrecia D'Alésio Ferrara é autora de diversas obras que tratam de percepção ambiental e leitura não-verbal. Dentre suas obras estão "A estratégia dos Signos", 1981, "Leitura sem Palavras", 1986, "Ver a cidade", 1988 e "Olhar periférico", 1999. O texto acima se baseia especialmente na obra "Leitura sem Palavras", 1986, *passim*.

Os procedimentos des-verbais são elementos práticos e técnicas operacionais, que auxiliam as constantes estratégicas anteriores. São necessários à contextualização e usados para aguçar a observação e estimular a comparação.

Consistem no levantamento da memória, através da pesquisa da documentação de arquivos, bibliotecas, jornais, revistas, fotos antigas, vídeos, gravações, desenhos, croquis para se verificar como foi determinado ambiente, seus usos e sua história. Para se conseguir penetrar mais profundamente na analogia do presente, é necessário buscar propositalmente o passado.

Com estas técnicas processa-se num primeiro momento a dissecação ocular, auditiva e olfativa necessária à comparação e logo após, há uma re-composição dos elementos de modo a explicitar as relações estruturais e analógicas exploradas na leitura, assim, supera-se o mundo independente dos seus sentidos e estimula-se a analogia que nos permite apreender o ambiente que nos envolve e nos ensina a ver melhor.

Toda identificação de elementos formais e sensações, se processa através da tradução do mundo exterior para nosso interior, transmitidas pelas sensações provenientes do aparelho psíquico das pessoas, pelo labirinto, responsável pela orientação no espaço e pelos sentidos: visão, olfato, sabor, tato, audição. A leitura do espaço através destes canais nos coloca na posição de atuantes e, ao mesmo tempo, espectadores.

A percepção, além dos sentidos, envolve a cultura, o inconsciente, o cognitivo, o intuitivo e até mesmo a emoção. A leitura do espaço depende das características do próprio ambiente físico, combinada à cultura da pessoa que a apreende. Além desta lente cultural, há também a cultura do grupo social, com pessoas que compartilham da mesma realidade social e cultural, e assim, possuem pontos de vista com um sistema de códigos e símbolos que regem seu modo de apreensão do meio.

No momento da observação é preciso captar tanto o visível quanto o invisível, pois o olhar deseja ver mais do que lhe é dado a ver. Através do invisível é que se

percebem as perfeições e imperfeições do mundo. O olhar é ao mesmo tempo, sair de si, e retornar trazendo o mundo.

CONTEXTO HISTÓRICO-ECONÔMICO-SOCIAL E CULTURAL DAS CIDADES DO INTERIOR PAULISTA: RIBEIRÃO PRETO E MONTE ALTO.

O presente trabalho pretende apresentar o contexto histórico, econômico, social e de cultura, lazer e entretenimento dos municípios de Ribeirão Preto e Monte Alto, ambos localizados no interior paulista, sendo o primeiro de médio a grande porte e o segundo de pequeno porte. Estas duas cidades serão palco dos estudos de casos a serem apresentados na segunda parte deste trabalho.

Foram escolhidas as praças destes dois municípios por participarem da história de vida da autora desde a sua infância, instigando-a a realizar uma leitura mais atenta do que a feita por ela até então, possibilitando-a a “re-conhecer” estes espaços, além do fato de serem espaços pouco investigados, principalmente no caso de Monte Alto e das praças de periferia e bairro residencial consolidado de médio a alto padrão em Ribeirão Preto, mesmo sendo bastante representativos da realidade urbana paulista.

O capítulo se inicia com a explanação da Região Administrativa de Ribeirão Preto seguindo aspectos históricos, geográficos e da evolução urbana das cidades estudadas. A seguir, apresenta-se o estudo sócio-econômico através da análise do IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social) e IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), os quais abrangem riqueza, longevidade e escolaridade.

Com referência a cultura e lazer são abordados os principais espaços destinados a estes fins nas duas cidades, os quais englobam as praças centrais, que serão mais amplamente apresentadas nos estudos de casos.

Neste capítulo, diversas vezes serão utilizados como parâmetros para a avaliação dos dados sobre as abordagens mencionadas, informações sobre a Região de Governo de Ribeirão Preto e o Estado de São Paulo.

Região Administrativa e de Governo de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto é sede da sexta região administrativa e sede de região de governo do Estado, sendo composta por 23 municípios e 10 distritos, em uma área total de 9.357 Km² (vide mapa 01). A Região Administrativa de Ribeirão Preto é constituída por municípios de pequeno porte, sendo que 12 cidades têm população de até 20.000 habitantes, 9 municípios de 20.000 a 40.000, 1 com mais de 40.000 (Monte Alto) e 2 com mais de 50.000 habitantes (Jaboticabal e Sertãozinho), como consta na tabela abaixo.

Tabela 1. Municípios da RA de Ribeirão Preto / População no ano de 2000.

| Municípios | População |
|--------------------------|-----------|
| Altinópolis | 15.481 |
| Barrinha | 24.207 |
| Brodósqui | 17.139 |
| Cajuru | 20.777 |
| Cássia dos Coqueiros | 2.871 |
| Cravinhos | 28.411 |
| Dumont | 6.307 |
| Guariba | 31.085 |
| Guatapar | 6.371 |
| Jaboticabal | 67.408 |
| Jardinópolis | 30.729 |
| Luis Antônio | 7.160 |
| Monte Alto | 43.613 |
| Pitangueiras | 31.156 |
| Pontal | 29.681 |
| Pradópolis | 12.912 |
| Ribeirão Preto | 504.923 |
| Santa Cruz da Esperança | 1.796 |
| Santa Rosa de Viterbo | 21.435 |
| Santo Antônio da Alegria | 5.764 |
| São Simão | 13.675 |
| Serra Azul | 7.446 |
| Serrana | 32.603 |
| Sertãozinho | 94.664 |
| Taquaral | 2.722 |

Fontes:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO – PMRP. *Dados Econmicos*. Disponível em: <<http://www.ribeiropreto.sp.gov.br>>. Acesso em: abril 2004.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo 2000 – Sinopse preliminar*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatística/população/censo2000/sinopse>>. Acesso em: março 2004.

A região de Ribeirão Preto tem grande destaque no panorama estadual e nacional por apresentar elevado padrão de vida (renda, consumo e longevidade) e bons indicadores sociais (saúde, educação e saneamento). Localizada próxima a importantes centros consumidores, tem seu acesso facilitado pela boa infraestrutura de transportes e comunicação, decorrentes do progresso advindo do período cafeeiro.

É referência como pólo de educação, geração de tecnologia e mão de obra qualificada, pois constitui um dos principais centros universitários e de pesquisa do país, com destaque nas áreas: médica em Ribeirão Preto, agrônômica e veterinária em Jaboticabal.

Os excelentes indicadores econômicos e sociais ancoram-se em uma estrutura econômica forte e diversificada tanto no município de Ribeirão Preto como em sua região. A qualidade dos solos (uma grande mancha de terra roxa) e do clima faz com que esta seja uma das principais regiões agrícolas do Estado de São Paulo e do país, caracterizando-se por uma grande produção e por elevados níveis de rendimento das culturas.

Em relação à indústria, destaca-se a agroindústria sucroalcooleira, que está muito relacionada ao desempenho do setor primário. As usinas representam uma das principais atividades econômicas da região. São 21 usinas que empregam em torno de 8.000 empregados. Segundo a Fundação SEADE, a região lidera a produção mundial de cana-de-açúcar, açúcar e álcool. Além desta cultura, se destacam, na região, as lavouras de laranja, soja, amendoim e a fruticultura em geral.

O importante desenvolvimento da agroindústria estimula outros setores, como o de máquinas agrícolas e equipamentos para usinas. No amplo complexo agro-industrial da região se integram indústrias de suco de laranja, alimentícias, de ração, fertilizantes, beneficiadoras de grãos, entre outras. Também há na região a presença de outros setores industriais relevantes, como por exemplo, o de equipamentos médicos-odontológicos e farmacêuticos em Ribeirão Preto e o setor metal-mecânico em Sertãozinho.

Quanto ao setor financeiro, a cidade sede da Região de Governo – Ribeirão Preto, segundo Queiroga (2001, p.84-85), detinha, em 1996, 2,74 bilhões de reais em aplicações (2,64 milhões de dólares), constituindo-se, neste quesito, no 13º município brasileiro, à frente de Goiânia (2,23 bilhões de reais), Belém (1,90 bilhões de reais) ou Manaus (1,51 bilhões de reais). No estado de São Paulo, somente a capital, Osasco e Campinas apresentavam cifras superiores a esta cidade.

Com relação à importância da Região Administrativa de Ribeirão Preto (RA-RP) no acumulado da atividade financeira relativamente às outras Regiões Administrativas no Estado de São Paulo, no ano de 2001, representa o quarto lugar em importância em depósitos totais relativamente ao Estado; terceiro lugar, com porcentagem igual a da Região Metropolitana da Baixada Santista, em operações de crédito relativamente ao Estado e também terceiro lugar na razão entre Operações de Crédito pelos Depósitos Totais, apenas ficando atrás da RA de São José dos Campos e RA de Campinas, como pode ser verificado na tabela apresentada a seguir.

Tabela 2. Acumulado da Atividade Financeira dos Municípios Sedes das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo no ano de 2001.

| Municípios Sede das R.A do Estado de São Paulo | Depósitos Totais | Operações de Crédito | Operações de Crédito / Depósitos Totais |
|--|-------------------|----------------------|---|
| | Em R\$ | Em R\$ | |
| Região Metropolitana de São Paulo | 2.277.924.679.922 | 1.882.592.755.940 | 0,83 |
| RA de Campinas | 37.344.913.797 | 50.048.391.213 | 1,34 |
| Região Metropolitana da Baixada Santista | 24.001.281.148 | 23.607.804.875 | 0,98 |
| RA de Ribeirão Preto | 18.449.372.354 | 23.589.409.973 | 1,28 |
| RA de São José dos Campos | 13.347.878.001 | 18.423.980.255 | 1,38 |
| RA de Sorocaba | 11.173.552.190 | 6.868.006.238 | 0,61 |
| RA Central (São Carlos e Araraquara) | 10.530.715.041 | 5.279.448.803 | 0,50 |

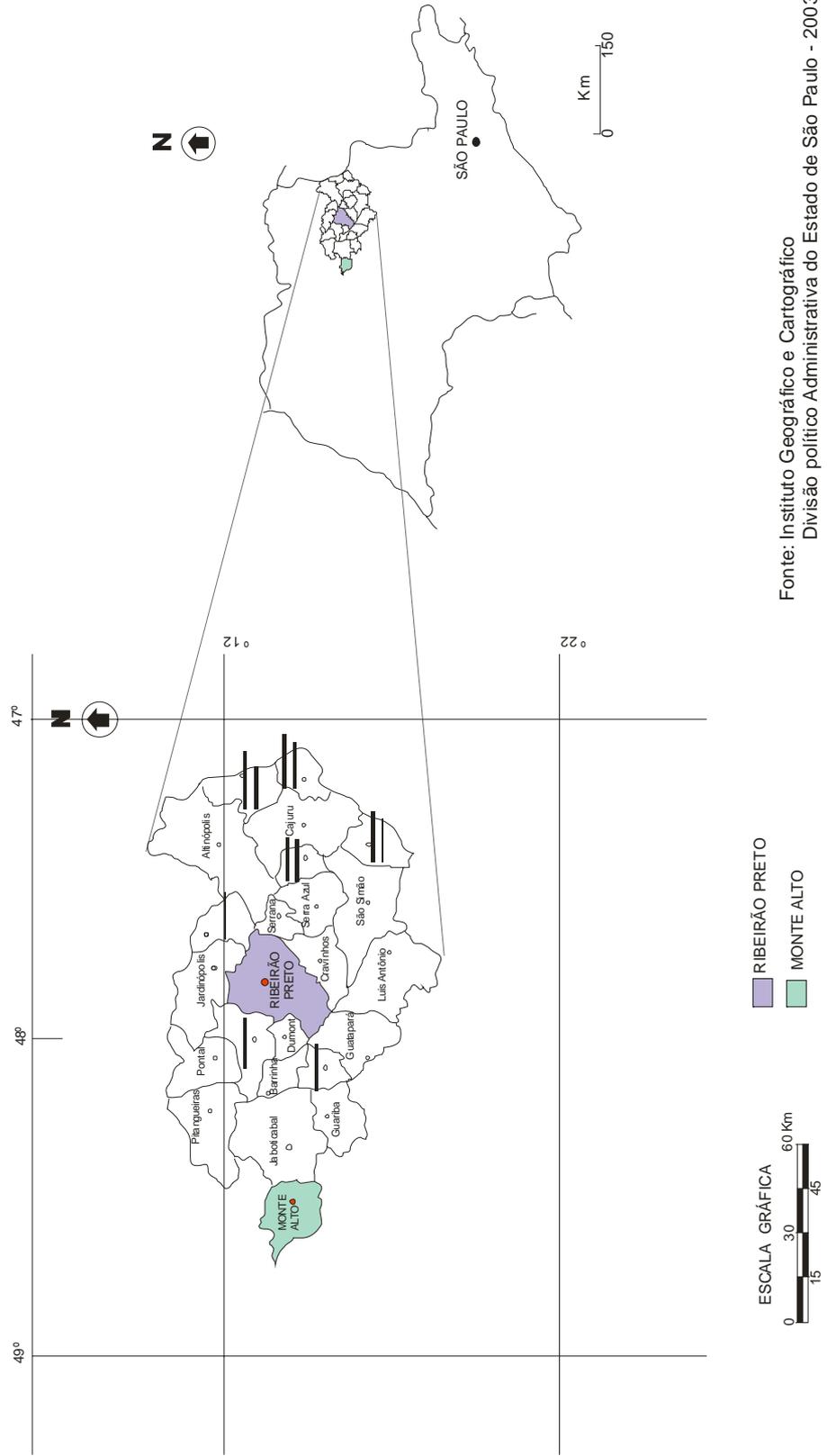
Tabela 2. Acumulado da Atividade Financeira dos Municípios Sedes das Regiões Administrativas do Estado de São Paulo no ano de 2001 (Continuação)

| Municípios Sede das R.^a do Estado de São Paulo | Depósitos Totais Em R\$ | Operações de Crédito Em R\$ | Operações de Crédito / Depósitos Totais |
|--|------------------------------------|--|--|
| RA de São José do Rio Preto | 9.212.600.778 | 6.777.006.622 | 0,74 |
| RA de Bauru | 7.387.704.902 | 4.791.650.661 | 0,65 |
| RA de Presidente Prudente | 4.971.569.176 | 3.534.248.285 | 0,71 |
| RA de Franca | 4.252.923.643 | 3.667.732.413 | 0,86 |
| RA de Marília | 4.397.531.041 | 2.699.228.889 | 0,61 |
| RA de Araçatuba | 3.976.812.269 | 2.931.549.233 | 0,74 |
| RA de Barretos | 1.863.310.440 | 1.175.499.725 | 0,63 |
| RA de Registro | 648.533.886 | 460.637.810 | 0,71 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO – PMRP. *Economia*. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>>. Acesso em: março 2004.

Diante de todas as características apresentadas conclui-se que a região de Ribeirão Preto constitui um centro de elevada qualidade de vida, grande dinamismo econômico, sendo área de influência de outras regiões do Estado de São Paulo e de outros estados, contribuindo em grande medida para a composição do cenário de elevado desenvolvimento do interior paulista.

MAPA 01
 Localização dos municípios Ribeirão Preto e Monte Alto / SP na Região Administrativa e Região de Governo de Ribeirão Preto e sua localização no Estado de São Paulo



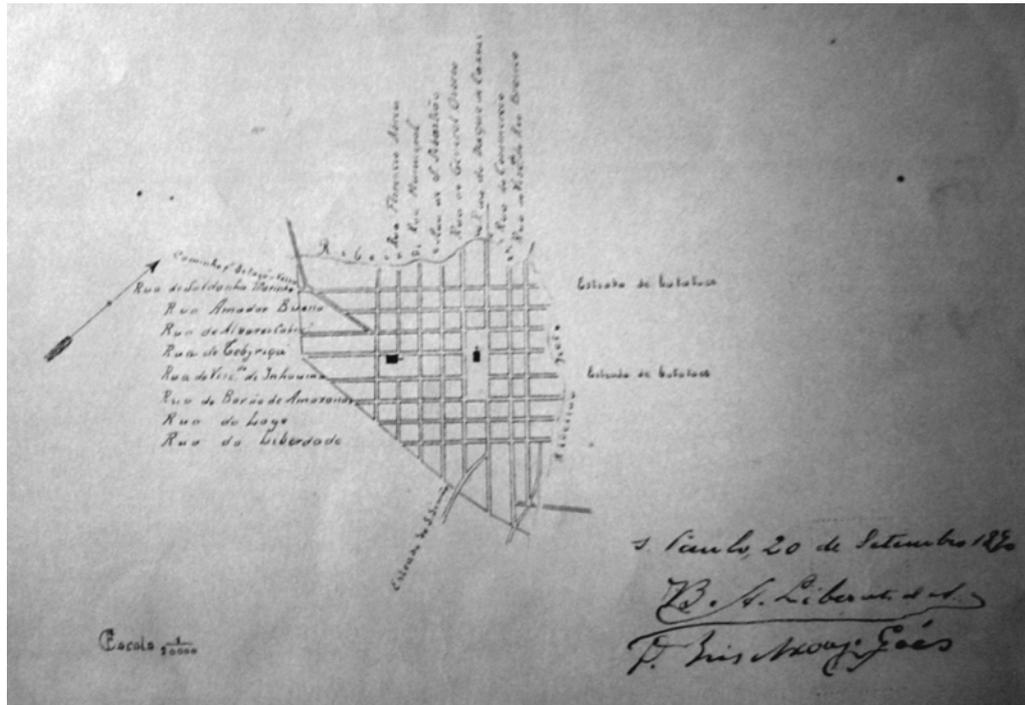
Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico
 Divisão político Administrativa do Estado de São Paulo - 2003
 Organização: J. DAVANÇO

Histórico e Evolução Urbana de Ribeirão Preto

Em meados do século XIX, as terras do antigo povoado de Ribeirão Bonito, situadas no município de São Simão, foram ocupadas por fazendas de criação de gado, onde se desenvolveu o atual município de Ribeirão Preto. Com o crescimento da população tornou-se necessária à construção de uma capela na região. Em 02 de novembro de 1845, José Mateus dos Reis doou as primeiras terras para a formação do patrimônio da futura capela, em louvor a São Sebastião das Palmeiras. Outras doações de terras foram feitas com o objetivo de ampliar o patrimônio de terras da capela. Ribeirão Preto não teve apenas um fundador, pois além dos que fizeram as doações de terras, os que trabalharam pelo progresso da cidade também são considerados pelos ribeirãopretanos como seus fundadores.

A data de fundação de Ribeirão Preto consta de 19 de junho de 1856, época em que a cidade era chamada Barra do Retiro. No mesmo ano, começou a urbanização da cidade pelas mãos de Manoel Fernandes do Nascimento, fabriqueiro da paróquia (agente, zelador dos negócios e propriedade da paróquia), que, com visão de planejamento, alinhou os primeiros arruamentos, constituindo uma malha urbana com traçado regular, em forma de xadrez (vide figura 1). Para a realização deste trabalho, que teve duração de dez anos, encontrava muita resistência, principalmente dos moradores e donos de propriedades, aos quais não agradava a idéia de alinhar ou retificar suas casas, quintais e chácaras, de acordo com o interesse maior da coletividade.

Figura 1. Imagem do Mapa de Ribeirão Preto de 1884



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Figura 2. Primeira Matriz de Ribeirão Preto



Fonte: CIONE, 1987.

Em 09 de janeiro de 1868 a capela ficou pronta e deu ao povoado o início de seu desenvolvimento administrativo com a criação da freguesia de Ribeirão Preto.

O processo de urbanização começou na década de 1860. A autonomia política e a fertilidade das terras propiciaram a expansão da agricultura e do comércio na região. A partir de 1876, com a introdução do café tipo “Bourbon”, teve início o desenvolvimento acelerado, transformando as lavouras em grandes

cafezais e a região em uma das maiores produtoras do “ouro verde” na virada do século XIX.

Em 07 de abril de 1879 o nome do município foi alterado para Entre Rios e, em 30 de junho de 1881, passou definitivamente para Ribeirão Preto. Em 1883, chegaram os trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro que deu novo e definitivo impulso à cidade. Em 1884, a área urbana expande-se. Em 1º de abril de 1889 recebeu foros de cidade, transformando-se em pólo econômico de atração e irradiação de atividades, abrangendo boa parte do interior do Estado de São Paulo, Minas Gerais e até Goiás.

Figura 3. Trilhos Ferroviários da Companhia Mogiana



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

No início do século XX, em pleno período cafeeiro, a área central da cidade já estava formada, tendo na época a mesma delimitação atual, localizando-se entre as avenidas Jerônimo Gonçalves (figura 3), Francisco Junqueira, Independência e 9 de Julho. A rua do comércio, atual Mariana Junqueira, localizada abaixo da Rua Visconde do Rio Branco (primeira via pública aberta na cidade), abrigava famílias tradicionais e a empresa Força e Luz. Com a expansão da área central, o desenvolvimento urbano começou a ocupar áreas além das barreiras físicas naturais, os córregos Retiro Saudoso e Ribeirão Preto.

Figura 4. Avenida Jerônimo Gonçalves - 1927



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Vários bairros da cidade surgiram do “Núcleo Colonial Antônio Prado”, que nada mais era do que o primeiro projeto de parcelamento do solo do município, posteriormente denominado de Campos Elíseos. O primeiro destes bairros foi a Vila Industrial que, em 1915, incentivou a ocupação da Vila Tibério. Em 1911, instalou-se no município a Companhia Cervejaria Paulista, depois vendida para a Antártica, atraindo várias choperias para a cidade.

Figura 5. Fábrica da Antártica



Fonte: FARIAS, Izabel (Org.). (2000)

Na década de 20 surgiram os bairros Higienópolis (loteado em 1923), Vila Seixas (1928) e Santa Cruz do José Jacques (1929). No final da década de 20, Ribeirão Preto estava no auge do desenvolvimento econômico e urbano advindo do período cafeeiro, representado por belas construções na área central, como o Teatro Pedro II e o primeiro edifício da cidade, o Diedericksen, ambos inaugurados na década de 30.

Figura 6. Teatro Pedro II -
Início da década de 30



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Em 1929, com a quebra da bolsa de Nova Iorque, o café entrou em declínio, cedendo espaço para a pecuária e a policultura na região como forma alternativa para evitar a falência da economia. A configuração urbana se manteve praticamente inalterada durante duas décadas, voltando a se desenvolver apenas no final da década de 40, quando a maciça migração do campo para a cidade causou desenfreada ocupação urbana. Nesta época surgiram a Vila Recreio, Guanabara, Paulista e Sumaré.

Figura 7. Edifício Diedericksen
Inaugurado em 1936



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Inaugurado em 1943, o Bar Pinguim se tornou famoso pela qualidade do chope, funcionando até os dias de hoje no mesmo local, no Quarteirão Paulista, contando com mais duas filiais. É a choperia mais tradicional da cidade, atraindo pessoas de toda a região.

Figura 8 . Choperia Pinguin 1



Fonte: FARIAS, Izabel (Org.). (2000)

Os anos 50 (figura 5) marcaram o desenvolvimento da Zona Sul, formando os bairros: Alto da Boa Vista, Jardim Irajá, Jardim Califórnia, Jardim Recreio, Parque Ribeirão Preto e outros bairros mais afastados como Jardim Zara, Jardim Aeroporto, Parque São Sebastião, Jardim Jandaia e Alto do Ipiranga.

Na década de 60, surgiram outros grandes parcelamentos e aprovações de loteamentos, como o Jardim Independência, Lagoinha, Ribeirânia e Monte Alegre. No final dos anos 70 surgiram os condomínios fechados: Vila Verde, Quinta da Alvorada e Quinta da Boa Vista, além dos loteamentos: Jardim Canadá, City Ribeirão e Parque Tanquinho.

Figura 9. Vista aérea da área central de Ribeirão Preto em 1957



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

A partir da década de 80, a cidade destaca-se no cenário nacional pela alta qualidade de vida, sustentada pela renda advinda da cana de açúcar que movimentava a economia da região, recebendo o apelido de "Califórnia Brasileira". Nesta década, os conjuntos habitacionais expandiram a cidade para a Zona Norte, modificando a estrutura da cidade até então existente.

Na década de 90 a área central passa por um período de forte adensamento, com a construção de vários edifícios residenciais, um shopping center (Santa Úrsula), concentração de escolas de ensino médio, além do comércio já existente. A partir de meados dessa década, as escolas e algumas atividades presentes nesta área, começaram a ser transferidas para outros locais da cidade, em especial para a Zona Sul, que se transformou em uma área de grande desenvolvimento na cidade. Formou-se um forte corredor comercial, com

edifícios residenciais e comerciais de alto padrão, além de um campus universitário (UNIP).

Do ano 2000 a 2006, as áreas de maior crescimento da cidade são as zonas sul e sudeste (figura 6), onde foi construído um shopping (Novo Shopping), dois parques (o Curupira e o Dr. Luiz Carlos Raya), hotéis, localizados próximos ao Fórum, à Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp) e ao Ribeirão shopping, concentrando atividades comerciais, de ensino e de serviços, além da expansão e desenvolvimento de novos bairros residenciais. O crescimento da zona periférica da cidade para a zona norte na forma de conjuntos habitacionais, também é constante e progressivo. Na cidade é grande o número de condomínios residenciais, sendo nove de alto padrão, quinze de padrão médio e sete de habitações populares. No final deste item será apresentado o mapa de divisão de loteamentos de Ribeirão Preto no ano de 2005.

Figura 10 . Vista da Zona Sul de Ribeirão Preto - ano 2000



Fotos: FARIAS, Izabel (Org.). (2000)

Mapa 02 – Mapa da área urbana do Município de Ribeirão Preto/SP

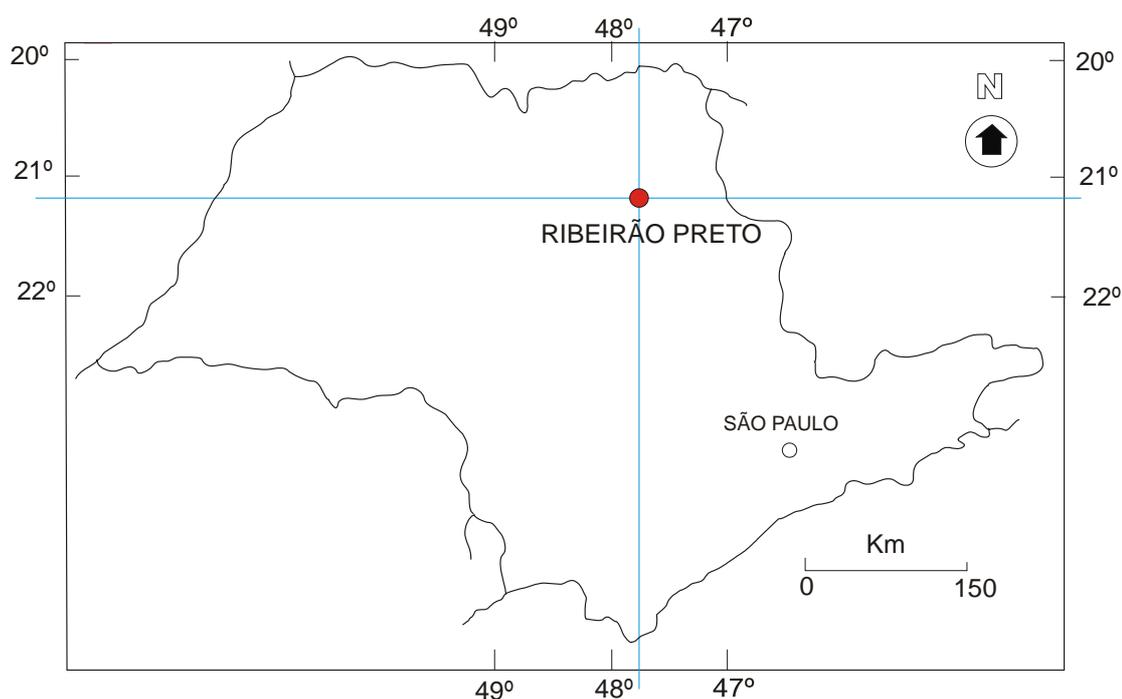
Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Secretaria de Planejamento Urbano – 2005

Organização: J. Davanço

Aspectos geográficos de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto (mapa 2) apresenta clima tropical, com verão chuvoso e inverno seco. Sua temperatura média no inverno é de 19°C e no verão 25°C. Possui precipitação pluviométrica média de 1.426,8 mm de chuva (total ano) e a umidade relativa do ar é de 71% (média anual)³³. A altitude desta cidade é de 554,800m, com latitude de 21°10'39" S e longitude de 47°48'37" W³⁴ (mapa 03). Sua área total é de 652,2 Km², sendo que a área urbana, com 274,08 km², é apenas 15% menor que a rural.

Mapa 3 - Localização de Ribeirão Preto no Estado de SP



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico.
Divisão Político - administrativa do Estado de São Paulo - 1996

³³ Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - PMRP. *Dados geográficos*. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>>. Acesso em: março 2004.

³⁴ Dados da FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades@*. (Banco de dados). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: março 2004.

Localizada na região nordeste do Estado, Ribeirão Preto está a 319 km de distância da capital. Em um raio de 200 Km do município, encontram-se algumas das principais cidades do interior paulista e de Minas Gérias, como Araraquara, Bauru, Barretos, Campinas, Franca, Limeira, São Carlos, São José do Rio Preto, Uberaba, Uberlândia, entre outras.

A principal via de acesso ao município se dá através da Via Anhanguera (SP 330), que o liga à capital, à Campinas e ao Triângulo Mineiro. Além desta rodovia a cidade conta com um conjunto de cinco rodovias, formando um entroncamento rodoviário que possibilita fácil acesso a diferentes regiões do estado e do país. Está ligada a Franca pela Via Cândido Portinari (SP334), a Sertãozinho pela Via Atílio Balbo (SP332), Araraquara - Via A. Machado Santana (SP225), Cajuru - Via Abrão Assed (SP333), e Pradópolis - Via Mário Donegá (SP292)³⁵.

Além das rodovias, a cidade é servida por uma linha-tronco das Ferrovias Bandeirantes (Ferroban), que faz a conexão entre Brasília e o Porto de Santos, e dista 170 km da Hidrovia Tietê-Paraná (Porto de Pederneiras). Há na cidade o aeroporto “Leite Lopes”, que é habilitado ao tráfego internacional de cargas pelo Ministério da Aeronáutica, podendo operar também com cargas domésticas.

³⁵ Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - PMRP. *Dados geográficos.* Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>>. Acesso em: março 2004.

Histórico e evolução urbana de Monte Alto

A cidade de Monte Alto, inicialmente conhecida como Bom Jesus de Pirapora de Monte Alto das Três Divisas, foi fundada por Porfírio Luiz de Alcântara Pimentel, que era farmacêutico, capitão e cirurgião-mor do imperador. Segundo a lenda, era um homem aventureiro e dado à exploração de novas terras e que após ter sonhado com um lugar montanhoso onde havia uma capela, passou a procurar o local sonhado, encontrando-o no sítio de Monte Alto, levando-o a negociar quatro alqueires necessários à construção de um templo e à formação do patrimônio da igreja.

Em 15 de maio de 1881, foi erguido um cruzeiro e construída a capela em louvor ao Bom Jesus de Pirapora, em terras do município de Jaboticabal, onde, ao seu redor, cresceu o povoado que se desenvolveu rapidamente em função da lavoura de café. Em 31 de agosto de 1895, sob a lei nº363, com o nome de Monte Alto, foi elevada a categoria de município, em território desmembrado do município de Jaboticabal.

A ocupação da região foi impulsionada pelo café e pela malha ferroviária, responsável pelo transporte dos grãos das plantações do interior paulista aos mercados consumidores. A riqueza proporcionada pela expansão da cafeicultura na região atraiu intensa migração estrangeira como mão-de-obra para a lavoura.

A estrada de ferro de Monte Alto foi considerada um empreendimento arrojado na época de sua construção, devido aos trechos de serra. Essa estrada ferroviária, interligada a grandes ferrovias como a Paulista e Araraquarense, possibilitou o desenvolvimento da região e o primeiro salto na industrialização local.

Figura 11 . Construção da Estrada de Ferro de Monte Alto, no início do século XX.



Fonte: Museu Histórico de Monte Alto

Nas décadas de 20 e 30, surgiram diversas pequenas indústrias no núcleo urbano, se destacando as metalúrgicas e as de produtos alimentícios, que contribuíram para o processo de industrialização mais consistente no município.

Figura 12. Rua do Comércio na década de 1920



Fonte: Museu Histórico de Monte Alto

A partir de 1940, houve expressiva expansão da agroindústria na cidade, adquirindo grande importância na economia local até os dias de hoje.

Figura 13. Vista aérea de Monte Alto na década de 1940



Fonte: Museu Histórico de Monte Alto

Segundo o Censo, em 1950 a população total do município era de 15.953 habitantes, sendo que 72% (11.557) habitavam a zona rural. Nesta década o crescimento populacional foi lento, chegando a 1960 com 16.919 habitantes. Na zona urbana havia enorme deficiência de infra-estrutura, tendo apenas 750 ligações de esgoto, 1.295 ligações de água e 9 ruas pavimentadas com paralelepípedos.

Na década de 60, em função da aceleração da urbanização decorrente do desenvolvimento industrial e do êxodo rural, o município passa a ter 21.760 habitantes, tendo 14.245 pessoas na zona urbana (65,5%) e 7.515 na rural (34,5%). Este fenômeno de inversão da população da zona rural para a urbana ocorreu praticamente em todo o país nesta década.

O processo de desenvolvimento urbano teve continuidade nas décadas seguintes, chegando à década de 80, segundo Censo do IBGE, a 31.221 habitantes, sendo 81,8% da zona urbana. Esta década conta com o maior número de loteamentos aprovados e regularizados da cidade. Com o aumento da demanda por habitação e infra-estrutura, foram produzidos três conjuntos habitacionais (Centenário, Bandeirantes e Vale dos Sonhos) para a população de baixa renda, pela Cohab - Ribeirão Preto. Também nesta década, os serviços de água e esgoto foram entregues à SABESP.

Figura 14 . Foto aérea de Monte Alto - 1981



Fonte: Museu Histórico de Monte Alto

Na década de 90 o desenvolvimento do tecido urbano continuou, criando um processo de aberturas indiscriminadas de vias e loteamentos, ocasionado problemas diversos no tecido urbano, como um sistema viário inadequado e erosão nos loteamentos localizados nas encostas da serra.

Monte Alto chegou ao ano 2000 com 43.613 habitantes³⁶ (93,4% na zona urbana), taxa de urbanização de 94,18%³⁷, abastecimento de água com nível de atendimento de 98,51%, esgoto sanitário de 98,21% e coleta de lixo de 99,25%. Até o ano de 2004, foram aprovados três loteamentos (Jardim Bom Retiro, Jardim Jaqueline e Jardim Santa Rita), um está em processo de regularização (Parque Industrial I) e há previsão para a regularização dos Parques Industriais II a V³⁸.

O histórico da produção agrícola montealtense possui cultivo diversificado, produzindo atualmente, na lavoura permanente, tangerina, laranja, limão, abacate, borracha e café e na lavoura temporária, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, cebola, feijão, mandioca, milho, soja e tomate.

³⁶ Dados do Censo IBGE 2000.

³⁷ Dados da Fundação Seade

³⁸ No final deste item será apresentado o mapa da área urbana de Monte Alto, ano de 2005.

O setor turístico tem ganhado destaque com a implementação projetos de desenvolvimento que visam a exploração do potencial ecoturístico e do turismo cultural do município.

Aspectos Geográficos de Monte Alto

Monte Alto (mapas 04, 05 e 06) localiza-se na região Nordeste do Estado de São Paulo, a 360 Km da capital do estado. Possui área total de 348 Km², sendo 95.4% área rural³⁹. É uma cidade arborizada, com altas serras e clima tropical. Sua temperatura média anual é de 22°C, com precipitação pluviométrica média anual de 1.552,1 mm de chuva⁴⁰. A altitude é de 735,000m, com latitude de 21°15'40" S e longitude de 48°29'47" W⁴¹.

As principais Rodovias de acesso à Monte Alto são: Rod. Anhanguera (acesso por Ribeirão Preto) e Rod. Washington Luís (acesso por Taquaritinga), que se interligam com a Rodovia SP305, além da SP323 que dá acesso as cidades de Vista Alegre do Alto, Catanduva e Bebedouro.

Os municípios vizinhos de Monte Alto têm população menor que 10.000 habitantes, com exceção de Taquaritinga e Jaboticabal, com 52.065 e 67.408 habitantes, respectivamente⁴².

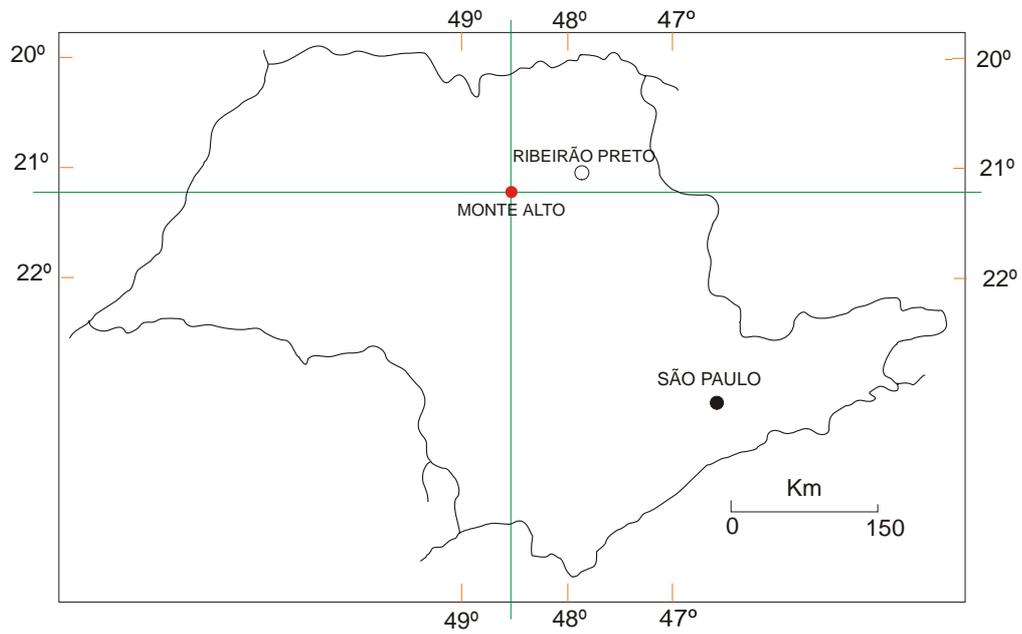
³⁹ Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO - PMMA. *Dados demográficos - Área do município*. Disponível em: <<http://www.montealto.sp.gov.br>>. Acesso em: jan. 2004.

⁴⁰ Dados do Instituto Nacional de Meteorologia.

⁴¹ Dados FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Cidades@*. (Banco de dados). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: março 2004.

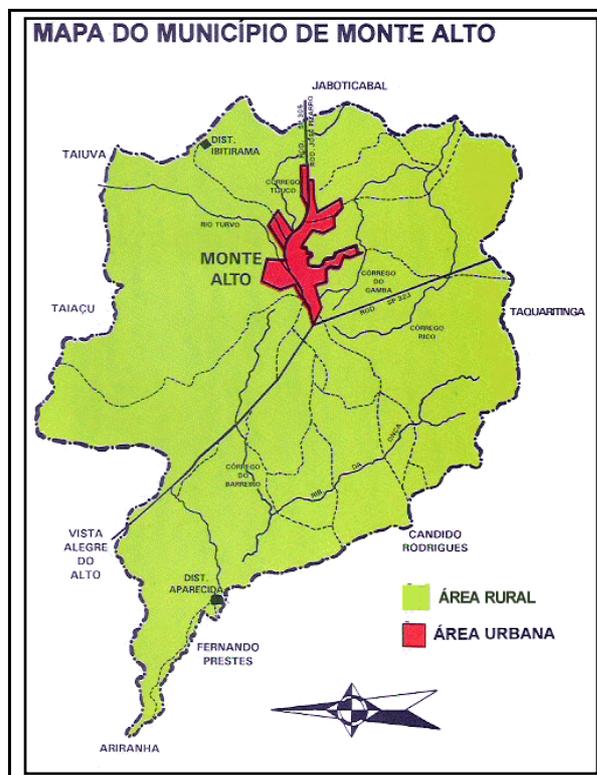
⁴² Dados da PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO - PMMA. *Localização de Monte Alto*. Disponível em: <<http://www.montealto.sp.gov.br>>. Acesso em: jan. 2004 e da FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo 2000 - Sinopse preliminar*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/ibge/estatística/população/censo2000/sinopse>>. Acesso em: março 2004.

Mapa 05 – Localização de Monte Alto no Estado de SP



Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico.
Divisão Político-Administrativa do estado de São Paulo - 1996

Mapa 06 – Área Urbana e Rural de Monte Alto



Fonte: Prefeitura Municipal de Monte Alto - 1996

Desenvolvimento econômico e social

Para avaliar o desenvolvimento econômico e social nos municípios de Ribeirão Preto e Monte Alto serão utilizados os índices IPRS (Índice Paulista de Responsabilidade Social) e IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que se referem a longevidade, escolaridade e renda nos municípios em relação ao estado.

Índice Paulista de Responsabilidade Social

IPRS⁴³ dos Municípios Ribeirão Preto e Monte Alto / SP

Ribeirão Preto se enquadra no Grupo 1, ou dos municípios-pólo, que são as cidades de grande porte que se localizam ao longo das principais rodovias do Estado de São Paulo. O grupo tem longevidade média ligeiramente superior à média do Estado e níveis médios, de riqueza municipal e escolaridade, superiores aos estaduais (vide tabela 3 e gráfico1).

Monte Alto participa do Grupo 3, dos municípios saudáveis e de baixo desenvolvimento econômico. Possui contraste entre seu baixo nível médio de riqueza municipal e significativos níveis de escolaridade e longevidade, como pode ser visto na tabela e gráfico a seguir.

⁴³ Segundo a Fundação Seade, o **IPRS** é o Índice Paulista de Responsabilidade Social, que é obtido a partir de indicadores sintéticos de riqueza, longevidade e escolaridade, calculados para subsidiar os trabalhos do Fórum São Paulo Século XXI, instituído pela Assembléia Legislativa de São Paulo. O índice foi calculado para dois períodos - 1992 e 1997 - para permitir análise da evolução dos indicadores. A metodologia completa pode ser encontrada em www.al.sp.gov.br/index11.htm.

Os 645 municípios de São Paulo foram classificados em 5 grupos, combinando suas características de riqueza, longevidade e escolaridade. Esses grupos foram classificados da seguinte forma:

- Grupo 1 - municípios-pólo;
- Grupo 2 -municípios economicamente dinâmicos e de baixo desenvolvimento social;
- Grupo 3 -municípios saudáveis e de baixo desenvolvimento econômico;
- Grupo 4-municípios de baixo desenvolvimento econômico e em transição social;
- Grupo 5 - municípios de baixo desenvolvimento econômico e social.

Tabela 3. IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social

Dimensões de Riqueza, Longevidade e Escolaridade, nos anos de 1997 e 2000, em Monte Alto, Ribeirão Preto, Região de Governo e Estado de São Paulo.

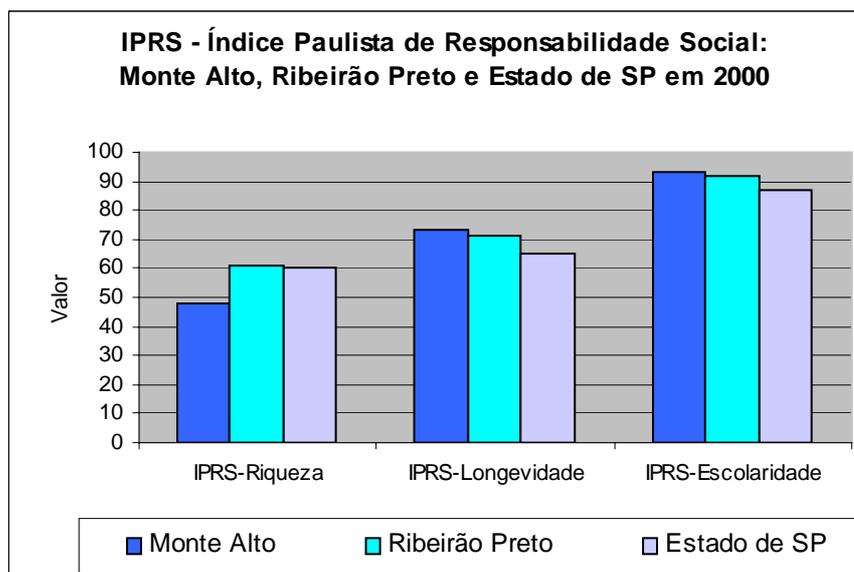
| Dimensões | Monte Alto | | Rib. Preto | | RG | | Estado SP | |
|--------------|------------|------|------------|------|------|------|-----------|------|
| | 1997 | 2000 | 1997 | 2000 | 1997 | 2000 | 1997 | 2000 |
| Riqueza | 49 | 48 | 64 | 61 | 58 | --- | 60 | 60 |
| Longevidade | 70 | 73 | 63 | 71 | 65 | --- | 60 | 65 |
| Escolaridade | 72 | 93 | 79 | 92 | 69 | --- | 71 | 87 |
| Grupo* | 3 | 3 | 1 | 1 | --- | --- | --- | --- |

Fonte: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. *Informações dos municípios paulistas*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: março 2004.

*Grupo 1: Município – pólo.

Grupo 3: município saudável e de baixo desenvolvimento econômico.

Gráfico 1



Fonte: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. *Informações dos municípios paulistas*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: março 2004.

Organização: DAVANÇO, Joselle.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM⁴⁴ dos Municípios Ribeirão Preto e Monte Alto / SP.

Tabela 4. IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Ano de 2000, em Monte Alto, Ribeirão Preto, e no Estado de São Paulo.

| | Monte Alto | Ribeirão Preto | Estado de S. Paulo |
|-------------------|------------|----------------|--------------------|
| IDHM /2000 | 0,813 | 0,855 | 0,814 |

Fonte: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. *Informações dos municípios paulistas*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: março 2004.

**Tabela 5 . Índice de Desenvolvimento Humano de Ribeirão Preto:
Posição Relativa no Estado de SP e no País.**

| Índice de Desenvolvimento Humano - IDH | Posição Relativa no Estado de SP | | | | Posição Relativa no Brasil | | | |
|---|-------------------------------------|------|------|------|----------------------------|------|------|------|
| | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 |
| IDH-M | 9 | 2 | 2 | 6 | 16 | 31 | 6 | 22 |
| IDH-L Longevidade | 33 | 136 | 37 | 94 | 227 | 531 | 179 | 417 |
| IDH-E Educação | 6 | 4 | 4 | 19 | 65 | 27 | 15 | 146 |
| IDH-R Renda | 12 | 8 | 8 | 10 | 48 | 16 | 13 | 23 |

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - PMRP. *Infra-estrutura social*. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>>. Acesso em: abril 2004.

De acordo com os dados da Fundação Seade, Monte Alto e Ribeirão Preto são municípios de alto desenvolvimento humano. Ribeirão Preto, apesar de sua posição em relação ao Estado e ao País ter caído, de 1991 a 2000, em sua média, longevidade, educação e renda, ainda assim, apresenta IDHM maior que o do Estado de São Paulo, como verificado nas tabelas apresentadas.

⁴⁴ Segundo a Fundação SEADE, o **IDHM**, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, representa a posição ocupada pelo município em relação aos outros municípios do Estado de São Paulo no que se refere ao desenvolvimento humano. Seus indicadores são obtidos a partir do Censo Demográfico do IBGE. É um indicador que focaliza o município como unidade de análise, a partir das dimensões de longevidade, educação e renda, que participam com pesos iguais na sua determinação.

O IDHM se situa entre 0 (zero) e 1 (um), os valores mais altos indicam níveis superiores de desenvolvimento humano. Para referência, os valores distribuem-se em 3 categorias:

- Baixo desenvolvimento humano, quando o IDHM for menor que 0,500;
- Médio desenvolvimento humano, para valores entre 0,500 e 0,800;
- Alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800.

PARTE II

ESTUDO DE CASOS

A praça, de acordo com Queiroga⁴⁵ “é índice (signo), síntese do espaço intra-urbano em que está inserida, seja num bairro rico ou pobre, próximos ou distantes do centro da cidade, em uma área central dinâmica ou estagnada. São fortes signos das áreas centrais de seus respectivos bairros. É a praça como índice do lugar”.

A respeito da abordagem do espaço e da praça, na pesquisa em questão, foram escolhidas para o estudo de caso as praças de duas cidades localizadas no interior do Estado de São Paulo: Ribeirão Preto e Monte Alto, cidades investigadas no capítulo III, da Primeira Parte.

Ribeirão Preto é uma cidade de médio porte, localizada na região nordeste do estado, onde é pólo regional, no qual se localiza a segunda cidade selecionada, Monte Alto, de pequeno porte.

Ribeirão Preto viveu seus tempos áureos no ciclo cafeeiro e atualmente tem seu destaque nos agronegócios. O crescimento da cidade atualmente para as áreas periféricas tem sido constante e progressivo, não só na forma de conjuntos habitacionais na zona norte, como também em condomínios fechados na zona sul, além de ter cada vez mais adensada sua área central e vetor sudeste, com uma grande quantidade de edifícios. Há presença de espaços privados de convívio e lazer na cidade, como os *shoppings centers* e clubes particulares, mas cabe ao estudo investigar como os espaços públicos estão reagindo a essas presenças e qual sua importância dentro do contexto apresentado.

⁴⁵ QUEIROGA, Eugênio F. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

Monte Alto, com relação a apropriação dos espaços públicos, mesmo sob a influência do capital global, apresenta em seu espaço características distintas da cidade de Ribeirão Preto, pois além de oferecer poucas opções de espaços privados destinados ao convívio e lazer, os que existem na região são de difícil acesso, em virtude do deslocamento, mesmo às pessoas de média e alta renda.

Será investigado se o espaço público urbano tem sua importância mais evidente em função do porte das cidades. As cidades de médio e pequeno portes formam a maioria da ocupação do solo brasileiro e na leitura das praças nestas cidades deve-se levar em consideração a característica de um espaço com alta densidade comunicacional, onde há relações por laços afetivos, nascidos da familiaridade entre as pessoas e o espaço.

As cidades e os contextos que inserem as praças propostas para o estudo de casos serão estudados com a intenção de se investigar as apropriações, a dimensão do cotidiano, as racionalidades e potencialidades das praças em diferentes áreas das cidades do interior paulista.

Sobre Ribeirão Preto, Marcelo Faria⁴⁶ relata: “É uma cidade grande. Mas, abordo do balão atravesso-a em apenas 30 minutos. De cima, vejo uma Ribeirão cheia de piscinas na zona sul, movimentada no centro e lajes de casas se transformando em área de lazer na periferia. O silêncio das casas da parte rica é substituída pelos latidos de cães e gritaria de crianças na periferia.”

Tal descrição evidencia as desigualdades sociais e de uso do espaço da cidade, justificando a importância de se realizar o estudo do espaço público praça no seu contexto, nas diferentes áreas da cidade. Assim, serão investigadas as praças na área central, nos bairros residenciais consolidados, nos condomínios fechados e na periferia (vide mapas 07 e 08, onde há a localização das praças estudadas em Ribeirão Preto e Monte Alto/SP).

⁴⁶ Marcelo Faria é balonista. O seu relato encontra-se no *Jornal Gazeta de Ribeirão*, de 19 de junho de 2005, pág. 16.

- A praça central tem importância fundamental para a memória da cidade e de seus usuários. Está presente na história do processo de formação da maioria das cidades brasileiras. Com a passagem dos tempos a praça central é testemunha das transformações sócio-culturais e históricas, marcando a temporalidade da comunidade. A praça central representa a imagem mental do centro da cidade, confirmando sua importância para a comunidade por ser o local mais visto e visitado da cidade⁴⁷.
- Nos bairros residenciais consolidados geralmente têm-se moradores de classe média e de uso do solo predominantemente residencial. Os usuários das praças destes bairros muitas vezes residem no seu entorno e por isso se sentem familiarizados com o local e seu frequentadores. Entretanto, há casos onde a falta de segurança, aliada à oferta de espaços privados destinados ao lazer, afastou os usuários locais da praça, tornando seu espaço atrativo a práticas de vandalismo e atos ilícitos.
- As áreas verdes destinadas ao lazer e contemplação em condomínios fechados são freqüentemente utilizadas apenas pelos moradores dos condomínios, perdendo uma das mais importantes funções da praça como espaço público, que é a do convívio social. As relações neste local se fazem entre pessoas já conhecidas umas das outras, de mesmo nível social, de um “público” predeterminado.
- As praças de bairro de periferia apresentam em seu contexto um espaço que evidencia desigualdades e injustiças. Contando com certa densidade demográfica essas áreas são, usualmente, desprovidas de serviços essenciais para a vida social e privada. Mais do que um direito à moradia, as pessoas têm o direito de obter os bens e serviços mínimos, que dão dignidade à existência, independente do lugar onde vivem.

As praças na periferia geralmente apresentam rica razão comunicativa, muitas vezes em pobres sistemas de objetos. Por ser uma das poucas

⁴⁷ O contexto onde está inserida a praça matriz é o centro da cidade, que é descrito por Lucrecia D'Aléssio Ferrara (*A estratégia dos signos*. São Paulo, Perspectiva, 1981) como "o lugar onde é possível encontrar, num espaço contextual relativamente reduzido, uma tessitura de usos que desenha uma

opções de lazer são intensamente utilizadas para a diversão das crianças, encontros dos jovens e adultos, festejos, entre outras atividades, propiciando interações diversas.

“Como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos.”⁴⁸

linguagem inusitada e de alta taxa informacional pelas semelhanças e dessemelhanças de seus usos através do tempo”.

⁴⁸ Milton Santos (1987). *O espaço do cidadão*. 2ªed. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

Mapa 07 - Áreas escolhidas para os estudos de casos na cidade de Ribeirão Preto/SP

Mapa 08 – Localização dos bairros e praças dos estudos de casos na cidade de Monte Alto

CAPÍTULO V

A ÁREA CENTRAL E SUAS PRAÇAS

Nas cidades do interior paulista a origem das praças centrais se confundem com a criação das cidades, juntamente com a Igreja Matriz.

De acordo com Queiroga⁴⁹ “em várias situações a praça pode ser um dos elementos de identidade não apenas do bairro em que situa, mas de área urbana mais ampla, um importante espaço de ação e de representação da cidade ou da metrópole. São inúmeros os exemplos que podem ser citados no território megalopolitano⁵⁰, independente da escala da cidade: a Praça da Sé, em São Paulo, a Praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, o Largo do Rosário, em Campinas, a Praça Comendador Müller em Americana, A Praça da República em Jaú, a José Bonifácio em Piracicaba, a Cândido Motta em Caraguatatuba, a Praça Presidente Castelo Branco em Campo Lindo, a Antônio Menck em Osasco, as praças “da matriz” em Itirapina, Nazaré Paulista, Vinhedo, Cosmópolis ou em dezenas de outras cidades pequenas da megalópole”, assim como no caso das cidades tratadas neste trabalho, as praças XV de Novembro e Carlos Gomes em Ribeirão Preto e Praça Dr. Luis Zacharias de Lima em Monte Alto. “Todas elas guardam em comum o fato de se situarem nas áreas centrais de suas cidades, lugares que caracterizam as praças e vice-versa”.

⁴⁹ QUEIROGA, 2001, p.185.

⁵⁰ Segundo QUEIROGA a megalópole “constitui-se numa nova entidade urbana no país: não percebida pela população ou institucionalizada pelo Estado, mas praticada cotidianamente. O espaço da megalópole vem se estruturando a partir de interesses da razão econômica, dos capitais hegemônicos, a quem se atrelam, de uma forma ou de outra, os vários agentes sociais: o Estado, os diversos capitais e a população em seus diferentes grupos e classes sociais. A megalópole tem sua formação relacionada à expansão das atividades fabris da metrópole paulistana para além dos limites oficiais da Região Metropolitana de São Paulo, nos anos 70 do século passado. Tal expansão é fruto das novas técnicas, sobretudo informacionais, que permitem a dispersão das unidades de produção e a centralização das decisões. Seu território é , no entanto, resultado dinâmico de séculos de formação sócio-espacial do país, em particular dos estados em que ela atua se verifica: São Paulo, Rio de Janeiro e, mais recentemente, Minas Gerais.”Cs,2001, p. 102.

A área central de Ribeirão Preto

O desenvolvimento econômico ocorrido de acordo com diferentes interesses ao longo do tempo acaba interferindo nos espaços das cidades, em particular nas áreas centrais. Neste sentido, Calil⁵¹ demarca uma periodização para as mudanças nos processos de desenvolvimento da cidade e de sua área central. Dessa forma, Ribeirão Preto teve seu desenvolvimento:

- **De fins do século XIX a 1940** – corresponde ao auge da economia cafeeira e posteriormente à diversificação da produção agrícola;
- **De 1940 ao final dos anos 1960** – compreende o desenvolvimento da indústria metal-mecânica fornecedora dos meios de produção para a agro-indústria e para o cultivo agrícola;
- **Do final dos anos 60 a 1980** – é implementado o complexo sucro-alcooleiro;
- **Dos anos 1980 a 2005** – ocorre a consolidação desse complexo.

Figura 15. Vista do cultivo da cana-de-açúcar tendo ao fundo a cidade de Ribeirão Preto / SP - ano 2000.



Fonte: FARIAS (Org.), 2000.

⁵¹ CALIL Jr, Ozório. *O centro de Ribeirão Preto: os processos de expansão e setorização*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - EESC-USP, São Carlos, 2003, p.187.

O desenvolvimento da área central de Ribeirão Preto foi demarcado da seguinte forma:

- **De fins do século XIX a 1960** – pode-se identificar o processo de expansão do centro da cidade em três momentos:
- ✓ 1º momento - **período do final do século XIX a 1920** – implantação da Estação Mogiana, no início da Rua General Osório, quando ocorre a primeira expansão do centro de Ribeirão Preto, que até então se concentrava no entorno da praça XV de Novembro. A expansão se dá ao longo da Rua General Osório, que é a via de ligação praça-estação.

Figura 16. Estação da Companhia Mogiana



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Na década de 20 houve o desenvolvimento da Av. Jerônimo Gonçalves onde foram plantadas Palmeiras Imperiais, que se tornaram símbolos da cidade.

Figura 17. Av. Jerônimo Gonçalves – Década de 1930



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

- ✓ 2º momento – **década de 1920** – ocorre a 2ª expansão do centro, com o início do processo de deslocamento das residências da camada de alta renda para área contígua ao centro, o bairro Higienópolis, com destaque para a Avenida Nove de Julho, localizado no vetor sul⁵² da cidade. Este deslocamento possibilitou a mudança do uso residencial para comércio e serviços e algumas edificações foram substituídas por novas construções.

Figura 18. Av. Nove de Julho – 1922



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Figura 19. Theatro Pedro II - década de 30



Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

⁵² A respeito do primeiro deslocamento das camadas de alta renda, em Ribeirão Preto (fundada em 1856), acontece nos anos de 1920. Nas metrópoles, os processos de Recife e Rio de Janeiro, se antecedem em 70 anos de Ribeirão Preto; São Paulo (fundada em 1554) e Belo Horizonte se antecedem em 30 anos. Vide Villaça, Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999, p.169-243.

Nesse momento ocorre a modernização do centro, com a formação do Quarteirão Paulista (figura 19) e a construção do Edifício Diederichsen (figura 20), em 1936, constituindo um dos núcleos simbólicos de maior destaque do centro de Ribeirão Preto. Os edifícios construídos abrigavam diferentes atividades: cultura, lazer, escritórios, hotéis e residências multifamiliares.

Figura 20. Edifício Diederichsen – década de 30



Fonte: FARIAS (Org.), 2000

- ✓ 3º momento - **entre 1940 e o final dos anos 60** – ocorre a expansão nos entornos da praça XV de Novembro e da Estação Mogiana. Próximos à praça foram dispostos a Prefeitura, as Secretarias Municipais, a Câmara de Vereadores, o Fórum, a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, a Catedral, o Palácio Episcopal, o Theatro Pedro II, cinemas, restaurantes, serviços e o comércio de luxo.

Figura 21. Palácio do rio Branco – Sede da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto



Fonte: FARIAS (Org.), 2000

No entorno da estação registrou-se o crescimento do comércio popular diversificado, seguido do comércio atacadista e indústrias. Nos anos 50, inicia-se o processo de verticalização do centro, principalmente ao redor da praça XV de Novembro. Nesses anos tem continuidade o processo de deslocamento da camada de alta renda em direção à região sul da cidade, com o lançamento de novos loteamentos, formando os Bairros Sumaré, Alto da Boa Vista e Jardim América, que se localizavam em área contígua ao bairro Higienópolis.

Figura 22. Catedral de Ribeirão Preto



Fonte: FARIAS (Org.), 2000.

Período final da década de 1960 a 2005 – A área central da cidade não mais se expande. Ocorre o abandono do centro pelas classes de alta renda como local de moradia, trabalho e compras, devido ao deslocamento para o vetor sul da cidade, extinguindo a setorização social do centro, popularizando-o.

- ✓ Nos **anos 60 e 70** a cidade se expande para os vetores leste, sudeste e sul, formando os bairros Ribeirão, City Ribeirão e Jardim Canadá, seguindo os padrões adotados nos bairros “jardins” de São Paulo, destinado às camadas de alta renda. No setor central da cidade há continuidade no processo de verticalização e constituição da primeira rua

de comércio de luxo, a Rua Barão do Amazonas⁵³. Neste período ocorrem profundas mudanças no setor da Estação, com a transferência do complexo ferroviário para a periferia da cidade. Esse setor foi impactado pela eliminação do fluxo de pessoas e mercadorias, além das atividades vinculadas ao transporte ferroviário. Esse fato marca o início do processo de desvalorização do setor. Com o declínio do transporte ferroviário há a priorização do transporte rodoviário, provocando o deslocamento das indústrias para locais próximos às rodovias. No local da Estação da Companhia Mogiana é construído o Terminal Rodoviário de Ribeirão Preto.

- ✓ Nas **décadas de 80 e 90** a predominância de investimentos em loteamentos e condomínios fechados no vetor sul consolida esta área como moradia para classe de alta renda. Nesse momento o comércio e os serviços do centro da cidade são abandonados pelas camadas de alta renda e passam a atender à população de baixa renda. Grandes empresas de serviços e comércios populares, com redes de lojas, espalham-se pelo centro da cidade.

Figura 23. Avenida 9 de Julho – ano 2000



Fonte: FARIAS (Org.), 2000.

⁵³ A constituição da primeira rua de comércio de luxo em Ribeirão Preto inicia-se nos anos 1970; comparando com as metrópoles, Rio de Janeiro antecede-se um século e meio; São

Na **década de 80** o não crescimento do centro e sua popularização está associado à formação de novos eixos de comércio e serviços de luxo – a Av. 9 de julho, Av. Independência, Av. Presidente Vargas (onde se localiza o Ribeirão Shopping) e seus entornos. Com o deslocamento das atividades de comércio e serviço de luxo, o lazer também foi afetado, principalmente o caráter de animação noturna do centro, com a subtração de sua dimensão como local de festas e encontros.

- ✓ Na **década de 90**, começaram as intervenções para recuperação da área central. Neste período o Teatro Pedro II, um dos mais importantes símbolos da área central da cidade, foi restaurado e reinaugurado em grande estilo, atraindo novamente para o centro a população de alta renda para assistir os espetáculos culturais. A praça XV de Novembro, em 1996, recebeu mais iluminação e bancos, tornando-se ainda mais bela.

Figura 24. Teatro Pedro II – Restaurado em 1996



Foto: J. DAVANÇO, 2005.

Neste período também se destaca a construção do Shopping Santa Úrsula, localizado entre a Praça Central e a Av. 9 de Julho, mais precisamente na Rua São José, onde anteriormente ficava o Colégio Santa Úrsula, que foi transferido para o vetor sul da cidade, ficando mais próximo dos bairros de alta renda. Este shopping tem como público alvo consumidores de renda média a alta, mais especificamente a população do próprio centro, que residem nas áreas próximas as avenidas 9 de Julho e Independência, os

moradores dos vetores sul, leste e sudeste e os consumidores das cidades da região.

A atração que o *shopping* criou, trouxe de volta ao centro pessoas que a muito não o freqüentavam, fazendo com que redescobrissem o prazer de estar na área central da cidade. A interação social neste espaço só não é maior porque não é do interesse dos comerciantes do shopping a presença de pessoas de baixa renda. Para isso, foi reforçado o policiamento na área interna do shopping, criando situações de inibição às suas presenças e ao mesmo tempo estabelecendo a sensação de segurança para o público desejado.

- ✓ No **final dos anos 90 e início do século XXI**, o projeto de requalificação do centro de Ribeirão Preto teve continuidade, numa tentativa de deter, ou minimizar o processo de deterioração da área. Neste processo foi retirado o terminal de ônibus da Praça Carlos Gomes e no local houve a reconstrução da praça, aprovada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do estado de São Paulo), além da recuperação da Av. Jerônimo Gonçalves, cartão postal e também um dos locais que se encontrava com maior grau de degradação no centro. Também houve a recuperação do Parque Ecológico Maurílio Biagi, localizado ao lado da Câmara Municipal. Além disso, foi construído o Centro Popular de Compras⁵⁴, destinado aos ambulantes de Ribeirão Preto que antes se concentravam na Praça Carlos Gomes, Av. Jerônimo Gonçalves e Bosque Fábio Barreto, localizado no local do antigo terminal de ônibus Antonio Achê, em frente à Rodoviária, na região central da cidade.

⁵⁴ O Centro Popular de Compras não obteve o resultado esperado. Sua arquitetura singela, com pequenas aberturas não convida o pedestre a se dirigir para seu interior, além de

Figura 25 – Palace Hotel



Foto: J. DAVANÇO, 2005.

O Palace Hotel⁵⁵, que se localiza ao lado do Theatro Pedro II (Figura 24, na esquina das ruas Duque de Caxias e Álvares Cabral, o qual foi o primeiro edifício construído do conjunto arquitetônico conhecido como Quarteirão Paulista⁵⁶, no centro de Ribeirão Preto, está em processo de revitalização⁵⁷ e passará a ter o uso de Centro Cultural.

Figura 26 – Quarteirão Paulista



Foto: J. DAVANÇO, 2005.

não comportar todos os camelôs a que foi destinado. Muitos dos camelôs abrigados ali voltaram para as ruas, especialmente para a Praça XV de Novembro.

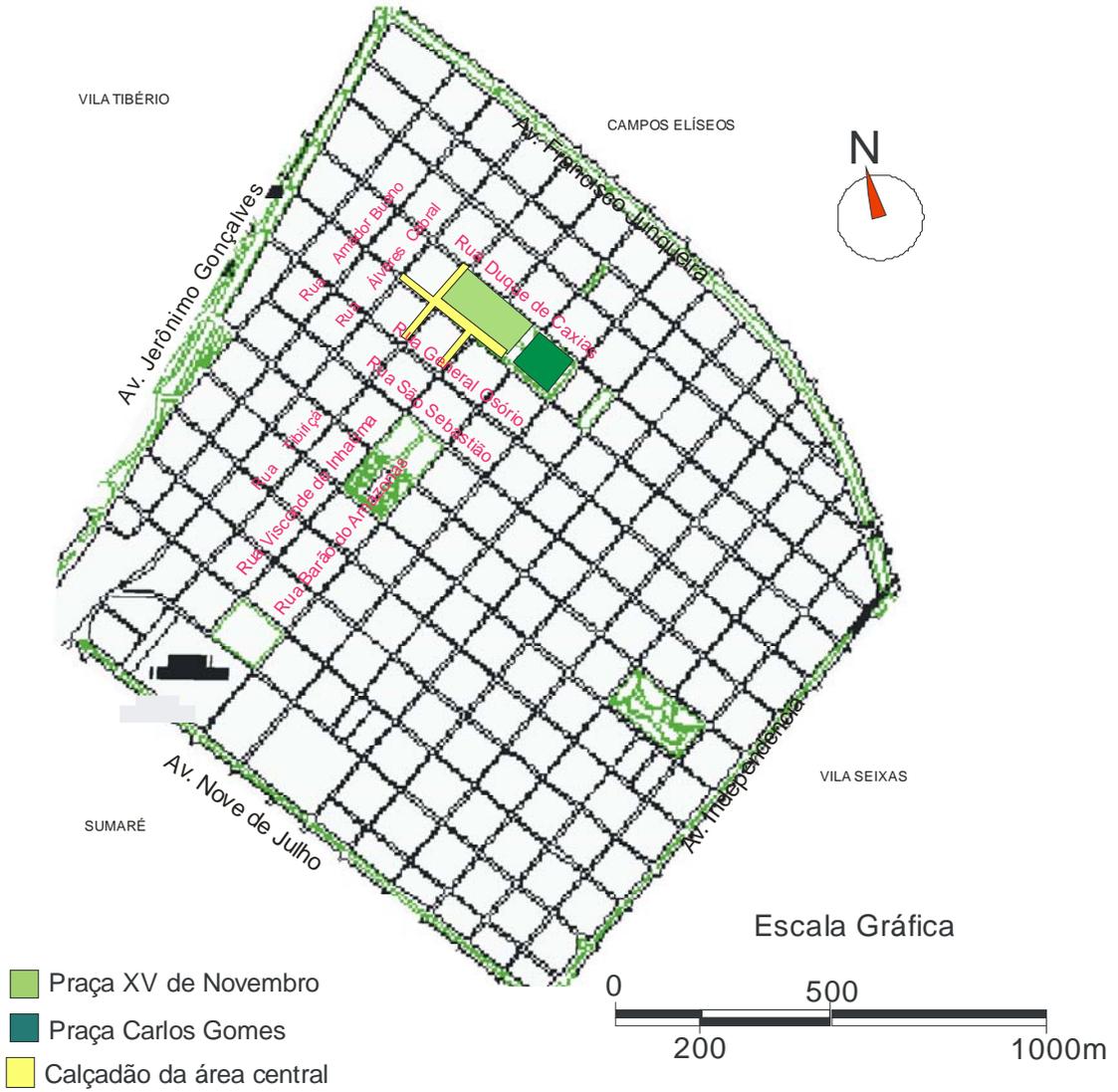
⁵⁵ Segundo Rubens Cione o Hotel Palace foi construído quando Ribeirão Preto passou a ser considerada umas das cidades mais prósperas do país, em 1910, tempos áureos do café. Époça em que a arquitetura da cidade passou por uma transformação que fazia parte das modificações sócio-econômicas e tecnológicas. CIONE Rubens, *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Legis Summa Ltda, 1997, p.199.

⁵⁶ O Quarteirão Paulista é um complexo arquitetônico tombado pelo Condephatt como Patrimônio Histórico, que compreende os prédios do Theatro Pedro II, Hotel Palace e um imóvel onde funciona o restaurante Pinguim. Os três prédios foram construídos na década de 30, pela antiga Companhia Cervejaria Paulista, por isso o nome "Quarteirão Paulista".

⁵⁷ Para efetivação de tal revitalização foi aprovado o projeto de lei complementar nº599/96, que autorizou a troca de área pública pelo Hotel, de propriedade da Antártica, alegando a valorização do aspecto histórico e cultural de Ribeirão Preto.

Mapa 09 – Setor Central de Ribeirão Preto – SP

SETOR CENTRAL / RIBEIRÃO PRETO - SP (Quadrilátero Central)



Estudo das praças centrais de Ribeirão Preto: Praça XV de Novembro e Praça Carlos Gomes.

Figura 27. Vista aérea das Praças XV de Novembro e Carlos Gomes.



Ambas localizadas na área central de Ribeirão Preto, conforme mapa 09.

A história de Ribeirão Preto não pode ser compreendida desvinculada da história do seu mais importante referencial urbano: as Praças XV de Novembro e Carlos Gomes. Foi a partir da demarcação da área onde estão localizadas (antigo Largo da Matriz), em meados do século XIX, que o espaço urbano da cidade foi estruturado e se expandiu para além dos córregos do Retiro, do Ribeirão Preto e da Estrada de Ferro.

Figura 28. Largo da Antiga Igreja Matriz de Ribeirão Preto em 1897.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto

Em 1890, havia alguns arruamentos e dois largos, o da Matriz e o 13 de Maio, atual praça da Bandeira, onde posteriormente foi edificada a catedral da cidade. Além dos largos citados também existia na área central o Largo das Dores, de tamanho pouco significativo, onde mais tarde surgiu a Praça Tiradentes, que posteriormente foi extinta.

Figura 29. Antiga Capela (Primeira Igreja Matriz) em 1898.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto

Da sua demarcação, em 1856, até 1900, o Largo da Matriz constituía um imenso espaço aberto sem nenhum tipo de equipamento ou ajardinamento. Existiam apenas algumas árvores esparsas, como as figueiras, que se encontram

atualmente na praça, em frente à Biblioteca Altino Arantes. Além de constituir o núcleo central urbano, sua função era predominantemente religiosa, uma vez que ali havia sido edificada a capela de São Sebastião. Em 1875, suas torres cederam ao cupim e caíram, ficando em ruínas. No seu local encontra-se atualmente a fonte luminosa da Praça XV de Novembro.

O largo da Matriz inicialmente media 400x100m, se estendendo até a atual Praça Barão do Rio Branco, onde atualmente fica a sede da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Em 1891, o espaço foi grilado por vereadores, que alegavam ser a área muito extensa. Sob protestos da população, parte da área foi recuperada e nela construída a Praça Carlos Gomes, com o Teatro mais imponente da época, com o mesmo nome.

Segundo Mello⁵⁸ a Praça Carlos Gomes está vinculada à Praça XV de Novembro de tal maneira que seus espaços se integram gerando continuidade espacial, mesmo quando apresentavam atividades distintas. A maioria da população configura as duas praças como uma só, tal é a ligação de seus espaços.

Figura 30. Teatro Carlos Gomes



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto

Inaugurado em 15 de novembro de 1897, o Teatro Carlos Gomes, foi um dos mais importantes centros culturais do Estado de São Paulo, pois antecede o Teatro Municipal de São Paulo (1907) e o de Campinas (1915). Com arquitetura de estilo eclético, foi construído com telhas vindas da França, madeiramento

⁵⁸ MELLO, Luiz O. Espaço, conteúdo e percepção: leitura do espaço urbano central de Ribeirão Preto. Monografia (Faculdade de Arquitetura) Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 1987.

russo, mármore de carrara da Itália, lustres da Tchecoslováquia em cristais de murano, sendo apenas os tijolos nacionais. Possuía platéia de 400 poltronas, todas de veludo, em estilo Luís XV, além do foyer, com mais 200 poltronas e galerias. Companhias líricas parisienses e romanas se apresentaram em seus palcos.

Até o início do século XX, a cidade não era beneficiada com calçamento de qualquer espécie, não era arborizada e não possuía uma só praça ajardinada. Apenas havia início de arborização desordenada em poucas ruas e velhas árvores esparsas. As ruas beneficiadas com simples abaulamento eram raras. Os passeios destacavam-se em frente de algumas casas, ora muito estreitos, ora muito largos, em diversas alturas, de tijolos, grandes lajes de pedras e, raros, de cimento.

Em 1900, uma parte do Largo da Matriz recebe seu primeiro tratamento paisagístico e equipamentos de infra-estrutura, dirigido pelo então prefeito, o advogado Dr. Augusto Ribeiro Loyola, que em sua homenagem teve seu nome dado ao jardim, inaugurado em 14 de julho de 1901. Segundo Valadão⁵⁹ “o recém-criado jardim passa a ser composto por canteiros de flores e arbustos, chafariz e coreto (figura 31) cercado por um lago de carpas e circundado por pequenas pontes, além de vários bancos. Todas essas benfeitorias e outras tantas foram doadas por pessoas ilustres da cidade, que almejavam uma cidade atraente”.

Figura 31. Coreto da Praça XV de Novembro – demolido na década de 60



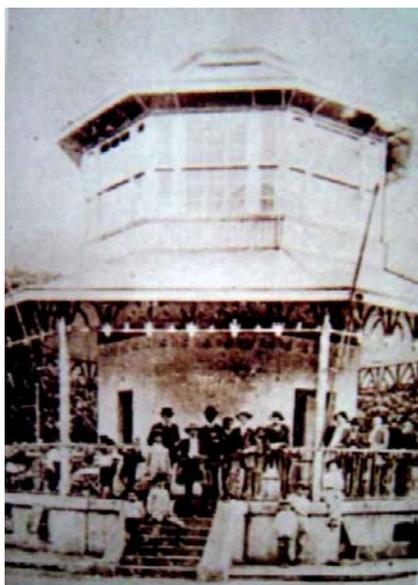
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto

⁵⁹ VALADÃO, Valéria. *Memória arquitetônica de Ribeirão Preto: planejamento urbano e política de preservação*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista, Franca, 1997, P.74.

O novo jardim, cercado por arame liso, com entradas pelos quatro cantos, ficava entre as ruas General Osório, Tibiriçá, Duque de Caxias e Álvares Cabral, atrás da Capela de São Sebastião, que se encontrava em estado desolador, e ao lado do belo Teatro Carlos Gomes. Com a demolição da Matriz, em 2 de junho de 1904, após missa rezada por Monsenhor Joaquim Antônio Siqueira, o jardim é ampliado.

Até o final da década de 1910, além das praças centrais, as da Vila Tibério e do bairro do Barracão (atual Bairro Ipiranga), já se encontravam ajardinadas e arborizadas, além de diversas ruas, causando boas impressões aos visitantes e moradores da cidade.

Figura 32. Bar da Companhia Cervejaria Paulista na Praça XV de Novembro.



Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto

Em 1919, a Praça XV de Novembro passou por uma reforma que incluiu a reformulação dos canteiros e jardim, acréscimo de bancos, além da construção de um bar da Companhia Cervejaria Paulista (figura 32), conhecido como bar Paulista, sendo demolido em 1928. Entre 1929 e 1930, foi inaugurado o “Trianon da Praça XV”, que era o bar da Antártica (figura 33).

Figura 33. Trianon – Construído no local onde havia o bar da Antártica.



Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto

O Teatro Carlos Gomes, começa a exibir filmes em 1924, sofrendo adaptação para cinema. Na parte superior foi mantida a grande sala de recepção, onde eram realizados os bailes da sociedade. Em 1930, este teatro passou a ser sede de diversas entidades, inclusive políticas. Tais mudanças de uso, associada à construção do Theatro Pedro II, na década de 20, levou o Teatro Carlos Gomes ao declínio.

Figura 34 - Fonte Luminosa da Praça XV de Novembro – inaugurada em 1939



Fonte: Arquivo Histórico de Ribeirão Preto

A mais significativa transformação da Praça XV de Novembro ocorreu entre 1931 e 1944. Em 1938, o Trianon foi demolido. Em 20 de janeiro de 1939, foi inaugurada a Fonte Luminosa (figuras 34 e 35), com luzes azuis, vermelhas e amarelas, localizada onde anteriormente se encontrava a velha Matriz e as edificações que funcionaram como bar da Antártica.

Figura 35. Fonte Luminosa da Praça XV de Novembro, em 2005.



Foto: J. DAVANÇO, 2005.

Os canteiros, paginação e o piso foram completamente alterados, permanecendo até a atualidade. O coreto foi substituído pelo Monumento do Soldado Constitucionalista da Revolução de 1932.

Figura 36 - Monumento ao Soldado Constitucionalista – Praça XV de Novembro



Foto: J. DAVANÇO, 2005.

Foi elaborado e implantado um novo projeto paisagístico, pela iniciativa do então Prefeito Fábio de Sá Barreto, considerado exótico para a época, já que contava com árvores nativas de diversas regiões do Brasil e do exterior (vide tabela 06). As praças XV de Novembro e Carlos Gomes, além da diversidade de espécies de plantas, representam importante concentração de área verde não apenas para o setor central, mas para a cidade de Ribeirão Preto, possuindo 15.456 m² e 6.000 m² respectivamente.

Figura 37. Vista aérea da Praça XV de Novembro e Quarteirão Paulista
destaque para os edifícios do Quarteirão Paulista e para a vegetação da Praça



Fonte: FARIAS(Org.), 2000.

| Tabela 06 – Plantas existentes na Praça XV de Novembro – Ribeirão Preto | | |
|--|-------------------|---------------------------|
| Plantas ornamentais de grande porte | | |
| | Quantidade | Nome Popular |
| 01 | 09 | Dracena |
| 02 | 03 | Strelizia |
| 03 | 01 | lúca |
| 04 | 03 | Ravenala |
| Vegetação Arbórea | | |
| 05 | 40 | Sibipiruna |
| 06 | 20 | Figueira |
| 07 | 05 | Clitoria Racemosa |
| 08 | 03 | Pau-Brasil |
| 09 | 01 | Ligustro |
| 10 | 10 | Amendoeira |
| 11 | ... | Guapuruvu |
| 12 | 02 | Magnólia |
| 13 | 03 | Murta |
| 14 | ... | Jacarandá Mimoso |
| 15 | 02 | Flamboyant |
| 16 | 02 | Ipê amarelo |
| 17 | 02 | Resedá |
| 18 | 02 | Pau-Ferro |
| 19 | 01 | Baobá |
| 20 | 03 | Araucária |
| 21 | 01 | Cabreúva |
| 22 | 01 | Ipê |
| 23 | 11 | Cássia |
| 24 | 02 | Espotóleo |
| 25 | 01 | Suína |
| 26 | 01 | Oiti |
| 27 | 02 | Canelinha |
| 28 | 01 | Tamarindeiro |
| 29 | 01 | Abacateiro |
| 30 | 02 | Araucária |
| 31 | 01 | Alecrim de Campinas |
| 32 | 02 | Jasmim Manga |
| 33 | 02 | Jequitibá Rosa |
| 34 | 03 | Primavera |
| 35 | 01 | Figueira Branca |
| 36 | 02 | Cafeeiro |
| 37 | 04 | Ipê Roxo |
| 38 | 01 | Pau-marfim |
| 39 | 02 | Canifera |
| 40 | 01 | Jenipapo |
| 41 | 07 | Não identificada |
| 42 | 01 | Árvore morta |
| 43 | 02 | Figueira |
| 44 | ... | Casuarina |
| Palmaes | | |
| 45 | 06 | Palmeira Imperial |
| 46 | 25 | Livistona |
| 47 | 05 | Jerivá |
| 48 | 04 | Guariroba |
| 49 | 02 | Fênix |
| 50 | 01 | Mafis |
| 51 | 07 | Cariota |
| 52 | 01 | Seaforcea |
| 53 | 01 | Areca Bambu |
| 54 | 01 | Palmeira não identificada |

Fonte: LANA (1995)

O Teatro Carlos Gomes foi fechado em 1940 e em 1944 e sem se saber ao certo as razões, foi demolido. Em 1952 foi pleiteada a construção de um edifício, ocupando a mesma área do teatro, com seis andares, sendo quatro destinados a repartições estaduais. Diante da resistência da Câmara Municipal não foi possível tal construção. Neste local foi implantado o terminal de ônibus da área central.

Figura 38. Terminal de ônibus da área central de Ribeirão Preto localizado na Praça Carlos Gomes



Fonte: GRELLET, 1995

A praça XV de Novembro, além de ser espaço de descanso, contemplação, passagem, é também palco de diversas atividades, como shows, exposições, feiras e trabalho. Os camelôs ocuparam as imediações desta praça por um determinado período, com bancas coloridas e diversificados produtos. Formou-se uma superpopulação de vendedores ambulantes que ficavam no local de maior fluxo de pessoas da praça, o que gerou uma situação de conflito entre o comércio informal, os pedestres e as lojas locais. A aglomeração de pessoas se intensificou de tal forma que o poder municipal proibiu o desenvolvimento de qualquer atividade informal nesta praça, permitindo a transferência dos ambulantes para a Praça Carlos Gomes.

A implantação do terminal de ônibus da área central na Praça Carlos Gomes ocasionou intensa circulação de pessoas, advindas de diversos bairros da

cidade, atraindo comerciantes, formais e informais. As calçadas da Praça Carlos Gomes além de abrigarem alguns equipamentos urbanos, como cabinas telefônicas, caixas de correio, postes, placas de sinalização, lixeiras, banca de revistas, entre outros, eram utilizadas pelo comércio ambulante, tornando restrito o espaço para circulação dos pedestres. Além do conflito de espaço, ocasionou-se também a poluição visual, devido ao excesso de informações, tornando a visibilidade prejudicada e conturbada. Tal situação levou a deterioração do local, atraindo mendigos, moradores de rua e arruaceiros. Depredações tornaram-se constantes e gradativas, não apenas na Praça Carlos Gomes, como também na Praça XV de Novembro. Instaurou-se um clima de conflitos, poluição visual, vandalismo e insegurança nas duas praças.

Figura 39. Calçada da Praça Carlos Gomes

Disputa de espaço entre equipamentos urbanos, pedestres, consumidores e camelôs.



Foto: GRELLET, 1995.

Em 1º de fevereiro de 1993, a Praça XV de Novembro, juntamente com os demais prédios que compõem o Quarteirão Paulista (Theatro Pedro II, Hotel Palace e o imóvel onde funciona o restaurante Pingüim), foram tombados pelo CONDEPHAAT.

Em 1996 a Praça XV de Novembro foi restaurada, resgatando a paisagem da década de 30. Foi mantido o traçado neoclássico⁶⁰ desta praça, com eixos de simetria que conduzem ao Theatro Pedro II e a Praça Carlos Gomes, em lados opostos de suas extremidades, tendo o seu ponto central marcado pela fonte luminosa. Segundo o relato da arquiteta do Condephatt Sílvia Ferreira Santos Wolff, que aprovou as obras de reformas e restaurações da Praça XV⁶¹ “as visitas feitas pelo conselho servem para nos certificar de que tudo está sendo feito com minúcias, tanto no Teatro Pedro II como na praça. Isso visa acomodar os patrimônios às exigências contemporâneas, sem perder sua forma original.”

Figura 40. Vista da Praça XV de Novembro



Fonte: FARIAS(Org.), 2000.

Nesta intervenção de 1996 tenta-se eliminar todas as agressões visuais. Os globos quebrados das luminárias foram substituídos, as guias, pisos, bancos, torneiras e fonte foram consertados, os monumentos restaurados e o paisagismo refeito. Também foram acrescentados 168 bancos e luminárias, que passaram de 34 a 106, confeccionadas no mesmo estilo das originais, contribuindo para o conforto e segurança de seus usuários. Todo o piso de ladrilho hidráulico foi substituído, tendo seu desenho original, em preto e branco, conservado. O projeto de reforma incluiu uma rampa de acesso, para portadores de necessidades especiais, na entrada da Rua General Osório, além de uma casa de máquinas, com banheiro, vestiário e sala de refeições para funcionários.

⁶⁰ Sobre as linhas de projeto das praças brasileiras páginas 11 a 15 deste trabalho.

A Praça XV de Novembro guarda parte da história da cidade, representada pelos monumentos, reunindo figuras históricas locais perpetuadas em bronze, para serem lembradas pelas gerações atuais e futuras (vide Quadro 1).

| Quadro 1 - Monumentos da Praça XV de Novembro - Ribeirão Preto – SP | |
|---|--|
| 01 | Monumento ao Soldado Constitucionalista de 1932 |
| 02 | Placa comemorativa à visita do Presidente Ernesto Geisel a Rib. Preto |
| 03 | Herma ao Dr. João Alves Meira Júnior |
| 04 | Placa comemorativa ao 15º aniversário do Banco Comércio e Indústria SA |
| 05 | Herma ao Dr. João Rodrigues Guião |
| 06 | Herma ao senador Roberto Simonsen |
| 07 | Herma ao Dr. Luiz Pereira Barreto |
| 08 | Herma ao Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira |
| 09 | Monumento à Bíblia |
| 10 | Placa em homenagem aos integrantes da Força Expedicionária Brasileira |
| 11 | Monumento à Revolução |
| 12 | Herma ao Dr. Joaquim Camilo de Moraes Mattos |
| 13 | Placa comemorativa ao 5º aniversário do Rotary Club |

Fonte: GRELLET, 1995.

Mesmo diante das ações de conservação e restauro, como as ocorridas nas praças centrais de Ribeirão Preto, lamentavelmente, os monumentos, o mobiliário urbano e os edifícios de valor arquitetônico histórico continuam sendo vítimas de atos de vandalismo, provavelmente praticados por pessoas ignorantes de sua importância para a história da cidade e para os seus cidadãos.

A restauração da Praça XV de Novembro e do Theatro Pedro II, em 1996, fez com que o Quarteirão Paulista voltasse a ser um pólo de cultura e lazer da cidade. Para complementação da requalificação da área central, em 1999, foi desativado o terminal de ônibus da Praça Carlos Gomes e os camelôs foram

⁶¹ O relato da Arquiteta do Condephatt, Sílvia Ferreira Santos Wolff, encontra-se registrado na obra de CIONE, 1997, p.851.

transferidos para o Centro Popular de Compras construído exclusivamente para abrigar os camelôs.

A Praça Carlos Gomes deixou de ter função de terminal de ônibus e passou a ser um espaço livre de edificações com única finalidade de praça. Separada apenas por uma rua, a Visconde de Inhaúma, da Praça XV de Novembro, transmite a impressão de um espaço contíguo.

Figura 41. Praça Carlos Gomes reconstruída em 1999



Foto: DAVANÇO, 2005.

A Praça Carlos Gomes possui traçado neoclássico, com eixos de simetria que dão acesso ao centro da praça. Nesta última intervenção recebeu pisos e luminárias do mesmo estilo das da Praça XV de Novembro, além de bancos de madeira. Foram dispostos ao redor do canteiro central, mosaicos com representações de importantes construções do passado de Ribeirão Preto, que enfatizam o caráter histórico e de memória da cidade contido nas praças centrais.

Figura 42. Mosaico do piso da Praça Carlos Gomes - Primeira Igreja de Ribeirão Preto - Construída em 1870



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 43. Mosaico do piso da Praça Carlos Gomes - Estação da Mogiana - Construída em 1883

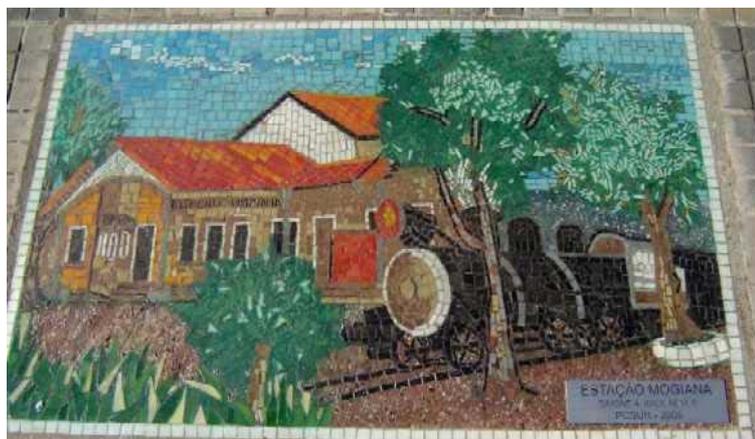


Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 44. Mosaico do piso da Praça Carlos Gomes - Teatro Carlos Gomes - Construído em 1898



Foto: DAVANÇO, 2005

Além do resgate histórico, a reconstrução da Praça Carlos Gomes valorizou ainda mais o espaço do acontecer solidário, da co-presença na área central da cidade, revigorando os discursos intersubjetivos da razão comunicativa, praticado na esfera do cotidiano.

Na praça XV de Novembro nota-se o retorno dos camelôs, que convivem pacificamente com os policiais e o comércio local (vide figura 45). Caminhando pelo calçadão da praça temos de um lado o comércio legal, na sua frente, o ilegal; entre os dois, mais especificamente entre as barracas dos camelôs⁶², o posto policial. Há uma relação horizontal, onde as pessoas criam o mundo vivido, através da redescoberta e ampliação da consciência das regras de convivência, da diversidade e solidariedade.

Figura 45. Policiais, camelôs e comércio legal na Praça central de Ribeirão Preto



Foto: DAVANÇO, 2005.

⁶² Mesmo com a construção do Centro Popular de Compras, muitos camelôs continuam nas ruas, clandestinamente. A Praça XV, com o intenso fluxo de pessoas, constitui um atraente ponto de vendas para os camelôs.

Figura 46. Camelô na Praça XV de Novembro



Foto: DAVANÇO, 2005.

No entorno da Praça XV de Novembro, há o calçadão na Rua General Osório, que se estende até a Rua Amador Bueno, e Álvares Cabral (vide mapa 09). O calçadão na Rua Álvares Cabral localiza-se em frente ao Quarteirão Paulista indo até a Rua São Sebastião, formando uma ampla área de piso que permite diversificados usos, como eventos de caráter cívico-político, atividades culturais e serviços voltados à cidadania, feiras de livros, campanhas de saúde e educação, além de shows. Estas atividades, constantemente realizadas, intensificam o rico sistema de ações da esfera de vida pública presente neste local.

Nas Praças XV de Novembro e Carlos Gomes os acessos são feitos por numerosas entradas, amplas e convidativas (vide figura 48). Há apenas uma rampa na Praça XV, no calçadão da Rua General Osório, que dá acesso a uma pequena área elevada, que forma um sub-espço circular com bancos em sua volta, utilizado para encontros de grupos de pessoas, como apresentações de capoeira. Na Rua Duque de Caxias, tanto na Praça XV de Novembro como na Praça Carlos Gomes há escadas com aproximadamente quatro degraus, com altura em torno de 16cm. No espaço restante das duas praças os acessos são nivelados com as calçadas.

**Figura 47. Praça Carlos Gomes
Acesso da Rua Barão do Amazonas à Praça**



Foto: DAVANÇO, 2005.

**Figura 48. Praça XV de Novembro
Acessos do Calçadão da Rua General Osório para a praça – escada e rampa**



Foto: DAVANÇO, 2005.

Ribeirão Preto é uma cidade de alta densidade técnica, científica e informacional, onde são estabelecidas verticalidades⁶³, que no contexto dos

⁶³ Segundo Milton Santos nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas por pontos contínuos e contíguos. Há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região, que são as horizontalidades. De outro lado, há as verticalidades, que são pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. Os

espaços torna a relação humana fria. Entretanto, por vezes, o cotidiano confronta e transforma as ordens verticais em horizontalidades, onde as normas e ideologias hegemônicas são relidas e recriadas. Neste sentido podemos encontrar lugares como as Praças Centrais de Ribeirão Preto, com intenso fluxo de pedestres, de todas as idades e classes sociais, vindos de distintas áreas da cidade e da região.

Estas praças são espaços para o lazer, contemplação, afetividades, interação social. São essencialmente locais de razão comunicativa, onde é comum encontrar, idosos, sentados nos bancos sombreados pelas árvores, que utilizam a praça como local de encontro entre amigos, além de casais de namorados e crianças (figura 50). Os bares do entorno da Praça XV, Pingüin e o Café da Única constituem locais de pracialidade, pois atuam como uma extensão da praça no sentido de confraternização e convívio entre seus freqüentadores. O Theatro Pedro II também é um importante atrativo de pessoas, para atividades culturais, contribuindo para o movimento da área central, inclusive no período noturno.

Figura 49. Freqüentadores da Praça XV de Novembro



Foto: DAVANÇO, 2005.

espaços se compõem horizontalidades e verticalidades inseparavelmente. Na verticalidade os vetores de modernização são entrópicos e trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isso se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil tomada como um todo. Vide SANTOS, Milton, 2002, p.259,264-284.

Os ricos sistemas de objetos e de ações encontrado nas Praças Centrais de Ribeirão Preto demonstram o equívoco em se afirmar o fim do espaço público e de sua importância na contemporaneidade.

Figura 50. Choperia Pinguin localizada no Quarteirão Paulista



Fonte: FARIAS (Org.), 2000.

A Área Central de Monte Alto

Segundo o Plano Diretor de Monte Alto, de 1996, a área central de Monte Alto coincide com a área histórica da cidade. O traçado de suas ruas compõe uma retícula regular com quadras de 100X100m.

Figura 51. Rua Nhonhô do Livramento - década de 1930.



Fonte: Museu Histórico de Monte Alto

A principal rua do eixo histórico é a Nhonhô do Livramento, na qual estão localizados o comércio e serviços centrais. A partir desta rua que se estruturou o

sistema de vias. Com o crescimento da rua principal, as vias paralelas, Jeremias de Paula Eduardo, Florindo Cestari e Dr. Raul da Rocha Medeiros se desenvolveram, contemplando a expansão comercial na área central, passando a compor os principais acessos aos bairros vizinhos e ao próprio centro da cidade.

Figura52. Rua do comércio de Monte Alto – R. Nhonhô do Livramento - 2004



Foto: DAVANÇO, 2004.

Na área central há os seguintes equipamentos públicos: EEPG Dr. Raul da Rocha Medeiros, EEPG Dr. Luiz Zacharias de Lima, EEPG Jeremias de Paula Eduardo, Creche Lar do Pequeno Montealtense, Centro de Saúde, Paço Municipal, Fórum, Correio, Mercado Municipal, Estádio de Futebol Municipal, Ginásio de Esportes José Pizarro, Asilo, Pronto Socorro e Hospital Santa Casa de Misericórdia de Monte Alto. Quanto aos espaços públicos têm-se: Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima (escolhida para o estudo de caso), Praça da Bandeira (Calçadão), Praça São Benedito e o Largo 8 de fevereiro (praça localizada próximo à Santa Casa e ao Asilo).

Figura 53. Escola Dr. Raul da Rocha Medeiros



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 54. Fórum de Monte Alto



Foto: DAVANÇO, 2005.

A área central de Monte Alto por possuir uso misto, topografia plana, concentração de comércio e serviços, proximidade a equipamentos e áreas públicas, tornou-se um dos espaços mais valorizados da cidade. No decorrer de seu desenvolvimento as antigas edificações foram sendo substituídas, restando poucas construções de valor histórico. A praça Dr. Luiz Zacharias de Lima manteve ao longo dos tempos suas características históricas, sendo fundamental para a memória da cidade.

Figura 55. Vista aérea do setor central de Monte Alto

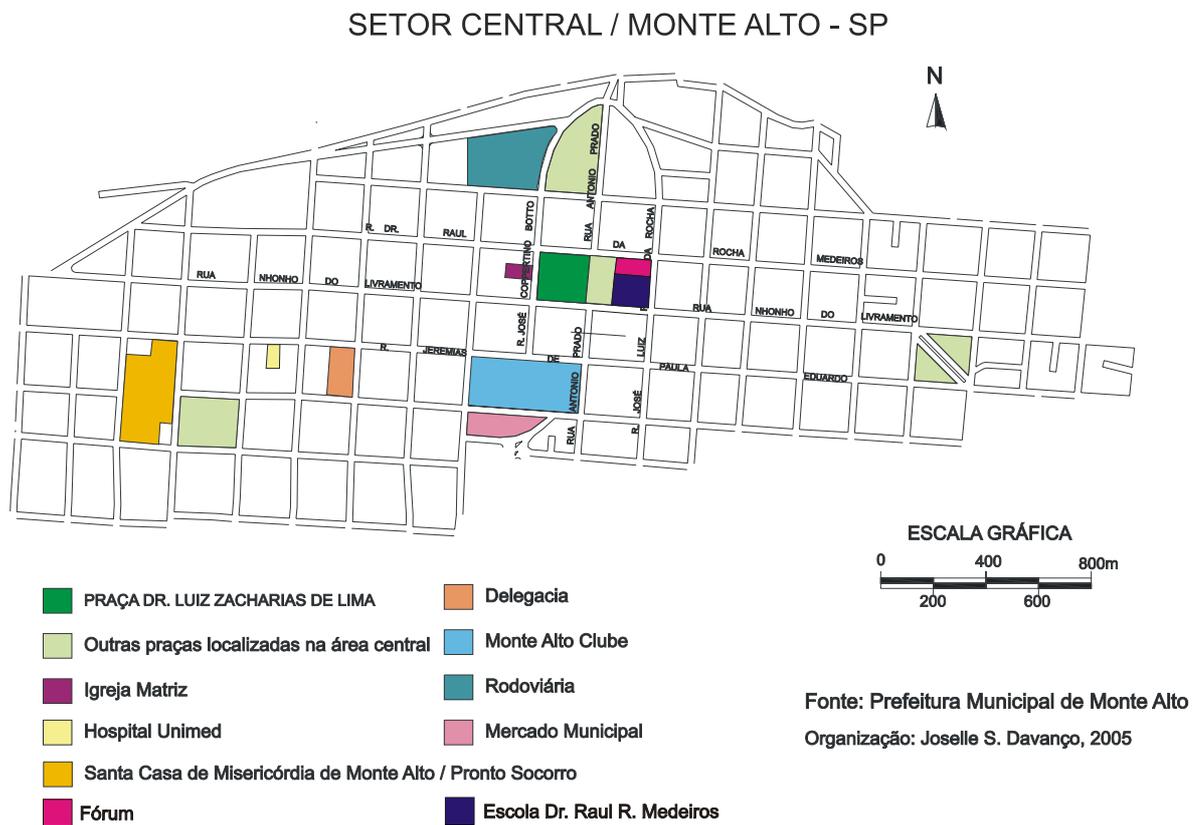


Fonte: Museu Histórico de Monte Alto

Organização: J. DAVANÇO

Mapa 10 - Área central de Monte Alto

Localização da Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima

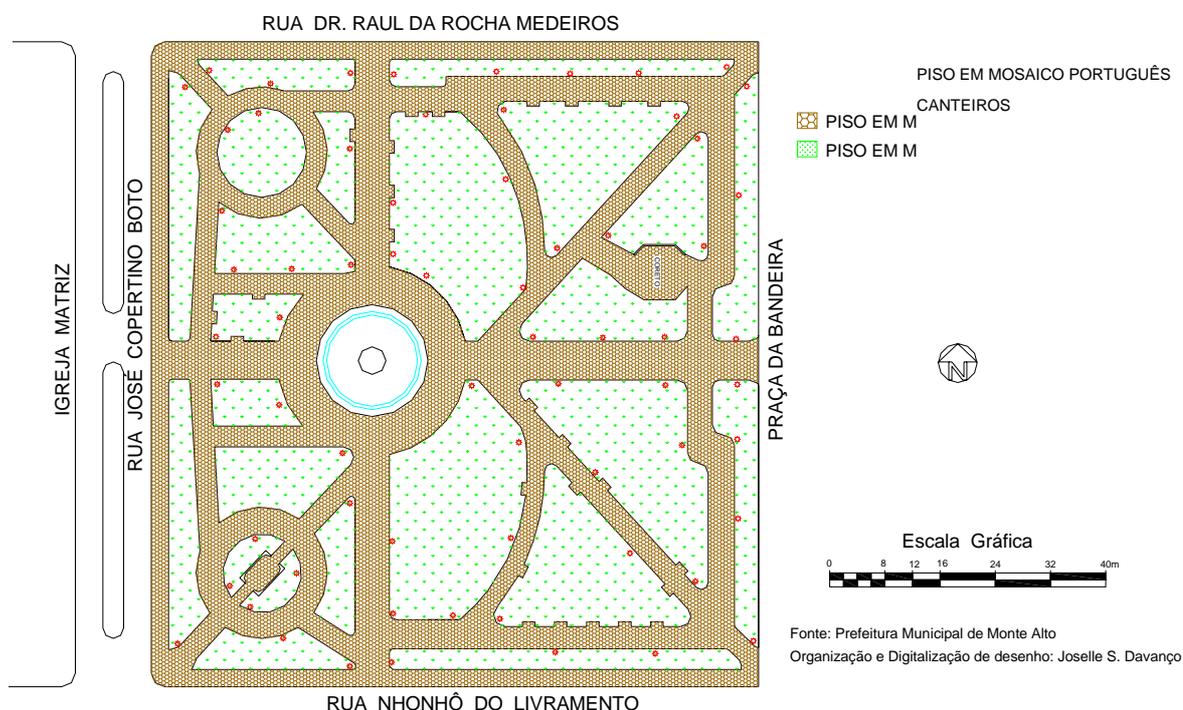


ESTUDO DE CASO DA PRAÇA CENTRAL DE MONTE ALTO: PRAÇA DR. LUIZ ZACHARIAS DE LIMA.

A atual Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima foi inaugurada em 16 de novembro de 1930, no Largo Prudente de Moraes, com o nome de Praça João Pessoa⁶⁴.

Anteriormente à inauguração do Jardim Público havia em seu lugar a Capela do Sr. Bom Jesus de Monte Alto, edificada em 1881, e ao seu redor a praça foi se desenvolvendo. Nas proximidades foi construído o Grupo Escolar, inaugurado em 1915. Em 1924 foi feito um coreto de madeira, em forma hexagonal, construído em frente à escola, próximo ao local do coreto atual. Em fevereiro de 1929 a Igreja Matriz é inaugurada e a Capela é demolida.

Mapa 11. Planta baixa da Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima



⁶⁴ A inauguração da Praça Central de Monte Alto encontra-se descrita detalhadamente no livro do Prof. Luiz Carlos de Vicente, *História de Monte Alto*, página 91.

Depois da inauguração da praça foi construído um coreto ao seu lado, onde atualmente se encontra o Banco Itaú. Em 8 de setembro de 1933 foi inaugurado, pelo então prefeito Sr. Vergniaud Mendes Campos, o coreto da praça, existente até a atualidade, projetado para concertos musicais. Na época havia em Monte Alto uma corporação musical chamada Banda Joaquim Bueno do Livramento, que frequentemente se apresentava neste coreto.

Figura 56. Jardim Público de Monte Alto - início do Século XX.



Fonte: Museu Histórico de Monte Alto

Figura 167. Coreto da Praça Central de Monte Alto - 2005



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 58. Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima - Antes de ser construída a fonte



Fonte: Museu Histórico de Monte Alto

Em 1934, a praça Dr. Luiz Zacharias de Lima⁶⁵ passou por sua primeira remodelação, sendo substituídos os bancos existentes por vinte novos e a iluminação ampliada. Em 1943 vários bancos de granito artificial foram doados à praça por moradores. Em 1953 a fonte luminosa foi inaugurada pelo prefeito José Pizarro, localizando-se em frente à Igreja Matriz.

Figura 59. Fonte luminosa da Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima



Foto: DAVANÇO, 2005.

⁶⁵ O atual nome da praça foi dado para homenagear Dr. Luiz Zacharias de Lima (1866-1947), que foi um agricultor e industrial de grande importância para a cidade. Foi idealizador e criador da “Companhia Melhoramentos de Monte Alto”, pela qual cuidou, desde 1905, da construção da estrada de Ferro de Monte Alto, da empresa telefônica e do serviço de abastecimento de água. Também foi vereador e presidente da Câmara Municipal por diversas legislaturas. Foi homenageado, com o nome dado, a praça central, ao Ginásio Estadual de Monte Alto e a uma Escola Estadual de primeiro e segundo grau do município. Maiores detalhes sobre a história de Dr. Luiz Zacharias de Lima vide VICENTE, Luiz Carlos. *História de Monte Alto*. São Paulo: Gráfica da FFLCH-USP, 2002, p. 122.

No passado a Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima já foi palco de festas populares, como a “Festa do Senhor Bom Jesus de Monte Alto”⁶⁶. Com a construção de locais maiores para as festividades da cidade⁶⁷ a praça deixou de exercer tal função.

Em 1982, foi inaugurado a Praça da Bandeira, também conhecida como calçadão, localizada sobre a rua que liga a Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima ao Grupo Escolar Dr. Raul da Rocha Medeiros e ao Fórum.

A Praça da Bandeira, apesar de estar espacialmente ligada à Praça Zacharias de Lima, não configura um único espaço por possuir características construtivas e paisagísticas completamente distintas da sua praça vizinha. Seus bancos são de alvenaria com encostos que formam paredes, impedindo a visão ampla da praça, dificultando e inibindo seu uso (figura 61). Mesmo os bancos que rodeiam as mesas com tabuleiros de jogos são pouco utilizados. Outro fator que não propicia a permanência de pessoas é a escassez de vegetação, possuindo apenas alguns canteiros de reduzidas dimensões. Há uma fonte luminosa, atualmente inativa. O piso é de cimento queimado, diferente do piso da praça central, feito em mosaico português. A iluminação é feita por postes altos e baixos, sendo agradável e satisfatória.

Figura 60. Vista da Praça da Bandeira - Década de 1970



Fonte: Museu Histórico de Monte Alto

⁶⁶ A primeira quermesse da Festa do Senhor Bom Jesus de Monte Alto foi em 1917, sendo realizada até a atualidade anualmente. Tornou-se conhecida também pelo nome de “Festa de agosto” por ocorrer sempre no referido mês. Pessoas de toda a região frequentam esta festa.

⁶⁷ Em 1981, a Festa de Agosto mudou de local, passando do centro para as dependências do ginásio de esportes, onde é realizada até os dias de hoje.

No “calçadão” do lado da Rua Nhonhô do Livramento há um espaço livre onde periodicamente ocorrem feiras de artesanato e de livros (figura 62), que geralmente se estendem pela Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima. Também são realizadas campanhas de saúde e atividades voltadas para a cidadania.

Figura 61. Bancos do calçadão - barreiras arquitetônicas



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 62 - Feira de artesanato



Foto: DAVANÇO, 2005.

Em relação ao comércio na praça, além das feiras citadas e de uma banca de revistas, há uma loja de vendas de batatas fritas (figura 63), voltada para a Rua Nhonhô, que funciona como uma pequena fábrica, vendendo seus produtos na praça e distribuindo-os para os supermercados da cidade.

Figura 63. Loja e fábrica de batatas fritas



Foto: DAVANÇO, 2005.

A Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima possui em seu traçado linguagem de projeto neoclássica, sendo marcada por eixos de simetria, possuindo em seu eixo central a fonte luminosa e nas suas extremidades a Igreja Matriz de um lado e a Praça da Bandeira, com os prédios do Fórum e da Escola Dr. Raul Raul da Rocha Medeiros, do outro (vide mapa 10, p.96).

Figura 64. Igreja Matriz Senhor Bom Jesus de Monte Alto



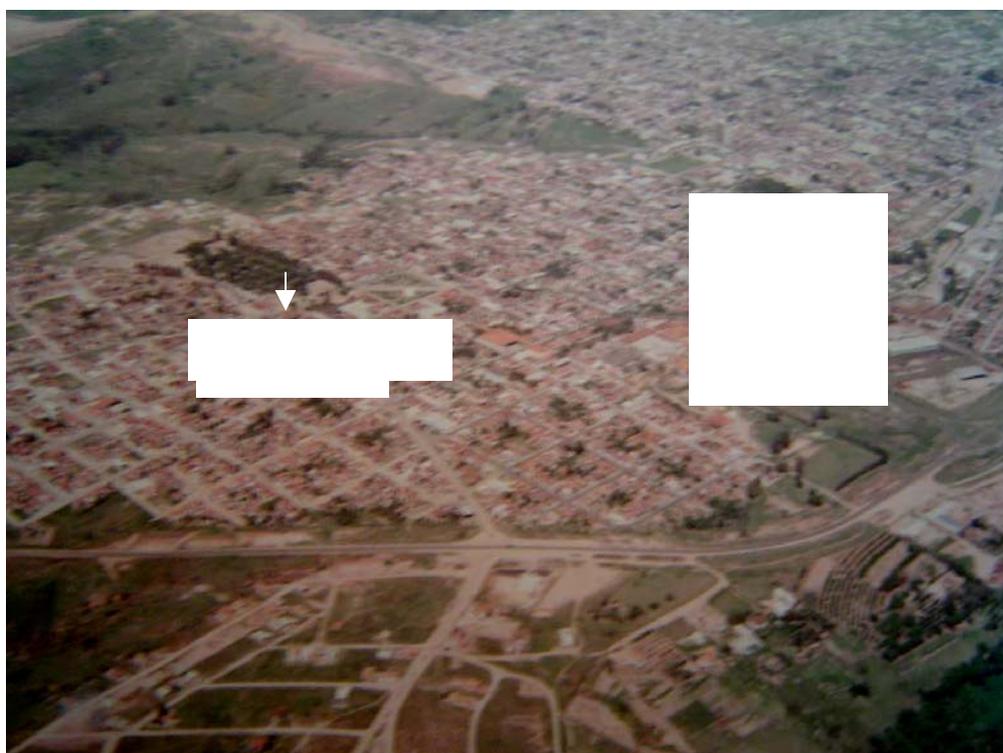
Foto: DAVANÇO, 2005.

Os acessos à praça são feitos por entradas não muito amplas, sendo que o acesso no eixo principal da praça, em frente à Igreja é o mais convidativo aos pedestres, pois apresenta maior espaço e melhor tratamento paisagístico, além da vista direta da Fonte Luminosa. O terreno da praça possui um leve declive no sentido da Rua José Copertino Botto para a Praça da Bandeira, assim conforme

as entradas se aproximam da praça citada, surgem degraus nas entradas da Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima. Nas esquinas da praça os acessos são feitos por rampas, permitindo o livre acesso, inclusive às pessoas com dificuldades de locomoção.

A Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima representa grande concentração de área verde na malha urbana da cidade, com árvores de grande porte, tanto em seu interior como em suas calçadas. Com 8.161 m², juntamente com o cemitério municipal, constituem os dois maiores espaços públicos urbanos com presença intensa de vegetação de Monte Alto.

Figura 65 - Vista aérea de Monte Alto em 1981



Fonte: Museu Histórico de Monte Alto / Organização: DAVANÇO, 2005.

A praça Dr. Luiz Zacharias de Lima passou por novas reformas em 1994 e em 2003. Esta última intervenção teve um significado especial para a cidade, pois a praça encontrava-se com uma imagem negativa, de local abandonado, mal freqüentado, servindo apenas como passagem⁶⁸.

Figura 66 - Vista interna da Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima



Foto: DAVANÇO, 2005.

A imagem de descuido da praça central refletia-se na imagem da cidade. Entretanto, mesmo em más condições, a praça jamais deixou de ser o marco referencial do centro, confirmando a sua importância para a cidade e seus cidadãos.

Figura 67. Lateral da Praça na Rua Dr. Raul da R. Medeiros, onde as cercas vivas de azaléias foram retiradas



Foto: DAVANÇO, 2005.

Na intervenção de 2003 o jardim foi remodelado, a cerca viva de azaléias que contornava a praça (formava uma barreira arquitetônica e visual) foi retirada, vários canteiros de flores foram formados, as grandes árvores e palmeiras permaneceram e para complementar foi implantado um sistema de irrigação. A fonte luminosa foi revestida com pastilhas de vidro em variados tons de azul e o

⁶⁸ No Plano Diretor de Monte Alto de 1996 consta que nesta época as Praças Dr. Luiz Zacharias de Lima e da Bandeira eram pouco utilizadas pela população, "motivado em parte pela falta de manutenção e pela ausência de atividades de lazer em sua vizinhança".

coreto foi restaurado. O piso e os bancos foram conservados. A iluminação, feita por postes abaixo das copas das árvores, recebeu reparos. A manutenção e o policiamento tornaram-se constantes, principalmente para coibir atos de vandalismo. Não se verifica nesta praça a presença de mendigos e pedintes. Com estas medidas a praça central de Monte Alto voltou a ser o cartão postal da cidade, sendo plenamente utilizada, retomando seu papel de local de convívio e interação social.

Figura 68. Fonte Luminosa e jardim remodelados



Foto: DAVANÇO, 2005.

O jardim bem cuidado, com muitas flores, ampla área de forração, palmeiras e grandes árvores, cria uma agradável ambientação, principalmente no interior da praça, estabelecendo um clima pacífico, propício à contemplação, dando a impressão aos que ali permanecem de estarem distantes das movimentadas ruas da área central.

Figura 69. Vegetação interina da Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 70. Palmeiras da Praça Dr. Luiz Z. de Lima



Foto: DAVANÇO, 2005.

A praça Dr. Luiz Zacharias de Lima é convidativa ao descanso e ao bate-papo entre amigos. Pessoas de todas as idades freqüentam esta praça. Durante o período da manhã é comum a presença de idosos e de mães que passeiam com seus filhos. No início e final da manhã e da tarde as crianças do grupo escolar passam pela praça, muitas vezes permanecendo ali para brincarem. À tarde pessoas de todas as idades encontram-se no local. À noite, nos finais de semana, ao final das missas, a praça fica repleta de pessoas que vão passear, namorar, ver a feira de artesanato, comer cachorro quente, pipoca ou batata.

Figura 71. Canteiros floridos e policiamento da Praça Dr. Luiz Z. de Lima



Foto: DAVANÇO, 2005.

No período da noite, nos horários mais tardios (após as 22:00 horas), a praça passa a ser freqüentada, de forma discreta, por indivíduos que ali

estabelecem algum tipo de comércio noturno ilícito, como tráfico e consumo de drogas, além de ponto de prostitutas e travestis.

Os diversos usos estabelecidos na Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima, em diferentes horários, não representam conflitos para a população da cidade, por ter se estabelecido uma ordem no uso que é respeitada e também pelas proporções que estes usos representam, sendo muito mais intensos durante o dia.

Figura 72. Meninos na Praça Central de Monte Alto



Foto: DAVANÇO, 2005.

Na cidade de Monte Alto a distância das “modernidades”, das opções privadas destinadas ao ócio e lazer, como os *shopping centers*, bons restaurantes, cinemas, parques etc., aliada ao perfil dos seus habitantes, do homem que vive próximos às suas raízes e que cultiva as relações humanas, sem a forte influência da globalização, levam as pessoas a viverem num tempo lento, de aproximação maior à existência cotidiana, tornando as relações sociais fortalecidas e a razão comunicativa intensificada, o que faz dos espaços públicos lugares caracterizados pelos laços afetivos.

Figura73. Pessoas sentadas nos bancos do entorno da fonte



Foto: DAVANÇO, 2005.

Em Monte Alto a população, provavelmente por falta opções, estabelece um rico sistema de ações nos espaços livres públicos. Essa interação social pôde ser verificada no estudo da Praça Central, sendo que o mesmo ocorre nas praças de outras regiões da cidade, como veremos nos estudos apresentados a seguir sobre as praças nos bairros habitacionais consolidados e na periferia.

CAPÍTULO VI

PRAÇAS EM BAIRROS HABITACIONAIS CONSOLIDADOS

Os bairros habitacionais consolidados em áreas próximas ao centro são, geralmente, predominantemente residenciais e habitados por pessoas de renda média e alta.

As praças dispostas nos bairros da cidade são de domínio do município, cabendo a prestação de serviços nos espaços públicos à Prefeitura Municipal local, de acordo com a lei 6766/79, de loteamentos, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

Atualmente várias dessas praças estão se deteriorando devido à falta de manutenção e descaso pelo poder público, passando a serem evitadas pela população do bairro, que a princípio seriam os conhecedores do local e de seus freqüentadores. Ao mesmo tempo, esse abandono está atraindo, para essas praças, desordeiros que utilizam o local para uso de drogas e atos de vandalismo.

A respeito dos espaços abertos destinados ao lazer e contemplação em bairros residenciais com moradores de renda média a alta, além dos bairros residenciais consolidados em áreas próximas ao centro da cidade, há também os condomínios e loteamentos fechados, muitas vezes localizados em áreas afastadas do centro. Assim, torna-se interessante investigar estes espaços e sua relação com a cidade.

Os condomínios fechados são regidos pela lei 4.791/64 (lei de incorporações imobiliárias), em que tudo que estiver dentro da área do condomínio é considerado área privada. O comprador é proprietário de uma fração ideal do todo, onde não há a figura do lote e tampouco áreas repassadas para o poder público. Os serviços de manutenção e limpeza das vias, coleta de lixo e segurança na área interna ficam a cargo da associação de moradores.

Os loteamentos fechados, muitas vezes confundidos com condomínios fechados, formam uma figura híbrida entre o loteamento e condomínio, sendo configurado pela legislação municipal, não existindo em termos de legislação federal. Nesses loteamentos os moradores são proprietários do lote e pagam IPTU referente a esta área apenas. A prestação de serviços nos espaços públicos que cabem a prefeitura municipal geralmente passam a ser feitos pela associação de moradores.

Atualmente, há a exploração pela especulação imobiliária do medo e da violência aliado ao “Status” associado à moradia. Assim, grande parte dos condomínios fechados possui residências de alto padrão, destinadas a pessoas que pertencem a um mesmo patamar socioeconômico, possuindo forte sistema de segurança, com muros, portões, cercas elétricas, cães treinados e câmeras, além dos mecanismos do condomínio.

O fechamento e criação de barreiras físicas, ao mesmo tempo concretas e simbólicas⁶⁹, ocasionam a divisão do espaço urbano com grave diminuição da sociabilidade, criando elementos de segregação e diferenciação social que são aprofundados e reproduzidos incessantemente. Tal fato gera conflito entre o direito de ir e vir dos cidadãos e o direito à segurança dos moradores locais, tendo como consequência a intolerância e a exclusão social.

O uso dos espaços públicos nos loteamentos fechados é restringido pelos seus moradores. Ao cercarem a área, colocarem cancela e guaritas em sua entrada, inibem a presença de pessoas vindas de outras áreas da cidade, transformando estes espaços, em especial as praças, em locais freqüentados preferencialmente pelos habitantes locais.

Nos condomínios fechados as praças e áreas comuns (ruas, calçadas, áreas verdes e de lazer internas) são de uso restrito de um público predeterminado, os moradores e seus convidados, o que gera a ausência de

⁶⁹ Ver abordagem feita por Frúguli Júnior, Heitor, em “São Paulo: espaços públicos e interação social” 1995, p.86-93 e SENNET, Richard (1974). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p.358,365.

vitalidade de relações sociais públicas, como as encontradas nos centros urbanos.

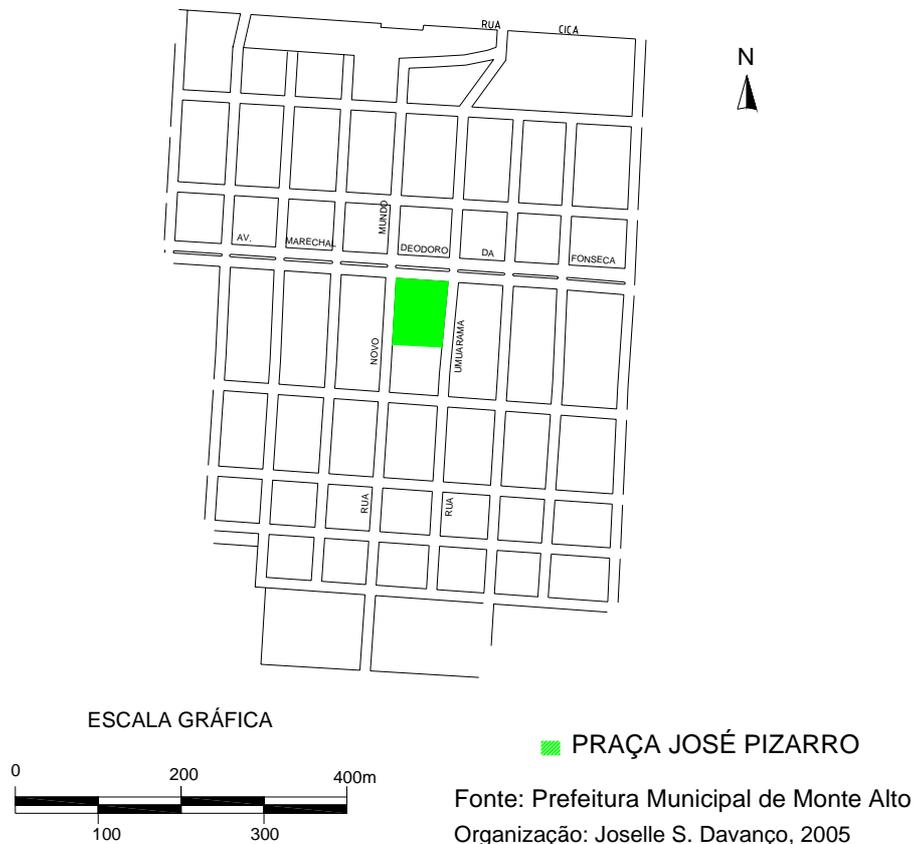
Como estudo de caso será investigada a área social de um condomínio residencial horizontal de alto padrão. Em Ribeirão Preto, será estudado o Condomínio Country Village e em Monte Alto não será possível desenvolver tal estudo, já que a cidade não contempla tal tipologia habitacional.

Monte Alto: Praça José Pizarro

A praça José Pizarro localiza-se no bairro Jardim Paraíso, zona oeste de Monte Alto e possui 4.040 m². Segundo o Plano Diretor de Monte Alto⁷⁰, o loteamento foi aprovado em 1974, com 550 lotes de 360 m² e ruas com caixa de 14 e 8 m. Os acessos principais são a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca e Ruas Jeremias de Paula Eduardo, dos Lírios, Umuarama e da Fraternidade. Limita-se ao norte com a Indústria Hudchinson (antigo local da Indústria Cica), a leste com o centro, ao sul com o Jardim Primavera e área rural, a oeste com o Jardim Novo Paraíso.

Mapa 12. Localização da Praça José Pizarro no bairro Jardim Paraíso – Monte Alto

BAIRRO JARDIM PARAÍSO / MONTE ALTO - SP



⁷⁰

Dados do Plano Diretor de Monte Alto de 1996.

Com moradias de médio e alto padrão, possui toda infra-estrutura implantada, ruas pavimentadas, arborização com poucas falhas e quase todos os lotes ocupados. Há pouca presença de comércio e serviços, destacando-se um supermercado no início da Avenida Marechal Deodoro e alguns consultórios médicos e odontológicos espalhados pelo bairro.

Mapa 13. Planta Baixa da Praça José Pizarro – Monte Alto / SP.



Desenho e Organização: Joselle Davanço⁷¹

⁷¹ Durante o trabalho de pesquisa me deparei com algumas dificuldades, como a escassez de plantas, mapas e documentos na Secretaria de Planejamento de Monte Alto. Atualmente a Prefeitura Municipal deste município está investindo na atualização e digitalização destes materiais. Como não havia nenhum desenho da Praça José Pizarro, assim como o de várias outras praças da cidade, me propus a desenhá-la e doar o desenho ao acervo da Prefeitura Municipal. Em troca a prefeitura cedeu dois funcionários para me ajudarem a medir a praça. Além deste trabalho, realizei a digitalização da Planta Baixa da Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima, que também foi doada.

Os equipamentos públicos do bairro são a EEPG. Prof^a Laídes Trindade e a Escola Municipal Prof. Thyrso dos Santos Galasso. As duas praças existentes são a dos Trabalhadores e José Pizarro. Ambas constituem locais de encontro, porém a localização da Praça José Pizarro, na avenida principal do bairro, a Mal. Deodoro é motivo de grande concentração de pessoas de toda a cidade nos domingos à tarde.

A Praça José Pizarro foi inaugurada em 1988. Seu projeto, de linguagem romântica, possui traçados sinuosos em seus passeios e canteiros. Além da área de piso e coreto, esta praça possui em seus canteiros espelhos d'água, transpostos por pequenas pontes, inicialmente de madeira, depois substituídas por outras de mesmo formato mas de concreto. Os canteiros da praça são elevados a uma altura de 45cm, estando nivelados com a parte superior dos bancos, dificultando o acesso dos pedestres aos espelhos d'água, tornando-os apenas contemplativos.

Figura 74. Vista Interna da Praça José Pizarro



Foto: DAVANÇO, 2005.

Esta praça possui oito entradas de acesso ao seu interior, de aproximadamente 3 metros de largura, sendo que apenas quatro são niveladas com as calçadas. Os acessos das Ruas Umuarama e Novo Mundo, possuem escadas, com exceção de uma (vide Mapa 13), com dois ou três degraus. Na parte posterior da praça, divisa com o terreno que pertence à Igreja, não há acesso. Nesta praça não há amplas áreas de piso, não favorecendo a concentração de pessoas em seu interior. A calçada da praça na Av. Marechal Deodoro, constitui o local de maior concentração de pessoas, principalmente nos domingos à tarde. Nesta face da praça há três entradas niveladas com as

calçadas, sendo que a entrada central, conduz a um sub-espço de pequenas dimensões, que tem acesso por escadas com quatro degraus, de forma retangular e três bancos, onde se localizam três mastros de bandeiras, sendo um local pouco utilizado.

A visibilidade da praça pelas ruas de seu entorno não convidam a adentrar em seu espaço interior, devido aos canteiros altos, com paisagismo mal cuidado e árvores, de médio porte, distribuídas em volta da praça, que escondendo o interior da praça e ao mesmo tempo passam a imagem negativa de abandono do local. A visão interna da praça é ampla, sem barreiras visuais. Há poucas árvores no interior da praça e, conseqüentemente pouca área de sombreamento durante o dia, não favorecendo a permanência de pessoas no local.

Figura 75. Vista externa da Praça José Pizarro pela Rua Umuarama



Foto: DAVANÇO, 2005.

Desde a sua inauguração, em 1988 até meados da década de 90, esta praça, era muito freqüentada por jovens de todo o bairro e até de outros locais da cidade, os quais vinham para a praça atraídos pela beleza de seus espelhos d'água com peixes, pontes, canteiros bem formados e também pela lanchonete, que ficava na parte posterior da praça, no terreno que pertence à Igreja. Com o fechamento do carrinho de lanches, as pessoas foram aos poucos deixando de ir à praça, levando-a ao descaso também por parte da Prefeitura. Atualmente, durante à noite, esta praça é procurada por jovens, sendo alguns usuários de drogas.

Durante a semana a Praça José Pizarro é pouco utilizada, devido principalmente a sua má conservação, sendo que seus usuários são, na sua

maioria, pessoas que moram no bairro onde a praça se localiza. Nos finais de semana seu uso é completamente distinto do verificado anteriormente. A Avenida Marechal Deodoro, juntamente com a Avenida Antônio Inforçatti⁷² e o Clube de Campo Campestre são os locais mais procurados para lazer nos domingos à tarde.

Figura 76. Av. Marechal Deodoro durante a semana



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 77. Av. Marechal Deodoro em um dia de Domingo



Foto: DAVANÇO, 2005.

Na Av. Marechal Deodoro, nos domingos à tarde, as pessoas passeiam de automóveis ou motocicletas pelas ruas, num vai-e-vem incessante, enquanto muitas pessoas ficam concentradas nas calçadas das casas próximas à praça ou nela mesmo. Cria-se um corredor, onde é praticado algo parecido com o antigo “footing” das praças, onde é estabelecido um rico sistema de ações com forte

⁷² A Av. Antônio Inforçatti localiza-se na periferia da cidade, onde fica a praça que será

interação social (figuras 78). Nos sábados e domingos à noite a Avenida Mal Deodoro, além da Rua Nhonhô do Livramento e a Av. Antônio Inforçatti⁷³, apresentam grande movimento de carros que passeiam pela cidade.

Figura 78. Concentração de pessoas na frente da Praça José Pizarro para apreciar o movimento da Avenida Mal. Deodoro.



Foto: DAVANÇO, 2005.

Atualmente a praça em estudo encontra-se em estado precário, recebendo pouca manutenção, apenas corte de grama e limpeza do piso interno. Os espelhos d'água estão vazios, onde, por vezes, há acúmulo de lixo. Alguns bancos estão quebrados e o piso, de mosaico português está soltando em alguns locais.

Figura 79. Banco depredado



estudada no capítulo 4.2 deste trabalho.

⁷³ A Rua Nhonhô do Livramento é a rua principal do centro da cidade, enquanto a Av. Antônio Inforçatti é a mais movimentada da periferia.

Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 80. Piso mal conservado



Foto: DAVANÇO, 2005.

As luminárias são altas, em forma de “margaridas”, proporcionando iluminação satisfatória, já que esta praça não possui árvores com grandes copas. O coreto é pouco utilizado e apresenta sinais de vandalismo, como pixações.

Figura 81. Vista externa do Coreto



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 82. Vista interna do coreto



Foto: DAVANÇO, 2005.

Há poucos bancos no lado da praça voltado para a Av. Marechal Deodoro, sendo os canteiros, com altura de aproximadamente 45cm de altura, utilizados para tal função. As pequenas pontes de madeira que passavam sobre os espelhos d'água foram substituídas por outras de mesmo formato, mas de concreto, estando em bom estado (figura 83).

Por ser um local bastante visitado, é referência e faz parte da memória não apenas do seu entorno como da cidade. Lembrada como uma das mais bonitas praças de bairro e da cidade necessita urgentemente de cuidados, principalmente no que refere ao acúmulo de lixo, atos de vandalismo e presença de usuários de drogas, que levam a imagem negativa do local.

Figura 83. Vista interna da Praça José Pizarro – Ponte de concreto ao fundo



Foto: DAVANÇO, 2005.

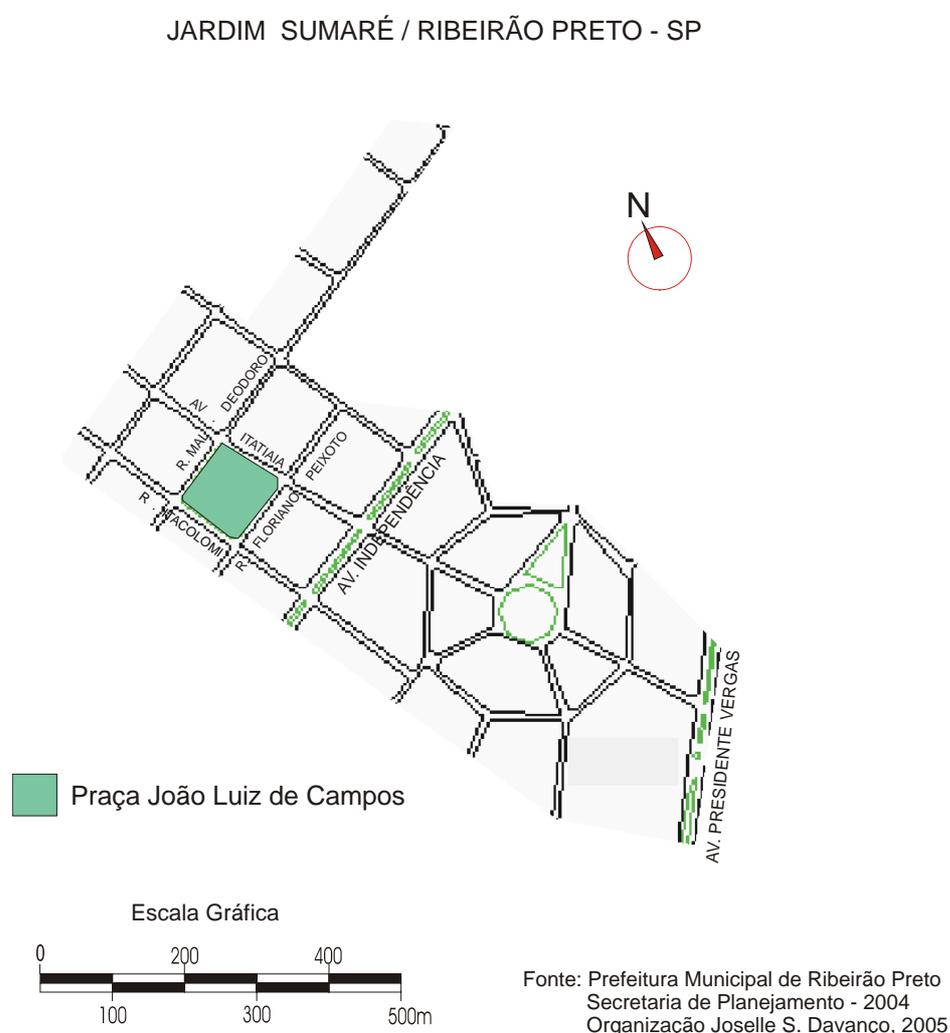
Em contato com a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal foi constatado que estão em andamento projetos para requalificação desta praça, como a sua adoção por entidades privadas. Tal medida foi tomada recentemente em outra praça da cidade, a São Cristóvão, no bairro de mesmo nome, pelo supermercado que se localiza ao seu lado, obtendo sucesso.

O maior desafio para os projetos em estudo estão na manutenção desta praça, especialmente dos espelhos d'água com peixes, pois além de necessitarem de novos equipamentos, como bombas de filtragem, exigem cuidados constantes. Talvez devessem ser realizados estudos para destinar um novo uso à estas áreas, o que possivelmente descaracterizaria o projeto original, entretanto possibilitaria um aproveitamento maior da praça pelos usuários, inclusive durante os dias da semana.

Ribeirão Preto: Praça João Luiz de Campos

A Praça João Luiz de Campos localiza-se no bairro Jardim Sumaré, setor sul, na cidade de Ribeirão Preto. Segundo o Arquivo Histórico de Ribeirão Preto esta praça está compreendida entre a Av. Itatiaia e ruas Itacolomi, Floriano Peixoto e Marechal Deodoro, tendo sido aprovada pela lei 304 de 02.07.1953, fls. 49⁷⁴.

Mapa 14 – Localização da Praça João Luiz de Campos no bairro Jardim Sumaré em Ribeirão Preto / SP.



⁷⁴ Os dados citados sobre a Praça João Luiz de Campos encontram-se na "Seção de cadastro e numeração de 06.05.1974 - Ruas, avenidas, becos e praças - página 71, no Arquivo Histórico de Ribeirão Preto.

**Figura 84 - Localização da Praça João Luiz de Campos no Bairro Sumaré
Ribeirão Preto - SP**



— Praça João Luiz de Campos

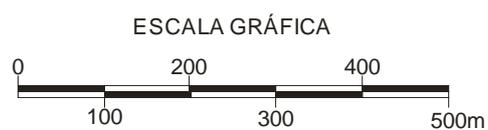


Figura 85 - Detalhe da Praça João luiz de Campos



Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
secretaria de Palnejamento - 2005
Organização: Joselle Davanço

De acordo com Cione⁷⁵, o bairro surgiu onde se localizava uma fazenda de propriedade de José Fernandes, conhecido como Zé Espanhol. Foi fundado em 1948, por Nilton Ferreira da Rosa, e, desde o seu início, projetado para ser um bairro nobre, estritamente residencial.

Em 1951 foi construída a primeira casa e, ao longo do tempo, residências de diversos estilos arquitetônicos foram edificadas no bairro. O Jardim Sumaré contribuiu para a criação de outros loteamentos de alto padrão, como o Jardim da Aclimação, Jardim Eugênia, Jardim Nove de Julho e Alto da Boa Vista.

O Sumaré e Alto da Boa Vista são bairros vizinhos, do setor sul da cidade, bastante valorizados e bem servidos de infra-estrutura, compreendendo várias escolas, serviços, lojas comerciais de alto padrão e um *Shopping center*, tendo em seus arredores importantes avenidas, como a Av. Nove de Julho, Presidente Vargas, Independência, Itatiaia, Sumaré e João Fiuza.

Figura 86. Vista externa da praça e residência de alto padrão ao fundo



Foto: DAVANÇO, 2005.

A Praça João Luiz de Campos, com 6.600 m², é cercada por residências de médio e alto padrão, sendo que algumas possuem guardas particulares e a maioria das casas é murada ou possui grade. As ruas no entorno da praça são pouco movimentadas, tendo como usuários pedestres e automóveis que fazem o trajeto bairro-cidade e vice-versa.

⁷⁵ CIONE, Rubens. *Op. Cit*, 1997.

Figura 87. Vista externa da Praça João Luiz de Campos



Foto: DAVANÇO, 2005.

A praça estudada, de linguagem projetual romântica, possui traçado orgânico, com caminhos e canteiros que formam cenários, em que, a medida que se caminha pela praça adentro novos espaços são descobertos, ora, com passagens estreitas e grandes árvores, ora, com amplas áreas de piso (figura 85 e 88).

A vista externa da Praça João Luiz de Campos composta por maciça vegetação desprovida de cuidados paisagísticos que impedem a visualização do espaço interno da praça, aliada a ausência de usuários, torna-a pouco convidativa ao uso, constituindo um espaço de pobre sistema de ações e razão comunicativa.

Figura 88. Vista interna da praça – piso com traçado orgânico



Foto: DAVANÇO, 2005.

Atualmente, esta praça recebe o mínimo de manutenção, como corte de grama e limpeza. A iluminação é feita por postes sob as copas das árvores. Seu piso, acimentado, em alguns locais encontra-se quebrado. Os acessos à praça são nivelados com a calçada, com exceção da Rua Itacolomi onde é feito por escada, dificultando a entrada nesta face (figura 89). Os bancos são de cimento, de dois modelos distintos, sendo que poucos se encontram deteriorados.

Figura 89. Vista externa da praça pela Rua Itacolomi - acesso por escada



Foto: DAVANÇO, 2005.

A vegetação desta praça é composta em sua maioria por árvores de grande porte, alguns arbustos e forração feita basicamente por grama (figura 90). Alguns canteiros possuem apenas árvores, com ausência de herbáceas, devido ao excesso de sombra. Esse sombreamento cria uma ambientação favorável a prática de atos ilícitos.

Figura 90. Jardim da Praça João Luiz de Campos



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 91. Árvores de grande - sombreamento excessivo



Foto: DAVANÇO, 2005.

Pelas manhãs a Praça João Luiz de Campos é freqüentada por babás que passeiam com crianças. Dificilmente, fora deste horário, se encontram pessoas do bairro neste local, pois estas, possivelmente, preferem ficar em suas casas, que oferecem outras opções de lazer e maior segurança, ou então, ir ao *Shopping* ou a clubes particulares. Das 11:00 às 14:00h, no final da tarde e à noite, a praça é visitada por usuários de drogas, sendo que muitos destes são alunos das escolas particulares que se localizam próximas ao local, Atos de vandalismo também ocorrem nesta praça, prova disso é a ausência da placa de inauguração, restando apenas sua base de apoio (figura 93).

Figura 92. Vendedor de frutas – seus clientes são os moradores do bairro e não os freqüentadores da praça.



Foto: DAVANÇO, 2005.

A prática de comércio ocorre nesta praça, porém de forma pouco consistente. Em dois dias da semana, durante o dia, na Rua Itacolomi, fica um vendedor de frutas que tem como seu principal público alvo os moradores do bairro que ali passam de automóvel (figura 92). Segundo relato deste vendedor após as 18:00 horas é impossível pessoas “de bem” permanecerem neste local. O policiamento existe, mas não é suficiente para coibir o “mau uso” desta praça.

Figura 93. Base sem a placa de inauguração da praça – sinal de vandalismo



Foto: DAVANÇO, 2005.

O uso da praça por usuários e traficantes de drogas, estabelece um grupo predeterminado ao uso do local que, em analogia com o que ocorre nos espaços destinados ao lazer comum dos condomínios e loteamentos fechados, que também são utilizados por um público definido, de “iguais”, não efetiva a praça como espaço público de interações sociais do cotidiano⁷⁶, não permitindo o estabelecimento de ações culturais que definem a identidade urbana.

Muitos moradores do Jardim Sumaré, ao invés de lutarem pela melhoria dos problemas vivenciados na praça, e que se alastram pelo bairro, fogem deles, se mudando para condomínios fechados, onde acreditam que poderão viver felizes e seguros, longe dos percalços da cidade. Desta forma, fecham os olhos para a importância da interação e do convívio social para a humanidade e para o desenvolvimento sustentável das urbes e ao mesmo tempo contribuem para o declínio do espaço público urbano.

⁷⁶ Para os moradores do bairro, que a princípio deveriam ser os principais usuários da praça, seu uso se restringe, tornando-a, muitas vezes, utilizada apenas como marco de constituição de trajetos.

RIBEIRÃO PRETO: CONDOMÍNIO COUNTRY VILLAGE

O Condomínio fechado Country Village, localiza-se na zona sul de Ribeirão Preto, mais precisamente na saída da cidade em direção ao distrito de Bonfim Paulista. Com habitações de alto padrão, possui área social e de lazer destinada ao uso restrito de seus moradores e convidados.

Figura 94. Entrada do Condomínio Country Village em Ribeirão Preto.



Foto: DAVANÇO, 2005

Em relação às formas de sociabilidade, ocorre aqui o mesmo que o observado por Frúguli Jr. , em seu estudo sobre os moradores do pequeno condomínio de “Casa Alta”, no Bairro do Morumbi, em São Paulo⁷⁷. Observa-se que a rua figura como espaço a ser evitado, assim como o transporte coletivo de massa e os locais de dimensão pública da cidade. Os condôminos procuram criar uma “comunidade entre iguais”, freqüentando instituições privadas, fechadas e seguras.

O cotidiano das crianças e jovens desses condomínios é estudar, geralmente pela manhã, em escolas particulares; à tarde têm como opções a área social do condomínio, shoppings ou clubes e à noite permanecem em suas casas. O transporte é feito, na sua maioria, por motoristas particulares ou pelos pais.

.....

⁷⁷ O estudo referido encontra-se no livro de Frúguli Júnior, Heitor, em “São Paulo: espaços públicos e interação social” : Marco Zero.CS, 1995, p.91.

**Figura 95. Localização da “Praça” do Condomínio Country Village
Ribeirão Preto - SP**



— “Praça” do condomínio Country Village

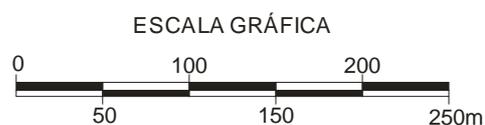


Figura 96. Detalhe da “Praça” do Condomínio Country Village



Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
secretaria de Planejamento - 2005
Organização: Joselle Davanço

Nota-se uma complementaridade entre o condomínio e o *shopping center*, dentro de um universo onde predomina a dimensão social como estilo de vida. No caso do Country Village, este fica muito próximo do Ribeirão Shopping, constituindo importante espaço de lazer para seus moradores.

Figura 97. Muros e guarita do Condomínio Country Village



Foto: DAVANÇO, 2005.

A “praça” no condomínio estudado é freqüentada pelas manhãs por babás e crianças, que brincam no playground; à tarde também pelos jovens e no final deste período por alguns adultos, que utilizam o local para prática de caminhadas⁷⁸.

Como mencionado no estudo da praça de bairro consolidado de Ribeirão Preto, a restrição de uso do espaço “público” por determinado grupo de pessoas, não propicia o desenvolvimento da integração e sociabilidade da população de uma cidade, fragilizando a mais importante função do espaço público.

⁷⁸ As informações sobre o Condomínio Country Village foram obtidas através de observação da autora e principalmente do relato do porteiro, o qual não permitiu a entrada para fotografar a área da praça. Assim, somente foi possível apresentar ilustrações da área externa, o que confirma a questão da segurança e o isolamento social neste local.

CAPITULO VII

PRAÇAS NA PERIFERIA

Na periferia há escassez de equipamentos públicos para a população que mais carece de locais gratuitos destinados ao ócio. Segundo Queiroga⁷⁹ “a ação do Estado é pífia na constituição de áreas livres nos bairros de periferia e nos conjuntos habitacionais. São raras as praças efetivamente implantadas e mantidas pelo Poder Público nos bairros pobres, mas são fundamentais os “espaços livres” informalmente constituídos pela própria população”.

Nos bairros de baixa renda, as praças urbanizadas, quando existem, constituem um dos principais locais de lazer para a população local. Em alguns conjuntos habitacionais existem os centros comunitários, que realizam atividades educacionais e de recreação.

Figura 98. Construção do Centro comunitário do Jardim Heitor Rigon em Ribeirão Preto / SP



Fonte: PANSINI, 1997.

Diante da carência de locais de lazer e entretenimento nos bairros de periferia, são encontradas soluções criativas de uso do espaço existente pelos que ali vivem. As mercearias ou mercados, além de local de compras, se tornam pontos de encontro entre as mulheres (figura 99). Os terrenos vazios muitas vezes são utilizados como campinhos de futebol e a rua torna-se um

⁷⁹ QUEIROGA, 2001, p. 218.

prolongamento das casas, sendo utilizadas para recreação de crianças e encontros de vizinhança, especialmente mulheres e jovens. Os córregos são utilizadas como piscinas para as crianças se banharem (vide figura 100⁸⁰). Os bares, numerosos nesta área, são os locais mais procurados pelos homens para se reunirem, tomarem um aperitivo, jogarem sinuca ou baralho, conversarem e até fazerem uma roda de pagode⁸¹ nos finais de semana, quando convidam as mulheres para irem também ao local. Os lugares mencionados ao contemplarem, além de suas atividades usuais, algumas das principais funções do espaço público, como a de convívio social, espaço para o ócio e entretenimento, caracterizam-se como espaços de pracialidades.

Figura 99. Merceria – Local de compras e de encontros



Fonte: PANSINI, 1997.

As duas praças dos estudos de casos em periferia se localizam em conjuntos habitacionais. De acordo com Queiroga⁸² “a ação do Estado diante das demandas populares por espaços habitacionais vem decrescendo desde os anos 80, acelerando o descompasso entre demanda e oferta, sobretudo a partir da política neoliberal adotada nos anos 90. O descaso com a futura população dos conjuntos habitacionais é a regra. Isto se dá em vários aspectos, apenas para nos restringir aos de natureza urbanística, vale citar: a falta de articulação com a trama do entorno (quando há entorno urbanizado), a monotonia espacial gerada

⁸⁰ As figuras apresentadas são espaços de pracialidades do bairro de periferia Heitor Rigon, em Ribeirão Preto, estudados por PANSINI, P. em “Espaços públicos: Propostas para o Jardim Heitor Rigon”, 1997.

⁸¹ Roda de pagode é a forma popular de se referir ao encontro de pessoas, geralmente em local público, que se dispõem em forma circular, de roda, para se divertirem tocando músicas de pagode e dançando.

⁸² QUEIROGA, 2001, p. 219.

pela repetição *ad nauseam* das unidades habitacionais, a falta de equipamentos públicos de uso coletivo e a não implantação das áreas livres públicas, reduzidas conceitualmente, já no âmbito do projeto, a “áreas verdes do sistema recreativo”.

Figura 100. Crianças brincando no córrego



Fonte: PANSINI, 1997.

A COHAB-RP, Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto, foi fundada em 24 de novembro de 1969, tem área de atuação em 76 municípios do Estado de São Paulo e já construiu cerca de 45 mil casas populares, totalizando 135 conjuntos habitacionais. Além da construção de moradias para a população de baixa renda, também instala equipamentos comunitários essenciais aos moradores dos conjuntos, como centros comunitários, creches, pré-escolas e centros sociais urbanos⁸³.

A companhia COHAB-RP foi responsável tanto pela construção do Quintino Facci I, em Ribeirão Preto, quanto pelo Conjunto Habitacional Centenário, em Monte Alto, ambos aprovados no início da década de 80, sendo os bairros onde estão localizadas as praças de periferia dos estudos de casos.

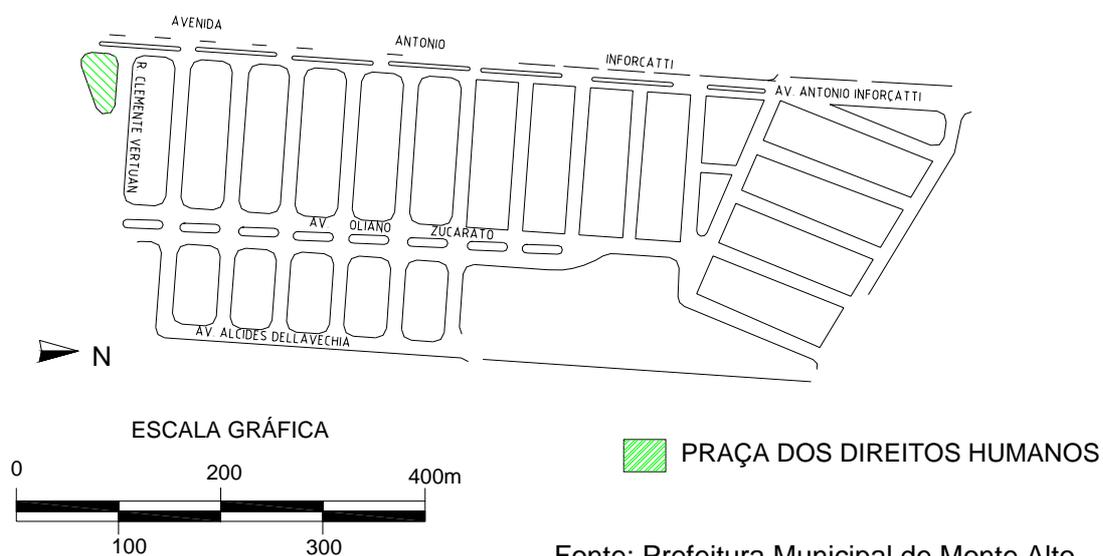
⁸³ Ver CIONE, R. 1997, p.956.

PRAÇA DOS DIREITOS HUMANOS

Localizada na região sudeste do município de Monte Alto, no Conjunto Habitacional Centenário, limita-se ao norte com a área industrial, a sul e leste com os loteamentos Vale dos Sonhos, Mirante do Paraíso e área rural, a oeste com o Parque Residencial Laranjeiras e Conjunto Habitacional Bandeirantes. Foi aprovado em 1982, sendo construídas 482 unidades em lotes de 200 m² (vide mapa 15 e figura 101). O principal acesso ao bairro é a Avenida Antônio Inforçatti, onde há presença de residências, comércio e serviços.

Mapa 15 – Localização da Praça dos Direitos Humanos no Conjunto Habitacional Centenário em Monte Alto.

CONJUNTO HABITACIONAL CENTENÁRIO / MONTE ALTO - SP



Fonte: Prefeitura Municipal de Monte Alto
Organização: Joselle S. Davanço, 2005

Figura 101. Vista aérea do Conjunto Habitacional Centenário– 1882



Fonte: Museu Histórico de monte Alto

Com boa infra-estrutura urbana, o bairro possui telefones públicos e pontos de ônibus em quase todas as suas ruas. Seus equipamentos públicos são a EEPG Lourdes Siqueira, a Creche Vale dos Sonhos, o Posto de Saúde Municipal e o Núcleo de Promoção Social.

Os pontos de encontro dos moradores do bairro Centenário, assim como verificado na periferia de Ribeirão Preto, são os bares, localizados ao longo da Avenida Antônio Inforçatti, sendo um local muito freqüentado pelos homens. As mercearias, supermercados e bazares são os locais de encontro das mulheres. As calçadas, ruas e praças são intensamente utilizadas como locais de recreação e encontros por pessoas de todas as idades, especialmente crianças e idosos. Os terrenos vazios também constituem locais de interação social, quando transformados em campos de futebol. Os diversos usos dos espaços, em especial dos públicos, evidenciam a rica razão comunicativa estabelecida nestes bairros de periferia.

Das praças da periferia montealtense poucas se apresentam urbanizadas e as que são sofrem com a falta de manutenção. A praça em estudo foge à regra, recebendo constantes cuidados. É uma das praças mais freqüentadas da cidade,

principalmente pela população de baixa renda, constituindo um espaço que agrega diversas funções como o lazer, ócio, ponto de espera de ônibus dos jovens que estudam na região e local de manifestações cívicas⁸⁴.

Figura 102. Traçado com linhas sinuosas



Foto: DAVANÇO, 2005.

A Praça dos Direitos humanos foi inaugurada em 15 de maio de 1999. Com forma triangular, possui 1.481,37 m² e linguagem de projeto eclética, compondo uma mistura estilística de romântico com moderno, com pisos e canteiros de traçados sinuosos, sem eixos de simetria, além da presença de equipamentos de lazer e esporte, como playground, mesas com tabuleiros de xadrez ou dama e pista de bocha, de acesso livre, destinado principalmente às crianças e idosos, compondo um rico sistema de objetos.

Figura 103. Pista de bocha



Foto: DAVANÇO, 2005.

⁸⁴ Na praça dos Direitos Humanos há uma área livre, na face da Avenida Antônio Inforçatti, que forma um espaço destinado a concentração de pessoas, onde geralmente ocorrem manifestações cívicas, como comemorações do aniversário da cidade, dia das crianças, etc.

A face da praça voltada para a Avenida Antônio Inforçatti, onde há ampla área de piso em forma semicircular, juntamente com os espaços onde ficam as mesas com tabuleiros, os bancos sombreados pelas árvores e a pista de bocha são as áreas que mais concentram pessoas nesta praça.

Figura 104. Mesas de jogos com tabuleiros



Foto: DAVANÇO, 2005.

Do lado oposto às mesas de jogos há um *playground* que é freqüentado por crianças principalmente no período da manhã. Possui grade de ferro e brinquedos de madeiras, sendo que alguns estão quebrados. As luminárias baixas da praça estão todas danificadas, inclusive as que possuíam grades de proteção. Próxima a entrada do *playground* há estruturas de concreto em forma de pórticos, que possuem, aparentemente, apenas função decorativa.

Figura 105. Vista do Playground



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 106. Brinquedo quebrado



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 107. Luminária destruída



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 108. Pórticos



Foto: DAVANÇO, 2005.

Com formato triangular a praça possui como um de seus vértices sua parte posterior, tendo como referência a avenida. Neste local há um acentuado desnível, onde foi construído um muro de arrimo com floreiras escalonadas, nivelando o piso interno da praça com a face voltada à Avenida, não havendo neste ponto acesso à praça.

Figura 109. Desnível da praça



Foto: DAVANÇO, 2005.

O estado geral de conservação da praça é bom⁸⁵. O jardim está bem cuidado, apresentando poucas falhas na forração nos canteiros. A iluminação é feita pelos postes altos, já que as luminárias baixas estão quebradas, sendo insuficiente durante a noite devido ao sombreamento das árvores. Em virtude da arborização do local, seria adequado que houvessem luminárias de altura média, entretanto há o receito de implantá-las, em virtude do ocorrido com as luminárias baixas, que foram alvo de depredação.

Apesar de algumas evidências de vandalismo na praça, de forma geral, não é o usual. Nota-se que há certa preocupação da população do bairro e, principalmente dos moradores do entorno da praça, em preservar e cuidar do local. Afinal, a Praça dos Direitos Humanos constitui o principal espaço público do bairro e arredores destinado ao lazer, ócio e entretenimento da população, além de denotar a noção de embelezamento e de natureza ao bairro.

⁸⁵ O bom estado de conservação da praça se refere ao piso de mosaico português, as mesas e pista de jogos, bancos, canteiros, jardins e postes de iluminação. Entretanto, ainda há

Figura 110. Vista da parte interna da Praça dos Direitos Humanos



Foto: DAVANÇO, 2005.

Como mencionado no início desta dissertação, a praça é um espaço de reunião, construído para e pela sociedade, sendo palco representativo da dimensão histórica e cultural da cidade, e a Praça dos Direitos Humanos se efetiva como tal, incorporando seu nome e ampliando o seu significado ao favorecer as relações humanas no espaço público.

Figura 111. Iluminação sobre as copas das árvores.



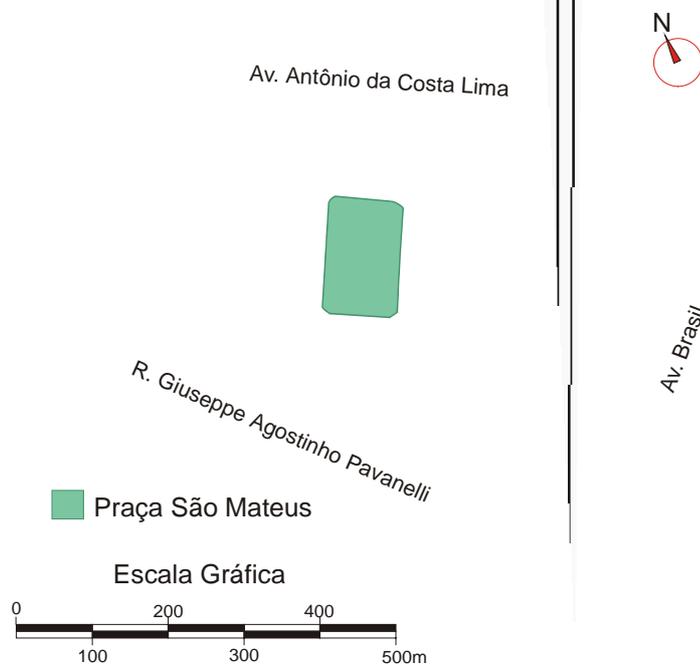
Foto: DAVANÇO, 2005.

Os espaços públicos são vitais para o desenvolvimento das sociedades urbanas, pois propiciam o entrosamento, o convívio, o contato, a troca, a contemplação, o ócio, o lazer e, por vezes, o contato com a natureza. Este sistema de ações que estabelece intensa razão comunicativa, de horizontalidades cotidianas, pode ser resgatado e cultivado na contemporaneidade e a valorização do espaço público é um grande passo para que isso aconteça.

a necessidade de recuperação das luminárias baixas e de alguns brinquedos do playground que estão danificados.

Na cidade
Antônio Cabral
Conjunto Habitacional
loteamento foi criado
média de 4075

Mapa 16 – Localização



Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
Secretaria de Planejamento - 2004
Organização Joselle S. Davanço, 2005

O empreendimento está subdividido em 35 quadras, 8 sistemas de lazer e 2 áreas institucionais. Na gleba de 327.149,24 m² do loteamento, os lotes correspondem à 50,75%, o sistema viário a 29,22%, o sistema de lazer a 15,02% e a área institucional a 5,01%. A praça São Matheus está localizada na quadra 19 do conjunto habitacional, com área de 12.347,72 m², que corresponde a 25,13% da área do sistema de lazer e a 3,77% da gleba.

Figura 112. Localização da Praça São Mateus no Conjunto Habitacional Quintino Facci I - Ribeirão Preto - SP

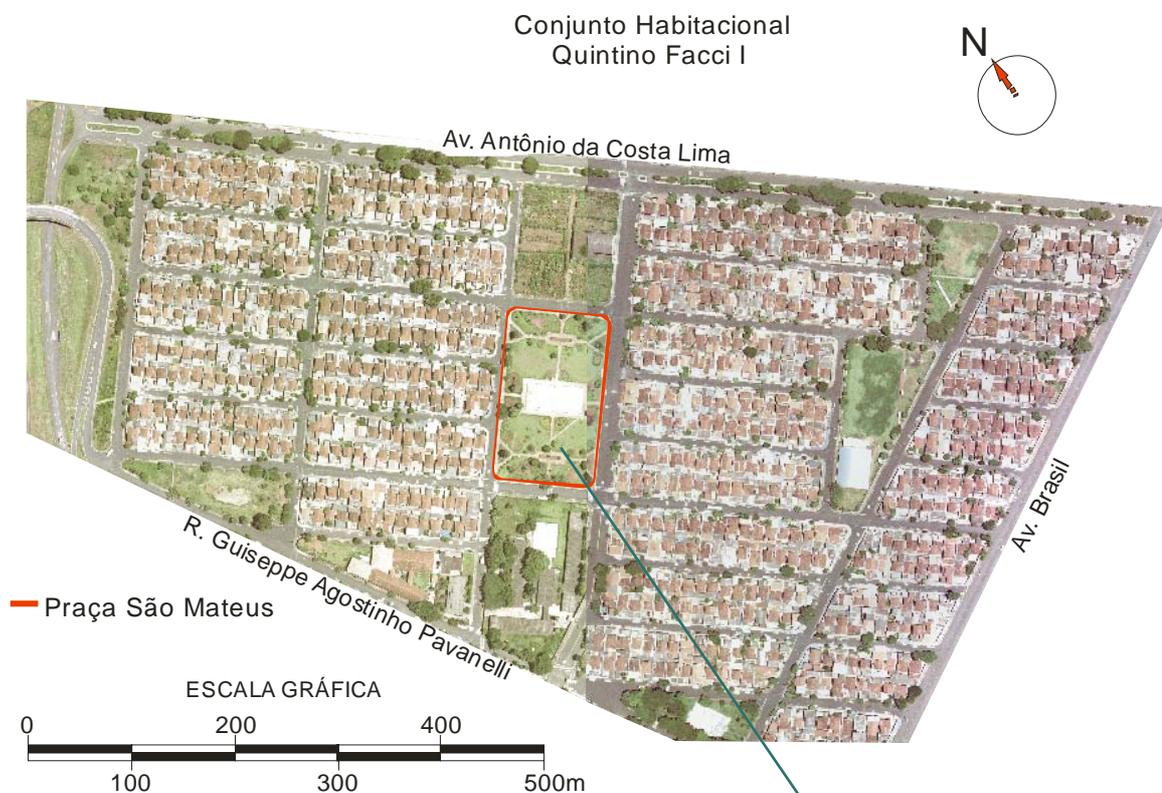


Figura 113. Detalhe da Praça São Mateus



Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto
secretaria de Planejamento - 2005
Organização: Joselle Davanço

O bairro, já consolidado, contempla rede de água, esgoto, galerias de águas pluviais, guias e sarjetas, pavimentação asfáltica, iluminação pública, telefone e linha de ônibus. Possui centro comunitário, escola, igreja e associação de bairro.

No bairro Quintino Facci I a Praça São Mateus é a única praça do bairro, sendo o principal local de lazer e convívio social entre as crianças, também freqüentada por jovens e mães que acompanham seus filhos. Possui linguagem de projeto moderna, sem referências de eixos e simetrias em seu traçado, com incorporação de equipamentos de lazer e esportes, ainda que precários, em seu espaço.

Figura 114. Crianças brincando no gramado



Foto: DAVANÇO, 2005.

Nesta praça as crianças passam o dia a brincar, soltando pipas no gramado (figura 114) e fazendo jogos no campinho de futebol de areia (figura 115) ou no *playground*, onde há alguns brinquedos de madeira. Na lateral da praça há um ponto de ônibus e uma banca de revista que colaboram para a concentração de pessoas durante todo o dia neste local.

Figura 115. Campinho de areia



Foto: DAVANÇO, 2005.

O jardim é formado por ampla área de gramado, algumas árvores de grande porte e poucos arbustos (vide figura 116). Os parques espaços sombreados existentes são os mais procurados pelos adultos e jovens durante os quentes dias ribeirãopretanos (figura 117). Os canteiros e forração da área ajardinada apresentam falhas, estando em alguns casos em terra batida (figura 118). A manutenção é feita por um jardineiro da Prefeitura Municipal, que é responsável pela limpeza e poda das plantas (figura 119).

Figura 116. Vista da Praça São Mateus



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 117. Sombras das árvores – locais procurados para descanso



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 118. Canteiros com falhas na forração



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 119. Jardineiro da Praça São Mateus



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 120. Cercas do *playground* rasgadas



Foto: DAVANÇO, 2005.

A respeito do estado de conservação, o piso de cimento desempenado apresenta-se deteriorado em algumas partes. A cerca do *playground* e campinho de areia encontra-se rasgada, alguns dos bancos de cimento estão quebrados e a placa de inauguração da praça não mais encontra-se no local. Embora a iluminação seja feita por luminárias altas, do tipo “margaridas”, sendo adequadas ao paisagismo existente e dificultar que suas lâmpadas sejam quebradas, não são suficientes para inibirem atos de vandalismo no local.

Figura 121. Banco quebrado



Foto: DAVANÇO, 2005.

Figura 122. Base sem a placa de inauguração da praça



Foto: DAVANÇO, 2005.

Em virtude da carência de espaços de uso gratuito destinados à população de baixa renda, os já implantados deveriam receber maior atenção pelo poder público, através de manutenção constante e benfeitorias. No caso da Praça São Mateus, a arborização, principalmente em função do sombreamento, deveria ser ampliada, favorecendo a permanência de mais pessoas durante o dia no local; a forração preenchida nas suas falhas e o jardim melhorado, através de manutenção e acréscimo de plantas; as calçadas, bancos e cercas concertados; o *playground* poderia oferecer mais opções de brinquedos às crianças, assim como outras opções de lazer, como mesas de jogos, que poderiam ser implantadas para o lazer de jovens, adultos e idosos. A iluminação e policiamento deveriam ser intensificados para garantir maior segurança à população e conservação da praça.

Mesmo diante de um pobre sistema de objetos, o sistema de ações nos bairros pobres apresenta-se muito intenso, incorporado à criatividade do cotidiano. Assim, como nas cidades de pequeno porte, a falta de outras opções de lazer, aliada a dificuldade de transporte, favorece o uso do espaço público pelos seus moradores, que se familiarizam com o local e seus frequentadores⁸⁶.

A Praça São Mateus é utilizada pelos moradores do Quintino Facci I como espaço provedor de entrosamento e diversão da comunidade local. Entretanto, há nesta praça um conflito intrínseco, onde a comunidade local utiliza a praça como palco das relações sociais, porém sem desenvolver afetividade, sem uma relação mais profunda com o espaço, negando sua identidade com a da praça de pobre sistema de objetos. É como se este espaço público fosse para o uso da população, mas que não os pertencesse. Não se percebe a preocupação das pessoas em cuidar e melhorar o local onde elas vivem, se divertem, se relacionam, e isso se dá, especialmente, em relação aos espaços públicos, como se a prefeitura fosse a única responsável por estes espaços.

Na tentativa de interpretar a relação da comunidade local com o espaço público, pode-se chegar a algumas possibilidades, como a de que a impressão de descuido decorra das depredações presentes neste espaço; a falta de afetividade seja decorrente do pobre sistema de objetos, que evidencia as desigualdades e injustiças, a perversidade da globalização, a distância entre possuidores e despossuídos, o descaso com que é tratado o espaço dos pobres; as depredações sejam uma forma de protesto, a manifestação da negação da marginalidade. Essas possibilidades sugerem uma dúvida fraca, vizinha da certeza. No entanto, vale ressaltar, que a Praça São Mateus cumpre sua função como espaço público, sendo também palco de expressão dos anseios e revoltas da comunidade local. É a praça feita para e pela sociedade.

⁸⁶ Qualquer pessoa "estranha", que não é freqüentadora do local, quando se aproxima, logo é percebida pela população local. Isso ocorre em espaços utilizados sempre pelo mesmo grupo de pessoas, mesmo sendo um espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade contemporânea, embora a globalização e o capital hegemônico tenham interesse na formação do consumidor, mais do que na do cidadão, destruindo as antigas solidariedades horizontais dos lugares e aumentando a distância entre possuidores e despossuídos, o espaço público, diante das relações cotidianas, rompe verticalidades, propiciando a razão comunicativa.

Aliada ao tempo lento, encontrado nos espaços dos pobres e nas pequenas cidades do interior paulista, a razão comunicativa propicia atividades cotidianas criativas e astutas diante da escassez e das ordens globais, ocasionando o convívio solidário e uma rica vida cotidiana.

Para se verificar a importância da praça na atualidade, nesta dissertação, é dado o enfoque segundo sua qualificação enquanto palco para ações humanas, a partir da natureza dos eventos nela encontrados, tanto ou mais que pelo sistema de objetos, não se considerando apenas a forma, linguagem de projeto ou paisagem.

De acordo com Danilo Santos de Miranda⁸⁷, “essa tentativa de leitura da cidade é tanto mais atraente e convidativa à medida que se tenta articular suas relações com a cultura – a cultura quente e viva construída pelo acontecer cotidiano. Isso pressupõe não só seu mapeamento do ponto de vista espacial, classificando territórios diferenciados e elucidando mecanismos de formação. Supõe, também, o esquadramento da geografia urbana em busca dos atores sociais que insuflam existência animada”.

Os estudos de casos constituíram uma tentativa de se investigar, sem a pretensão de abranger toda sua riqueza, os espaços públicos, em especial a praça, e sua relação com o contexto em que está inserida e os diferentes atores

⁸⁷ Danilo Santos de Miranda é Diretor do Departamento Regional do SESC no Estado de São Paulo e sua citação encontra-se na apresentação do livro FRÚGULLI Jr., Heitor. *São Paulo: Espaços Públicos e Interação Social*. São Paulo. Editora Marco Zero, 1995.

sociais, em cidades de médio e pequeno porte do interior paulista, representadas por Ribeirão Preto e Monte Alto.

Através do progresso advindo da riqueza do período cafeeiro, a Região de Ribeirão Preto participa da configuração do elevado desenvolvimento do interior paulista, sendo, atualmente, referência como pólo de educação, de geração de tecnologia e mão-de-obra qualificada, destacando-se os setores: industrial, agrícola, comércio e de serviços.

Ribeirão Preto é cidade sede da Região Administrativa e de Governo. A Região Administrativa de Ribeirão Preto é constituída, em sua maioria, por municípios de pequeno porte. Com exceção do município sede da região, todas as cidades têm menos de cem mil habitantes, e apenas Sertãozinho e Jaboticabal apresentam mais de 50 mil. Monte Alto está em quarta posição em tamanho populacional em sua região. Apesar de possuir baixo nível de riqueza municipal, esta cidade apresenta taxas de escolaridade e longevidade superiores à média do estado e da cidade pólo regional.

Com relação a cultura e lazer Ribeirão Preto apresenta diversas opções de espaços públicos e privados, bem diferente da realidade de Monte Alto, onde as festas populares e os encontros em espaços públicos possuem grande importância para a população, frente a escassez de opções de locais privados destinados a estas finalidades.

Como objetos de investigação foram escolhidas praças localizados na área central, em bairro residencial consolidado, em condomínio fechado e na periferia.

Para se realizar a percepção dos espaços investigados foi preciso ir a campo e olhá-los através de um olhar de estrangeiro, ato que tornou-se especialmente difícil nas praças que fizeram parte de minha experiência de vida. As fotografias contribuíram de forma significativa nesta leitura, pois através delas, aliada a percepção obtida no local, foi possível observar detalhes, por vezes passados despercebidos. A conversa com a população local também contribuiu para o diagnóstico das relações cotidianas estabelecidas nos espaços estudados.

Nas praças centrais das cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto foram encontrados espaços públicos bem cuidados e intensamente utilizados pelos cidadãos, ricos sistemas de objetos e de ações. São praças que cumprem com maestria sua função como espaço para o desenvolvimento da cidadania e da memória da cidade.

Há alguns anos as praças centrais estudadas passaram por processo de revitalização, tendo sido fundamental para o resgate da identidade urbana, pois quando estes espaços encontravam-se deteriorados o estado de abandono se refletia em seu uso e na imagem do seu entorno.

Felizmente pudemos encontrar, na atualidade, ricos cenários com atores atuantes na área central das duas cidades. Como a área central é um local de convergência de pessoas e, geralmente, onde teve início o desenvolvimento da cidade, participando da história de vida da comunidade local, estabelecendo, desta maneira, a interação entre os atores e o cenário e vice-versa, criando relações íntimas que constroem a memória da cidade e de seus cidadãos.

Neste estudo pode-se verificar também que as praças centrais apresentam algumas distinções em seus usos. Na Praça XV de Novembro, em Ribeirão Preto, as ações comunicativas são mais intensas, a começar pelo maior número de pessoas que a freqüentam, sendo na maioria jovens, adultos e idosos. O comércio informal ocorre diariamente e o policiamento se mostra mais ofensivo, com a presença de posto policial na praça, cavalaria montada e viaturas policiais. Observa-se também a presença de pedintes e por vezes ocorrem pequenos furtos mesmo durante o dia.

À noite a permanência no espaço interno da Praça XV é evitada, pois há perigo de assaltos. Em seus arredores, mais especificamente nos bares Pingüin I e II e no Teatro Pedro II, pessoas freqüentam o local mesmo no horário noturno, mas com certa cautela para evitar contratempos⁸⁸.

Na Praça Dr. Luiz Zacharias de Lima, em Monte Alto, durante o dia é comum encontrar crianças brincando em seu espaço, muitas vezes

⁸⁸ A cautela se refere a atitudes como parar os automóveis em estacionamentos particulares e não passear pelas ruas, calçadas e praça em horários noturnos.

desacompanhadas dos pais ou responsáveis. Tal fato se deve à proximidade da praça com uma escola de primeiro e segundo grau e também pela noção de segurança que há nesta praça. Raramente ocorrem casos de violência no local. O policiamento existente é feito 24 horas, por três policiais municipais que se revezam a cada 8 horas. O trabalho dos policiais consiste basicamente em evitar atos de vandalismo na praça e manter a ordem geral. Durante a noite há presença de travestis e prostitutas na praça, em pequeno número, que usam o local para a negociação de programas, que é feita de forma discreta. Na área central da cidade essa prática também ocorre na Praça São Cristóvão e na rodoviária. Esse uso, embora seja de conhecimento notório, não cria conflitos explícitos com a população local. De forma geral, há uma ordem estabelecida, não só nesta praça, mas na cidade como um todo, que estabelece um tempo lento que ameniza os conflitos e propicia as relações solidárias do cotidiano.

Nos bairros consolidados em áreas sub-centrais as praças estudadas, que a princípio deveriam ser o espaço provedor do entrosamento da população local, encontram-se abandonadas pelo poder público, em estado desolador. São espaços públicos que já apresentaram maior importância, uso e melhor estado de conservação. Estas praças estão se transformando em locais evitados, de usos escusos, constituindo uma imagem negativa para os espaços públicos e para os bairros onde se localizam.

Em Monte Alto, a Praça José Pizarro é utilizada praticamente como local de passagem pelos moradores do bairro durante os dias da semana, onde poucas pessoas a utilizam como local de descanso e lazer. Entretanto, mesmo quando pouco utilizada e diante dos sinais de vandalismo, como bancos quebrados e pisações, há nesta praça um ar de tranquilidade, de segurança, onde se pode passear tranquilamente, sem o risco de assaltos e maiores chateações⁸⁹. À noite, esta praça torna-se local de uso e comércio de drogas, que, como no caso dos travestis da área central, ocorrem de forma discreta, embora seja de conhecimento público. Nos finais de semana seu uso é completamente distinto. Juntamente com a avenida onde se situa, são lugares de grande concentração de

⁸⁹ O policiamento no bairro e arredores da praça é feito periodicamente e intensificado nos finais de semana. De forma geral a cidade é tranqüila, com exceção da periferia pobre, onde há ocorrência de um número maior de casos de violência.

jovens nos finais de semana, não apenas do bairro, mas também de diversas outras áreas da cidade, sendo um dos principais espaços destinados ao lazer e interação social dos cidadãos montealtenses. Tal fato deveria ter maior relevância para a Prefeitura Municipal no que se refere à necessidade de se oferecer espaços públicos de melhor qualidade para a população da cidade.

No caso de Ribeirão Preto, a Praça Prof. Luiz de Campos, apresenta-se como um espaço pouco utilizado pela população local, tendo como principais usuários jovens, dos estratos de com renda média - alta, que, nos intervalos de aula dos colégios que se localizam no bairro, se “escondem” no interior da praça para fazer uso de drogas. O maciço de vegetação formado pelas árvores e arbustos nesta praça, aliado ao seu estado de abandono criam espaços que favorecem tal uso. Nesta praça, mesmo durante o dia percebe-se um ar de insegurança, que aliado ao seu mau uso e abandono estão afastando os moradores do entorno, que acabam se transferindo para outras áreas da cidade, como os condomínios fechados, em busca de tranquilidade.

Como estudo de caso de condomínios fechados foi escolhido o residencial de alto padrão Country Village, em Ribeirão Preto, onde na área destinada ao lazer comum, assim como ocorre nos loteamentos fechados, foi possível constatar a segregação espacial e social vivenciada “entre muros e entre iguais”, não se encontrando a riqueza do sistema de ações presentes nos espaços (efetivamente) públicos. Os condomínios fechados transmitem a aparente vantagem de se morar em um local seguro, com a convivência de pessoas de mesmo nível social, entretanto assim como a globalização, criam distâncias enormes entre possuidores e despossuídos, sendo que no caso do condomínio a separação, a segregação social é materializada através do muro que o isola do “resto” da cidade, estabelecendo conflitos e ao mesmo tempo desprovendo-os da rica vida cotidiana de interações sociais.

Nas periferias pobres das duas cidades, as praças estudadas apresentaram um rico sistema de ações⁹⁰. Com poucas opções de locais para o

⁹⁰ Durante a pesquisa de campo, mais especificamente no início da etapa de fotografar as praças, confesso que sentia um pouco de receio em trabalhar nas praças de periferia, talvez por desconhecer o local e temer a violência dita tão presente destas áreas. No

ócio e o entretenimento, a população de baixa renda tem nas praças um de seus lugares mais freqüentados. Os dois casos estudados não configuram regra para os espaços públicos das periferias, pois a maioria não são urbanizados. A criatividade floresce diante das mazelas enfrentadas no cotidiano dos pobres, transformando terrenos vazios em campinhos de futebol, bares, ruas e mercearias em locais de convívio social, sub-espços caracterizados como praças, onde o sistema de ações assume forte conotação pública, estabelecendo situações de “pracialidade”.

É de grande importância que o poder público dispense maior atenção aos espaços públicos destinados a população dos bairros pobres, tanto em urbanizar mais espaços, quanto em oferecer manutenção adequada e melhoria do sistema de objetos das praças existentes, para que a praça se efetive enquanto índice civilidade e de qualidade de vida urbana.

Na Praça dos Direitos Humanos (Monte Alto) foi encontrado um espaço repleto de vivacidade, tanto em relação aos atores quanto ao cenário. Pessoas se divertindo e interagindo entre elas e com o espaço, estabelecendo a identidade urbana que apenas o espaço público pode propiciar. Nesta praça, as marcas do vandalismo são pequenas, comparadas às encontradas na praça de bairro consolidado de médio a alto padrão da mesma cidade e à praça de periferia de Ribeirão Preto, sendo evidente a preocupação da população local em zelar pela praça, que é o principal espaço de lazer e encontro da população do bairro e arredores.

Em Ribeirão Preto, a situação encontrada foi semelhante com a da praça de periferia de Monte Alto no que se refere à intensidade de uso pela população local, onde a Praça São Mateus é o principal espaço livre público oferecido à população do bairro. As relações sociais locais apresentam-se intensas, num tempo lento, semelhante ao encontrado nas praças de Monte Alto, onde há uma

entanto, quando fui a campo, me deparei com espaços repletos de pessoas que se divertiam e descansavam no local, não sofrendo nenhum tipo de ameaça ou constrangimento. Entretanto, nas praças de bairros consolidados próximos à área central, no caso de Ribeirão Preto, apesar de estar em um bairro de residências de médio e alto padrão, muitas com seguranças particulares, inclusive nas casas do entorno da praça, me deparei com um ambiente ermo, me sentindo extremamente insegura.

aproximação maior aos problemas da existência cotidiana, estabelecendo intensas práticas sociais, voltadas a solidariedade e a astúcia. Quanto às condições gerais desta praça que possui pobre sistema de objetos, as depredações estão presentes por todos os lados, nos bancos quebrados, na cerca rasgada do *playground* e campo de futebol areia, na ausência da placa de inauguração. Verifica-se nesta praça relações sociais fortalecidas, porém sem a caracterização da afetividade pelo espaço público, provavelmente causada pela condição de “marginalidade” com que é tratada a periferia de baixa renda, neste caso retratada pelo pobre sistema de objetos oferecido no único espaço livre público de uso da população local. Vistos por este ângulo, atos de vandalismo tornam-se algo mais profundo que “anarquias de moleques”, mas a manifestação da insatisfação e revolta com a condição sub-humana com que são tratados os pobres, que é intensificada cada vez mais pela globalização e pelo capital hegemônico. Assim, a praça, além de local de interação social, torna-se palco de manifestações, críticas e protestos públicos.

O estudo sobre diferentes contextos espaciais e seus atores sociais demonstrou que o espaço público apresenta-se como importante local para o desenvolvimento das relações humanas na contemporaneidade, onde a globalização não é capaz de destruir os lugares, pois, a praça, como lugar, estabelece solidariedades orgânicas e ordens capazes de transformar o mundo. Assim, espaços públicos dignos, que ampliam a afetividade pelos lugares e propiciam a razão comunicativa, precisam ser concebidos e cultivados, para que o lugar, ao transformar o mundo, o faça para melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília Beatriz F. *O lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo: Edusp: Studio Nobel, 1993.

ARENDT, Hannah (1958). *A condição Humana*. Tradução: Roberto Raposo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ASHIHARA, Yoshinobu. *Exterior design in architecture*. Nova York: Van Nostrand Reinhold, 1970.

BARTALINI, Vladimir. *Praças do Metrô: Enredo, produção, cenários, atores*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo. 1988.

CALIL Jr, Ozório. *O centro de Ribeirão Preto: os processos de expansão e setorização*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - EESC-USP, São Carlos, 2003.

CERTEAU, Michel de (1990). *A invenção do cotidiano: 1. Artes do fazer*. Tradução: Ephraim Alves. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CIONE, Rubens. *História de Ribeirão Preto*. 1ª ed. Vol. II, Ribeirão Preto: Editora Legis Summa Ltda, 1992.

_____. *História de Ribeirão Preto*. 1ª ed. Vol. V, Ribeirão Preto: Editora Legis Summa Ltda, 1997.

CULLEN, Gordon (1961). *A paisagem urbana*. Tradução: Isabel Correia e Carlos Macedo. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.

ESCORZA, Rozangela. *A Urbanização do rural: condomínios horizontais em Vinhedo/SP*. Dissertação de Mestrado em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica – PUC Campinas, Campinas, 2003.

FARIAS, Izabel (Org.). *Ribeirão 2000*. Ribeirão Preto: MIC Editorial Ltda, 2000.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. *A estratégia dos signos: linguagem, espaço, ambiente urbano*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

_____. *Leitura sem palavras*. São Paulo. Editora Ática, 1986.

_____. *Ver a cidade: cidade, imagem, leitura*. São Paulo, Nobel, 1988.

_____. *Olhar Periférico: informações, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Edusp, 1993.

_____. *Circular / Comunicar / Contactar: O espaço público como índice de transformação da cidade. Trabalho apresentado, com o nome Comunicação e Cultura: publicar e deslocar, em sua primeira versão, na XII Compós, Grupo de trabalho Comunicação e Cultura. Recife, 2003.*

FONT, Mauro. *A praça em movimento: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo 2000 – Sinopse preliminar*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: março, abril e maio 2004.

_____. [Cidades@ \(Banco de dados\)](http://www.ibge.gov.br/cidadesat). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: março/abril 2004.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. *Informações dos municípios paulistas*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: março 2004.

FRÚGULLI Jr., Heitor. *São Paulo: Espaços Públicos e Interação Social*. São Paulo. Editora Marco Zero, 1995.

GOMES, Eliana Cavalcanti. *Percepção do ambiente Construído: A Praça*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GOMES, Marcos A. *As praças de Ribeirão Preto – SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

GUZZO, Perci. *Estudo dos espaços livres de uso público da cidade de Ribeirão Preto/SP, com detalhamento da cobertura vegetal e áreas verdes de dois setores urbanos*. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1999.

GRELLET, Fabiana F. *Praças: um estudo para o caos de Ribeirão Preto*. Monografia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 1995.

HABERMANS. Jürgen (1962). *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HELLER, Agnes (1970). *O cotidiano e a História*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JACOBS, Jane (1961). *Morte e vida nas grandes cidades*. Tradução: Carlos Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KATO, Akimori. *Plazas of southern Europe*. Tóquio: Process Architecture Publishing Co., 1993.

L'HABITAT. *Debates sobre loteamentos fechados em Campinas*, dias 03 e 30 de outubro de 2001, promovido pelo Laboratório L'Habitat da PUC-Campinas.

LANA, Adriana. *Paisagismo da Praça XV de Novembro*. Trabalho disciplinar. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 1995.

LYNCH, Kevin (1960). *A imagem da cidade*. Tradução: Maria Cristina Afonso. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

MACEDO, Silvio Soares. *Quadro do Paisagismo no Brasil*. São Paulo: Quapá, 1999.

MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: EDUSP, 1980.

_____. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Nobel, 1991.

MELLO, Luiz O. *Espaço, conteúdo e percepção: leitura do espaço urbano central de Ribeirão Preto*. Monografia (Faculdade de Arquitetura) Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto, 1987.

ORLANDI, Eni P. *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço Urbano*. São Paulo: Ed. Pontes, 2001Universitário Moura Lacerda, 1987.

PANSINI, Patrícia B. *Espaço público: Propostas para o Jardim Heitor Rigon*. Monografia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Moura Lacerda, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO - PMMA. *Guia turístico de Monte Alto*. 2004.

_____. *Plano Diretor de Monte Alto*. 1996.

_____. Cidade. Disponível em: <<http://www.montealto.sp.gov.br/cidade.html>>. Acesso em: jan. 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO - PMRP. *Conheça Ribeirão Preto*. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>>. Acesso em: março 2004.

QUEIROGA, Eugênio F. A produção da paisagem habitacional metropolitana: três estudos de caso no município de Osasco – SP. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RIBEIRÃO PRETO. *Revista Revide*, Ano 18, nº 254. Ribeirão Preto/SP, 2005.

ROBBA, F; MACEDO, S.S. *Praças Brasileiras: Public squares in Brazil*. São Paulo. Edusp: Imprensa oficial do Estado. 2002.

ROBERTS, Ana Mércia S. *Cidadania interdita: um estudo do condomínios horizontais fechados (São Carlos – SP)*. Tese de doutoramento – IFCH UNICAMP, Campinas, 2002.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. (coord.) *Quando a rua vira casa*. São Paulo: Projeto: Rio de Janeiro: IBAM, 1985.

_____. *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projeto: Niterói: EDUFF, 1988.

SANTOS, Milton. (1978). *Por uma geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____ (1987). *O espaço do cidadão*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1996.

SENNET, Richard (1974). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SITTE, Camilo (1889). *A cidade segundo seus princípios artísticos*. Tradução: Carlos Roberto de Andrade. São Paulo: Ática, 1992.

VALADÃO, Valéria. *Memória arquitetônica de Ribeirão Preto* (planejamento urbano e política de preservação). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 1997.

VICENTE, Luiz Carlos. *História de Monte Alto*. São Paulo: Gráfica da FFLCH-USP, 2002.

VILLAÇA, Flávio. *O espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999, p.169-243.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)